

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

JOSÉ JAILTON CAMARGO

PERFIS POLÍTICOS E RESISTÊNCIA: o Paraná e a ditadura (1964-1985).

Curitiba

2013

JOSÉ JAILTON CAMARGO

PERFIS POLÍTICOS E RESISTÊNCIA: o Paraná e a ditadura (1964-1985).

Dissertação apresentada ao Curso de Pós Graduação História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná, Área de Concentração: Intersubjetividade e Pluralidade: Reflexão e Sentimento na História, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em História.

Orientadora: Professora Doutora Marion Dias Brepohl de Magalhães.

Curitiba

2013



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Rua Gal. Carneiro, 480, 7º andar, sala 718, fone/fax + 55 (41) 3360-6086,
80.080-150, Curitiba, PR, Brasil.
E-mail: cpghis@ufpr.br Website: www.poshistoria.ufpr.br

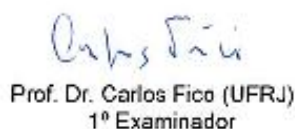
PARECER DA BANCA EXAMINADORA

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PGHIS/UFPR) para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de José Jailton Camargo, intitulada: **PERFIS POLÍTICOS E RESISTÊNCIA: o Paraná e a ditadura (1964-1985)**, após terem inquirido ao aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO, completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de **Mestre em História**.

Curitiba, vinte e seis de março de dois mil e treze.



Prof. Dra. Marionilde Dias Brepohl de Magalhães (Orientadora)
Presidente da Banca Examinadora



Prof. Dr. Carlos Fico (UFRJ)
1º Examinador



Prof. Dr. Renato Carneiro Junior (Museu Paranaense)
2º Examinador

Catálogo na Publicação
Aline Brugnari Juvenêncio – CRB 9ª/1504
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Camargo, José Jailton

Perfis políticos e resistência: Paraná (1964-1985) / José
Jailton Camargo. – Curitiba, 2013.
136 f.

Orientadora: Profª. Drª. Marion Dias Brepohl de Magalhães
Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências
Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

1. Ciência política – Paraná. 2. Resistência ao governo.
3. Participação política. 4. Ordem social. 5. Brasil – História –
1964-1985. I. Título.

CDD 981.063

Aos que lutam.

AGRADECIMENTOS

A todos que me ajudaram na caminhada até aqui. Muitas pessoas foram responsáveis pela possibilidade que tive de efetuar esta pesquisa. Desde os amigos que acreditaram, os professores da época da graduação e especialização na UNICENTRO, os que ajudaram e os que torceram.

Seria injusto esquecer de alguém, mas algumas pessoas certamente interferiram mais com sua ajuda, compreensão, incentivo e mesmo paciência para suportar o *stress* ou a petulância de quem se dispõe a enveredar por esses caminhos de pesquisa.

Em primeiro lugar, minha mulher, Maria Sueli. Por diversas vezes acreditou mais em mim do que eu mesmo, e seu incentivo e compreensão foram fundamentais para que eu não desistisse no meio do caminho.

À minha família que, mesmo longe, sempre esteve atenta. Em especial meu pai, João Jair Camargo e minha mãe, Bernardete Maria de Castro Camargo. A educação que me deram e seu amor aos livros me permitiram trilhar um caminho que, não fora as duras condições em que sempre viveu a classe trabalhadora no Brasil, eles mesmos talvez pudessem ter trilhado.

À professora Marion, minha orientadora, pelos conselhos, paciência e a leitura atenta dos resultados da pesquisa, indicando as falhas e as possibilidades.

À CAPES, pela concessão de uma bolsa que foi fundamental para a execução da pesquisa.

Aos colegas e professores da linha Intersubjetividade e Pluralidade Reflexão e Sentimento na História, com os quais as condições da vida não permitiram a convivência que gostaria de ter tido.

Ao pessoal do DEAP/DOPS pela presteza no atendimento durante a pesquisa com as fontes primárias.

À Maria Cristina, da coordenação do PPGHIS, sempre atenta à datas e prazos que muitas vezes eu mesmo esquecia.

Aos colegas da APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná e dos movimentos sociais. O Marco Aurélio e a Tatiana foram responsáveis por minha inscrição no processo seletivo. A convivência com companheiros como esses valoriza a formação acadêmica e ajuda a não descrever da luta política.

*Há aqueles que lutam um dia, e são bons;
Há outros que lutam um ano, e são melhores;
Há aqueles que lutam muitos anos, e são muito bons;
Porém, há os que lutam a vida inteira;
Estes são os imprescindíveis*
(Bertold Brecht)

RESUMO

Este trabalho apresenta ações de resistência efetivadas por pessoas que residiam no estado do Paraná durante a ditadura civil-militar de 1964. Esta pesquisa se concentra na ação pessoal, embora quase todos os citados estivessem ligados a algum movimento político ou social. Busca-se perceber ações praticadas por sujeitos, sem privilegiar grupos de pertença, e que foram anotadas pelos agentes da repressão em suas fichas e pastas individuais. As fontes primárias utilizadas na pesquisa encontram-se disponíveis no Departamento de Arquivo Público do Paraná, no acervo da antiga Delegacia de Ordem Política e Social do estado. São utilizadas também outras fontes que ajudam a elucidar essas ações, permitindo aferir o discurso do repressor sobre os “fichados” com outras falas. Dado o momento político de então, entendemos que estas ações de resistência implicavam em coragem política e em uma ética da resistência, que pautava as decisões de agir ao invés de meramente se comportar. Como principal referência teórica é utilizado o trabalho de Hannah Arendt e suas reflexões sobre a política.

Palavras-chave: resistência; coragem política; ditadura; política; DOPS.

ABSTRACT

This research presents resistance actions effected by people who were residing in Paraná state during the civil-military dictatorship of 1964. This research focuses on personal action, although almost all the people who were mentioned were connected to any political or social movement. The objective is to understand actions taken by individuals, without privileging the groups they belonged, and actions that were registered by the agents of repression in their records and individual folders. The primary sources used in the research are available at Paraná's Public Archives Department, in the collection of the former Bureau of the state Political and Social Order. Other sources are also used to support elucidating these actions, allowing assess the repressor's speech about the blacklisted with other discourses. Due to that political moment, we understand that these acts of resistance implied on political courage and on resistance ethic, which marked the decision to act rather than merely behave. The work of Hannah Arendt and its reflections on politics is used as the main theoretical framework.

Keywords: resistance; political courage; dictatorship; policy; DOPS.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	01
1. INTRODUÇÃO.....	03
2. APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO.....	11
2.1 Ética da resistência.....	17
3. SEGURANÇA NACIONAL E RESISTÊNCIA.....	22
3.1 Resistir a que: a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento ..	22
3.2 A resistência no Brasil.....	27
3.2.1 O regime civil-militar em busca de institucionalização: 1964-1968..	28
3.2.2 Imersão na luta armada: 1968-1974.....	33
3.2.3 A oposição retoma a iniciativa: 1974-1985.....	35
3.3 O Paraná nos anos de repressão.....	40
4. RESISTENTES COM INSERÇÃO E PROTEÇÃO INSTITUCIONAL..	47
4.1 Resistência parlamentar: a atuação de Léo de Almeida Neves.....	48
4.2 Um médico resiste à ditadura: Doutor Jorge Karam.....	62
5. PESSOAS “COMUNS” E RESISTÊNCIA.....	70
5.1 Resistência organizada na prisão: Ildeu Manso Vieira	70
5.2 Do movimento estudantil secundarista ao PT: Antônio Narciso Pires de Oliveira.....	78
5.3 Um jovem na senda da subversão: Vítório Sorotiuk.....	89
5.4 Da “Marcha a favor do ensino livre” ao quadro social da escola Oficina: Tereza Urban.....	103
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	117
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	121
FONTES.....	125
SITES CONSULTADOS.....	128

LISTA DE SIGLAS

ABI: Associação Brasileira de Imprensa
ADITEP: Associação Difusora de Técnicas e Projetos Pedagógicos
AED/Oficina: Associação de Estudos Educacionais Oficina
AESI: Assessoria Especial de Informações
ALN: Aliança Libertadora Nacional
AP: Ação Popular
APP: Associação dos Professores do Paraná
ARENA: Aliança Renovadora Nacional
CAHS: Centro Acadêmico Hugo Simas
CBA: Comitê Brasileiro pela Anistia
CCC: Comando de Caça aos Comunistas
CEBs: Comunidades Eclesiais de Base
CENIMAR: Centro de Informações da Marinha
CIEX: Centro de Informações do Exterior
CLT: consolidação das Leis do Trabalho
CNBB: Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CNTI: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria
CODI: Centro de Operações de Defesa Interna
CPI: Comissão Parlamentar de Inquérito
CREAI: Carteira de Crédito Agrícola e Industrial
DCE: Diretório Central dos Estudantes
DEAP: Departamento de Arquivo Público do Paraná
DOI: Destacamento de Operações Internas
DOPS: Delegacia de Ordem Política e Social
DSN: Doutrina de Segurança Nacional
ESG: Escola Superior de Guerra
IBAD: Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES: Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPM: Inquérito Policial Militar
JUC: Juventude Universitária Católica
MCD: Movimento Contra a Ditadura
MDB: Movimento Democrático Brasileiro

MEC: Ministério da Educação e Cultura (posteriormente seria desdobrado em 2 ministérios)

MR-8: Movimento Revolucionário 8 de outubro

MRT: Movimento Revolucionário Tiradentes

OAB: Ordem dos Advogados do Brasil

OBAN: Operação Bandeirantes

PC do B: Partido Comunista do Brasil

PCB: Partido Comunista Brasileiro

PDC: Partido Democrata Cristão

PDT: Partido Democrático Trabalhista

PM: Polícia Militar

PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro

POC: Partido Operário Comunista

POLOP: Política Operária

PORT: Partido Operário Revolucionário Trotskista

PPC: Prisão Provisória de Curitiba

PSB: Partido Socialista Brasileiro

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro

PUC: Pontifícia Universidade Católica

SNI: Serviço Nacional de Informações

SSP: Secretaria de Segurança Pública

UFP: Universidade Federal do Paraná

UNE: União Nacional dos Estudantes

UPE: União Paranaense dos Estudantes

URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USAID: United States Agency for International Development

USP: Universidade de São Paulo

1. INTRODUÇÃO

As décadas de 1960 a 1980 na América Latina ficaram marcadas por sucessivos governos de índole militarista, que ascenderam ao poder por meio de golpes de Estado. No Brasil, o período de vigência da ditadura civil-militar é amplamente reconhecido na historiografia pelas políticas repressivas frente à sociedade civil, criação e aparelhamento de organismos de segurança, cerceamento das liberdades democráticas e censura à imprensa e à atividade política.

Inserida que estava a América Latina no contexto internacional da Guerra Fria, a adoção de políticas ditatoriais foi também uma resposta, estimulada por formuladores estadunidenses, ao avanço das forças de esquerda na região, identificadas sempre com o genérico nome de comunismo. Embora sofrendo as adaptações indispensáveis de cada realidade nacional onde se instalaram, as ditaduras direitistas que floresceram no período guardam os traços comuns que as remetem ao conturbado período de então, onde as políticas mais duras contra a esquerda eram sempre justificáveis, na lógica da Doutrina de Segurança Nacional, para combater o comunismo (chinês, cubano ou soviético) e suas táticas de dominação de corações e mentes.

A fim de garantir a “segurança nacional” contra os perigos que ameaçavam as “fronteiras ideológicas” da civilização cristã ocidental, as ditaduras aparelharam suas forças armadas, seus órgãos de informação e suas polícias, lançando mão, ao mesmo tempo, de uma intensa propaganda para legitimar seus atos, e de extrema violência para combater os que não se ajustassem às suas políticas. Se havia grande número de instituições e pessoas que concordavam com esses regimes - inclusive financiando e estimulando-os - e grande número de indiferentes, havia também aqueles que discordavam delas, oferecendo-lhes a resistência possível.

No Brasil, a volta à normalidade democrática tem proporcionado uma expansão cada vez maior dos estudos sobre esse período, contribuindo para isso a gradual abertura de muitos arquivos das polícias políticas estaduais, como no Paraná. Embora sejam problemas a serem enfrentados a questão da difusão de outras fontes que, por diversos motivos, estão ainda indisponíveis para os historiadores, e mesmo as dificuldades que se colocam para a consulta em arquivos já disponibilizados, ou a pouca atenção do poder público à importância que estes possuem.

Diversos historiadores e cientistas sociais já se dispuseram a efetivar pesquisas e análises sobre esse período da história do Brasil. Já nos anos 1970 começavam a aparecer

estudos tentando elucidar o processo da ditadura, suas políticas e as resistências efetivadas a partir de diversas instâncias da sociedade civil. Com o fim do ciclo ditatorial tais estudos aumentaram em quantidade.

Ex-militantes, muitos deles ligados a instituições de pesquisa, ofereceram igualmente análises ricas, mescladas com suas experiências pessoais do período, assim como pessoas ligadas à resistência pacífica; jovens pesquisadores que não chegaram a ter um contato pessoal profundo com a ditadura também ofereceram análises e interpretações. Embora não seja objeto de nossa atenção, sabemos que ao lado de uma abundante literatura acadêmica são publicadas também obras escritas e financiadas por setores ligados às forças armadas, principalmente o exército, que pretendem dar a sua versão do processo e normalmente adotam um tom positivo para as políticas ditatoriais, e se ressentem de um “revanchismo” das esquerdas após o fim do regime.

Sobre o tema da resistência civil ao regime, em geral as obras acadêmicas oferecem uma análise mais voltada para os grupos que reagiram às políticas ditatoriais, sejam os grupos ligados à chamada oposição liberal, como a CNBB, a OAB, o próprio MDB ou outros, ou ligados às esquerdas, como o PCB, o Movimento Estudantil ou os grupos da luta armada. As ações individuais dos militantes são quase sempre destacadas a título de ilustrar a referência ao seu grupo de pertença. Há exceções, como a tese de Renato Augusto Carneiro Júnior sobre a ação do católico Alceu Amoroso Lima e sua resistência ao regime, utilizando a grande imprensa como tribuna.¹ Mas em geral os escritos que procuram dar conta de ações individuais são mais narrativas biográficas, ou autobiográficas, que apresentam personalidades públicas, quando não procuram destacar, como já afirmamos, a ação do militante por conta do interesse que se tem pelo grupo.

Outra questão importante diz respeito à grande valorização do eixo Rio-São Paulo como um *locus* privilegiado de ação dos resistentes. Certamente que nesses locais foram mais largas as ações de resistência e também as de repressão. Não se pode desconsiderar, porém, que o país como um todo foi afetado pelas políticas ditatoriais, e pode-se perguntar se em outros estados e regiões onde a ditadura chegou não houve também resistência. Dorival da Costa dos Santos, recentemente apontava a inexistência de estudos sobre a ação da ditadura e dos resistentes no Amapá, destacando que quando o assunto é, por exemplo, a guerrilha do Araguaia, o olhar analítico volta-se para “[...] paulistas, mineiros, gaúchos, entre outros

¹ CARNEIRO Jr., Renato Augusto. **Amor em tempos de ressentimento**: Alceu Amoroso Lima, política e resistência à ditadura militar (tese de doutorado). Curitiba: UFPR, 2011.

sulistas que se embrenharam na selva em busca de suas utopias”.² Os resistentes locais ficam esquecidos, como se apenas pessoas de outros estados pudessem ter levado a resistência até lá.

Um pouco na contramão dos trabalhos mais generalizantes, nosso trabalho procura enfatizar a resistência civil sob um enfoque diferenciado, qual seja: a resistência cotidiana que indivíduos impuseram à ditadura num estado da federação situado fora do eixo Rio-São Paulo. Uma contribuição à supressão de uma lacuna.

Não são estudos de caráter biográfico. São enfatizadas ações que esses sujeitos empreenderam e foram anotadas pela DOPS-PR e que, portanto, foram percebidas como atentatórias à ordem dominante pelo órgão destinado a preservá-la. Ações muitas vezes simples em si mesmas, como o ato de distribuir panfletos denunciando o regime, ou pichar muros, mas que eram carregadas de um sentido político específico: o de que havia pessoas, no Paraná, que não concordavam com o estado de coisas imposto pelo golpe de 1964, e que demonstravam isso em suas ações, mesmo conhecendo as consequências que poderiam advir de seus atos. Embora seja um acervo menor do que o de suas congêneres de outros estados como, por exemplo, os já referidos Rio de Janeiro e São Paulo, o próprio funcionamento de tal delegacia no período e sua coleta e armazenamento de informações, constituem um forte indício de que havia grupos, e pessoas, a serem vigiados no Paraná.

Os registros dessas pessoas encontram-se no arquivo da antiga Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná, hoje sob guarda do Departamento de Arquivo Público do estado, que guarda mais de 60.000 fichas individuais e aproximadamente 10.000 pastas temáticas de um período que vai de 1937 a 1989. Muitos indivíduos que tiveram suas fichas abertas ainda durante o Estado Novo foram sistematicamente acompanhados pelos órgãos de segurança e, por ocasião do golpe de 1964, continuaram a ser vigiados, o que traz um acervo documental rico e complexo. Para a elaboração de nossa pesquisa efetuamos recortes que permitiram fazer uma seleção neste arquivo do DEAP/DOPS. Vejamos, então, por que estas pessoas foram pesquisadas e não outras.

Como um primeiro recorte, não estudamos ações armadas. Entendemos a atividade política como aquilo que é possível fazer apenas quando não se lança mão da violência, numa compreensão próxima a Hannah Arendt, para a qual a violência começa onde a política termina, já que a política é o exercício do diálogo e a violência, em si mesma, é muda. Obviamente que ações violentas também demonstravam o descontentamento frente ao regime,

² SANTOS, Dorival da Costa dos. **O regime ditatorial militar no Amapá: terror, resistência e subordinação.** (Dissertação de mestrado). Campinas: UNESP, 2001. p. 20

mas seu objetivo mais imediato é a busca da revolução que, como se verá adiante, não pode ser confundida com resistência. Optamos, portanto, por estudar pessoas que resistiram de forma pacífica, mas nem por isso menos contundente.

Outro critério utilizado foi o de continuidade. Há muitas fichas e pastas dando conta de ações esporádicas de pessoas que efetivaram atos de resistência, mas que não persistiram nessas atitudes. Muitas vezes um indivíduo que participara de protestos e lançara palavras de ordem contra o regime, entrava logo depois com um “pedido de silêncio”³ sobre suas anotações, no qual alegava que estava disposto a não mais meter-se em confusão e continuar sua vida, alegando arrependimento, que suas ações não chegaram a prejudicar o regime, ou que foram cometidas antes da “revolução”. Frente às alegações feitas e às anotações sobre o mesmo, cabia ao secretário de segurança pública do estado deferir ou indeferir o pedido.

Obviamente que, em certas circunstâncias, o “pedido de silêncio” poderia aparecer como uma estratégia do resistente, a título de ganhar tempo ou apenas simular um “arrependimento” por seus atos. Observando casos de pessoas que entraram com tais pedidos na DOPS do Paraná, podemos perceber que, via de regra, aqueles cujos pedidos eram deferidos cessavam de ter anotações em suas pastas e fichas após a data do deferimento. Isso se daria por que a DOPS, acreditando na inocência ou no arrependimento alegados, simplesmente deixava de vigiar o suspeito? Ou seria por que este realmente deixara de praticar atos contrários ao regime, procurando a partir de então “levar a vida”?

Chegar a essas respostas, considerando que seja possível fazê-lo, alargaria sobremaneira os propósitos desta pesquisa, que leva em conta indivíduos que foram seguidamente vigiados, sem chegar a protocolar semelhante pedido. Ficamos com a observação, entretanto, de que dificilmente os responsáveis pela “ordem social” simplesmente deixariam de vigiar alguém que fora seguidamente acompanhado como “subversivo” ou comunista, ao menos durante um tempo, e deixariam de anotar em sua ficha uma ação contrária à sua definição de “ordem”, mesmo que praticada após o deferimento de tal pedido. Para essa dissertação selecionamos apenas pessoas cujas fichas continuaram abertas e sendo alimentadas ao longo da ditadura.

³ Os pedidos de silêncio eram um tipo de documentação específica das Delegacias de Ordem Política e Social. Era uma forma de o indivíduo fichado pedir que as anotações sobre sua pessoa fossem esquecidas, uma espécie de consenso tácito, em que ele, por sua vez, se comprometia a não mais praticar atos “subversivos”. Mesmo assim, em muitos casos, tais pedidos eram indeferidos. No arquivo público do Paraná há centenas de pedidos desse tipo. A ficha com o pedido original ficava na pasta do fichado, mas há também uma pasta específica com nos nomes que solicitaram e a anotação de “deferido” ou “indeferido”: DEAP/DOPS. Dossiê Nº 1552. Topografia: 187. Documentos/Informações referentes á: Pedidos de Silêncio.

Aceitando a lição elementar das reflexões legadas por March Bloch, precisamos levar em consideração o fato de que o passado é tirano, e que o historiador trabalha com a documentação que chegou até ele atravessando inúmeros recortes, sendo o último deles o que é feito por sua própria análise. Assim, há sempre a possibilidade de que os sujeitos que pesquisamos possam ter entrado um dia com um pedido de silêncio que foi extraviado, pelos mais diferentes motivos, ou que anotações posteriores de algum “fichado” cujo pedido foi deferido, tenham sido perdidas. Ou, que mesmo sem pedido algum, fichas desapareceram ou se perderam.

Nesse sentido, certamente que, mesmo recortando apenas indivíduos que atuaram de forma pacífica e continuada, pode haver outros nomes, quiçá tão relevantes quanto, que não são mencionados no estudo. Não era intenção, entretanto, realizar a tarefa de fazer uma pesquisa exaustiva dando conta de todas as pessoas que resistiram à ditadura no estado. Antes, o que se busca é pensar a importância que atitudes de coragem política podem ter para a coletividade em situações onde é mais fácil não se opor, sendo a insistência na vigilância por parte da DOPS uma forte evidência de que os sujeitos pesquisados (ao menos) eram considerados “perigosos” pelos órgãos e agentes da repressão.

Não privilegiamos movimentos específicos. Os indivíduos que estudamos nos interessam mais por seus atos que pela pertença a grupos. Estes são mencionados a título de situar o sujeito pesquisado, mas não pela coerência ideológica entre o grupo e o militante. Aqui, o indivíduo e suas ações importam mais que o grupo. Até porque há indivíduos pesquisados, como Antônio Narciso Pires de Oliveira, que passaram por diversos movimentos e partidos ao longo da ditadura, não sendo possível referir seus atos a somente um destes.

Mesmo tendo o foco na ação individual, pudemos perceber que havia diferença nas possibilidades de resistência das pessoas conforme a sua inserção social. A possibilidade de represálias sobre pessoas públicas com boa inserção social por conta de sua atividade profissional, ou outro motivo, era diferente daquela que poderia incidir sobre um indivíduo que não dispusesse dessas prerrogativas, embora nem sempre isso fosse uma garantia. E os meios de efetuar a resistência também eram diferentes para uns e outros. Sendo assim, agrupamos os sujeitos estudados em dois conjuntos exemplares. O primeiro compreende pessoas que efeturaram a resistência a partir de um lugar institucional privilegiado, e o outro, pessoas que não tinham essa inserção. Era diferente resistir na condição de deputado federal, como Léo de Almeida Neves, ou de um estudante do interior do estado, como Vitório Sorotiuk.

O trabalho com fontes de tipologia mista, como as da DOPS, que identificam o “subversivo” e, ao mesmo tempo, revelam o olhar do repressor e suas matrizes, nos levou a identificar os resistentes, no primeiro momento, a partir justamente da indicação policial. Ou seja, utilizando apenas as fontes do arquivo, temos primeiro o julgamento do repressor sobre as ações do resistente e sua “classificação” como subversiva, sem outro testemunho que diga se o mesmo era “subversivo” ou não. Para contornar o risco de assumir o discurso do repressor, utilizamos também outras fontes que nos trazem indícios da ação dos sujeitos pesquisados, como recortes de jornais, biografias, livros de outros autores que citam as ações dos mesmos etc. Onde o olhar policial via a condenável “subversão” da boa ordem constituída, percebemos a resistência pertinaz de quem não concordava com ela, considerando-a injusta.

O uso intenso que fazemos das fontes primárias (pastas individuais e temáticas, fichas individuais, relatórios da Comissão de Indenização de Presos Políticos do Paraná) principalmente dos documentos da DOPS, deixou o texto com uma quantidade considerável de citações e notas. Acreditamos, entretanto, que isso seja necessário à compreensão devido à metodologia adotada.

Cabe destacar, ainda, que a opção de adjetivar as ações dos resistentes frente à ditadura civil-militar brasileira com a virtude da coragem, nos coloca frente a outro dilema de método: julgar ou compreender. Este dilema é tratado de forma magistral por Bloch no seu livro “Apologia da História”.⁴ Não nos propomos o papel de “juiz dos infernos” distribuindo elogios aos resistentes que persistiram e vitupérios aos que desistiram desse propósito; ou à ditadura e seus funcionários e beneficiários, nem tampouco a pretensão de definir se o Estado ditatorial no Brasil foi “bom” ou “ruim”. Compreendemos que foi um acontecimento possível àquela época, dotado de violência, e que pessoas resistiram-lhe. Conhecendo, através de outros historiadores e cientistas sociais, as características do Estado então posto, e as condições que possuíam aqueles indivíduos pesquisados que lhe encetaram a resistência, entendemos que sua ação foi corajosa e que ajudou a iluminar o espaço público no Brasil. Não se trata de uma avaliação de ordem moral, mas de compreender os efeitos do Estado de exceção então aplicado. Estudar ações como essas, entendemos, permite-nos contribuir na compreensão - e não apenas no julgamento - do período ditatorial pós -64.

⁴ BLOCH, March. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. p.125-128.

Dividimos o texto em três capítulos. No primeiro fazemos uma abordagem da Doutrina de Segurança Nacional, a título de compreender as características do poder de Estado no Brasil durante a ditadura. Características como o anticomunismo e a inserção em uma lógica internacional que obrigava os países a assumirem seu lado na arena geopolítica mundial, fortemente marcada pela guerra fria e as lideranças de blocos antagônicos que opunham os Estados Unidos e o ocidente capitalista, à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e à ideologia comunista. Para a apreensão das características do Estado brasileiro de então, nos pautamos também no conceito de Terror de Estado, tal como estudado por Enrique Serra Padrós. Um Estado que instrumentalizava o terror como forma de obtenção do consenso social pelo medo, procurando calar as vozes dissonantes, o que pode ser percebido em palavras de ordem como “Brasil: ame-o ou deixe-o” (um conhecido slogan da época). Pontuar essas características é necessário para entender a que Estado os resistentes pesquisados se opunham.

Nesse capítulo discutimos também o tema da resistência no Brasil, esboçando em linha gerais os principais movimentos e entidades que pautaram a resistência civil ao longo do recorte temporal estabelecido. A vigência do regime ditatorial não se deu de forma monolítica. O esboço que fazemos da resistência civil no período leva em conta os diferentes momentos do regime, sendo apresentado em três fases distintas da tentativa de institucionalização do Estado de segurança nacional: 1964-1968, quando o regime está ainda em busca de institucionalização e há resquícios das liberdades democráticas convivendo com o aparelhamento do aparato repressivo; 1968-1974, quando, após o AI-5, praticamente estão impedidas as manifestações de massa e há um recrudescimento no terrorismo do Estado; e 1974-1984, período que, após as eleições de 1974 e o esgotamento do “milagre econômico” traz a oposição muito mais eficiente e ativa, acrescida dos novos movimentos sociais e da repolitização das ruas.

Inserimos também uma apresentação da inserção do estado do Paraná na lógica ditatorial, a adesão das elites civis e militares, e as modificações dessa postura ao longo da vigência do regime, bem como uma descrição de como a DOPS estadual e a Secretaria de Segurança Pública eram alvo de controle direto pela arma do exército.

Essa descrição da resistência civil e dos diferentes momentos do Estado de então, nos permite perceber que, apesar da coerência doutrinária aos preceitos da Doutrina de Segurança Nacional, não se estava diante de um Estado monolítico, que teria passado de forma invariável os 21 anos de ditadura, assim como a oposição também possuía características

heterogêneas. Como já pontuara Moreira Alves, o Estado ajudou a definir a oposição e esta também interferiu na lógica de organização e funcionamento do Estado ditatorial.

No segundo capítulo trazemos as ações de resistência de indivíduos que possuíam algum grau de inserção social que poderia garantir-lhes proteção em caso de arbitrariedades físicas do Estado (prisões, torturas, sequestros) em punição aos seus atos. São estudadas as atuações de um ator político de bastante prestígio, Léo de Almeida Neves, deputado estadual, diretor da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil e deputado federal, e de um médico de renome na classe alta de Curitiba, Jorge Karam, comunista por convicção e de idade bastante avançada, considerado um perigoso agitador pela DOPS.

No terceiro capítulo apresentamos ações de indivíduos que não possuíam essa possibilidade de contar com o prestígio social ou profissional em caso de sanções físicas, perda da liberdade, torturas etc. São estudadas atuações de Ildeu Manso Vieira, vendedor e comunista; Antônio Narciso Pires de Oliveira, atuante em diversos movimentos e partidos; Vitório Sorotiuk, estudante que precisou exilar-se e continuou resistindo mesmo fora do país e após a Anistia em 1979; e a jornalista Tereza Urban, também atuante em vários movimentos, exilada e seguidamente perseguida pelas forças da repressão.

Ao longo da exposição sobre as ações individuais dos sujeitos pesquisados é possível perceber também o funcionamento do aparato repressivo no estado do Paraná. Os locais para onde os presos eram levados, os órgãos e indivíduos que efetuavam as torturas, cooperação com outros órgãos de cunho nacional, procedimentos. Ao mesmo tempo em que são apontadas as “artes” da resistência praticada, como organização dentro das prisões, pichações, jornalecos, greves de fome, movimentos de rua, cartas etc. A valorização do espaço político por esses atos pequenos, mas significativos num regime repressivo, e a validade da coragem política sob uma ditadura é o que esperamos demonstrar.

2. APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO

Nosso trabalho se caracteriza pelo método da História Política. Este “domínio” da disciplina de história traz consigo um histórico dúbio, de prestígio e desconfianças, que é importante pontuar, a título de especificar que tipo de História Política estamos nos referindo. De fato, se durante longo tempo esta foi a modalidade privilegiada de estudo da história no ocidente, após o fim da segunda guerra mundial ela sofreu um declínio e desprestígio consideráveis, sendo reabilitada apenas recentemente.

Heródoto iniciou uma concepção particular do que era digno de ser memorizado, fundada nos grandes feitos dos grandes homens, que deviam ser conhecidos pelas gerações posteriores, que mereciam ser lembrados e não cair no esquecimento. Ao longo dos séculos, apesar das evidentes mudanças e transformações, esta concepção do que era digno de ser estudado pela História manteve-se. Com o movimento iluminista e o romantismo, a partir de meados do século XVIII, progressivamente foi se definindo um método, e o Estado nacional foi elevado à condição de “objeto por excelência da produção historiográfica”⁵, reafirmando uma hegemonia da História Política. Obviamente, como lembra Lévêque, essa predominância da História Política ao longo do tempo é fruto da associação da produção histórica a uma demanda social, ligada sempre a uma ideologia dominante. Seu ápice no século XIX responde à necessidade de afirmação dos Estados nacionais, objeto de interesse e ao mesmo tempo estimuladores da história que se produzia então.

Embora possa haver uma tendência em denominar de “positivista” a produção historiográfica de então, pode-se defini-la melhor como escola histórica metódica, já que é o seu método de crítica documental, o “método histórico”, que efetivamente lhe garantia sua pretensa cientificidade. Até as primeiras décadas do século XX a hegemonia desta que se convencionou chamar “História Política Tradicional”, manteve-se praticamente inalterada na França. Embora já se viessem formulando críticas a ela de parte de historiadores, economistas e sociólogos.

Com a criação da revista *Les Annales d'Histoire Économique et Sociale* em 1929, reuniu-se um grupo multidisciplinar de pensadores, capitaneado pelos historiadores March Bloch e Lucien Febvre, que engrossou a já pesada condenação que se fazia à chamada História Política Tradicional. Embora desprovidos da supremacia institucional num primeiro

⁵ MOMMSEN, Wolfgang. **Apud:** FALCON, Francisco. História e poder. IN: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história:** ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 65.

momento, os annalistas foram de grande importância para o declínio da História Política. O combate travado pelos primeiros historiadores dos *Annales* contra ela condenava sua preferência pelos feitos dos grandes, a mera enumeração factual de reinados e príncipes em detrimento de setores plenos de vivacidade, como a economia, a cultura, as artes em geral ou outros. Talvez se possa dizer que era mais necessária uma crítica da maneira como se estudava a política, empobrecendo-a, do que da política em si. O fato é que essa reserva em relação ao político manteve-se como marca dos historiadores ligados aos *Annales* por bastante tempo.

Falcon sugere, entretanto, que não exageremos a partir de uma concepção retrospectiva. Segundo ele, a História Política tem, nesse momento, duas trajetórias distintas: a da sua condenação e a da sua sobrevivência.⁶ Até nos anos 1940, ainda era predominante na França a produção e publicação da História Política, em sua concepção tradicional. Essa supremacia começou a declinar quando os annalistas foram ocupando lugares institucionais importantes, como uma cadeira no Colégio de França para Febvre em 1933, e uma cadeira na Sorbonne para Bloch, em 1936. A partir do final da segunda guerra, com a liderança de Fernand Braudel, criou-se a VI Seção da Escola Prática de Altos Estudos, e a supremacia institucional dos *Annales* se confirmou.

É importante pontuar esse movimento de condenação e sobrevivência da História Política pela historiografia francesa, a título de esclarecer que, mesmo na França, a passagem da supremacia institucional de uma à outra escola deu-se em um processo. Ademais, em outros países da Europa e mesmo nos Estados Unidos ou no Brasil, a supremacia da História Política Tradicional foi mais longa. Peter Burke lembra que “quando entrei em Oxford, de 1957 a 1962, o ponto de vista histórico que predominava na época era o da História Política”.⁷

Pode-se creditar grande parte do sucesso da condenação imposta à História Política à enorme influência exercida pelos *Annales* na historiografia mundo afora, principalmente após as conquistas institucionais da chamada segunda geração. Fernand Braudel, herdeiro institucional de Bloch e Febvre, manteve essa tendência de desprezo pelo político durante a segunda geração da escola, que dirigiu de perto. Um famoso artigo seu de 1956 é célebre em denunciar o evento – que hoje entendemos ser parte fundamental da política e da História – como “os medíocres acidentes da vida ordinária”, que precisavam ser relegados em nome do

⁶ FALCON, Francisco. História e poder. IN: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. Op. cit. p. 68.

⁷ BURKE, Peter. **Apud:** FALCON, Francisco. História e poder. IN: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. Op. cit. p. 70.

estudo das estruturas profundas, aquelas que realmente interessavam.⁸ Enfrentando as dificuldades criadas pela vaga estruturalista, a segunda geração da Escola de *Annales*, com poucas exceções, dedicou o melhor de seus esforços a outros campos, dos quais a política não poderia, em sua concepção, fazer parte.

Embora ainda fosse bastante marcada a reserva da historiografia dominante, a partir da década de 1970 historiadores ligados ao estudo da política começaram um movimento no sentido de marcar suas distâncias com relação à História Política “tradicional”, e apropriar-se dos métodos e avanços obtidos pela disciplina histórica. Foi somente com a terceira geração da Escola de *Annales* que, efetivamente, a História Política voltou a ocupar um lugar importante na produção historiográfica acadêmica.

Podemos perceber a revalorização recente da História Política ao nos depararmos com dois dicionários de ofício, que fizeram muito sucesso no mercado editorial de história nas últimas décadas. O primeiro é a enciclopédia dedicada à *La Nouvelle Histoire*, de 1978, que não trazia um verbete dedicado à “História Política”, senão apenas à “política”, no qual Jacques Julliard explicava os motivos porque esta não poderia fazer parte dos novos caminhos da historiografia.⁹ Já o Dicionário das Ciências Históricas, publicado originalmente em 1986, portanto apenas 8 anos depois, dedica já algumas páginas, sob responsabilidade de Pierre Lévêque - e com um enfoque bastante diferente do anterior- a este termo.

Retornando desse exílio forçado a que a submeteram praticamente duas gerações inteiras da Escola de *Annales* – e grande parte dos historiadores mundo afora -, esta encontra-se em franca expansão na atividade historiográfica contemporânea. Alguns, como Loiva Otero Félix, chegam a apontar uma preocupação com a passagem “[...] de modalidade execrada à vanguarda prestigiada”¹⁰ que poderia estar desembocando em um pernicioso processo de modismo intelectual. À parte os vícios acadêmicos de que possa ser vítima, o retorno, ou a reacomodação, do político na historiografia tem suas razões de ser, como o demonstra René Rémond.¹¹

Ademais, mudanças na história e na historiografia, e o próprio contexto internacional, favoreceram a que se tornasse a fazer história do político. Rémond é enfático, e concordamos

⁸ BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais: a longa duração. IN: BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. Trad. J. Guinsburg e Tereza C. S. da Motta. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1992. Esse artigo, em forma de um verdadeiro manifesto, também possuía um evidente caráter de defesa da disciplina de história frente ao ataque estruturalista levado a cabo, principalmente, pela antropologia estrutural.

⁹ JULLIARD, Jacques. A Política. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre, (orgs). **História: Novas Abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 180.

¹⁰ FÉLIX, Loiva Otero. História política renovada. IN: **História-Unisinos**. Nº especial. 2001. p. 103-116.

¹¹ RÉMOND, René. Por que a história política? IN: **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, vol. 7, n.13. 1994. p. 7-19.

com ele, ao destacar sua reserva quanto a um pretenso *retorno* da História Política. Até porque, mesmo que em uma posição marginal, a História Política sobreviveu à condenação dos *Annales*. Para ele, o que temos hoje é algo diferente: é uma história que se volta para o político, mas aproveitando o enriquecimento dado à historiografia como um todo pelas gerações anteriores, e não exatamente um retorno.¹² De qualquer forma, a nova maneira de fazer a História Política não comporta mais as velhas críticas.

Para abordarmos nosso tema, nos inspiramos em trabalhos de Hannah Arendt. Suas reflexões originais sobre a política e o poder ajudam a repensar e podem contribuir com os estudos históricos que se voltam para a política, suas manifestações e processos.

Como aponta Lévêque “etimologicamente, a História Política é a da cidade, quer dizer, no mundo grego onde nasceu, a do Estado e dos cidadãos que o constituem”.¹³ Na concepção que norteará nosso trabalho esse sentido será mantido, uma vez que nossa concepção de política, inspirada em Arendt, remete à capacidade de ação, aos homens que, indo além da mera reprodução da vida biológica, dedicam-se aos assuntos públicos e são, portanto, cidadãos que preocupam-se com os assuntos da pólis, ou do Estado.

Arendt dedicou grande parte de seus escritos à política. Em sua avaliação, a prática política dos gregos antigos e sua organização podem ser uma referência ao entendimento da coisa política em nosso tempo. Essa insistência em referir a prática política dos antigos como uma fonte de inspiração para o que a política deveria ser em nossos dias, entretanto, não pode ser entendida como uma pretensão de estudar os homens do presente com os olhos e valores do passado, ou seja, adotar como referência para a análise a maneira como os gregos antigos entendiam a política e transportar essa visão para o passado recente. Antes, trata-se de entender, como afirma André Duarte, que Arendt pretendeu “[...] refletir sobre o que ‘é’ a política à luz da descoberta, no passado, daquilo que ela ainda pode ser hoje e no futuro”.¹⁴

Mas o que Arendt entende por política? Na coletânea de textos compilados por Úrsula Ludz sob o título “O que é política”, Arendt aponta que a política trata da convivência entre diferentes, sendo uma questão que tem a ver com a pluralidade. A política, para ela, não é algo inerente ao homem, mas algo que surge apenas *entre os* homens considerados em suas diferenças e igualdades relativas.¹⁵ Em princípio, portanto, a política só é possível onde várias pessoas se encontram e podem expressar seus pontos de vista, em um espaço público. O

¹² RÉMOND, Réne. Op. cit. p. 4.

¹³ Lévêque, Pierre. História política. IN: Burguière, André (org.). **Dicionário das ciências históricas**. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1993. p. 379.

¹⁴ DUARTE, André. Poder e violência no pensamento de Hannah Arendt: uma reconsideração. IN: ARENDT, Hannah. **O que é política**. -6ª Ed.- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 140.

¹⁵ ARENDT, Hannah. **O que é política**. -6ª Ed.- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. pp. 21-28.

cidadão que se preocupa com os assuntos da cidade precisa desse *estar entre outras pessoas* para exercer a atividade política. Onde o espaço público é atrofiado, ou quase eliminado, o exercício da política em seu pleno sentido torna-se, portanto, um grande desafio aos seus proponentes, um ato de coragem.

Em sua concepção, o sentido de toda a atividade política é, ou pelo menos deveria ser, a liberdade.¹⁶ Retomando a concepção dos gregos antigos, para os quais política e liberdade eram inseparáveis, ela aponta que na pólis, para o pleno exercício dessa atividade, era necessário estar livre das necessidades referentes à mera reprodução da vida. Aquele que optava por permanecer apenas na esfera privada (*idion*), ignorando o espaço público (*koinon*) era, por excelência, o *idiote*. Ser livre era libertar-se para a política, a mais nobre atividade existente. Apegar-se à vida privada era equiparar-se ao modo de existência dos escravos, que não possuíam a opção da liberdade. Só era livre o homem que se interessava pelos assuntos públicos, e só poderia interessar-se pelos assuntos públicos o homem que era livre. Nesse sentido é que liberdade e política eram inseparáveis. A política, nesse sentido, é menos o fazer institucional que uma ação entre iguais para responder a uma determinada situação.

Outro aspecto discutido por Arendt diz respeito à coragem na política. Para ela, “a coragem é a mais antiga das virtudes políticas e ainda hoje pertence às poucas virtudes cardeais da política [...]”.¹⁷ Isso porque aquele que se dispõe a adentrar o espaço público precisa abrir mão da segurança e do conforto garantidos para os que se dedicam apenas aos assuntos privados, à mera reprodução do *bios*, ou à própria sobrevivência. Sua reflexão sobre a coragem nos remete novamente à pólis. Nesta, era escravo todo aquele que denotava um apego muito grande à própria vida, não tendo coragem de escolher a morte à privação de sua liberdade. Com este exemplo ela conclui que a coragem é requerida ainda porque “sempre foi prerrogativa da política exigir, em certas circunstâncias, o sacrifício da vida dos homens que dela participam”.¹⁸

A conotação da atitude política corajosa, de pessoas que não aceitam ficar indiferentes, presas ao mundo privado e à mera busca de condições de sobrevivência, mas que, ao contrário, dedicam-se a lutar pelo que consideram justo e opor-se à ditadura é uma característica das ações dos indivíduos que pesquisamos. Até porque esta era uma daquelas circunstâncias em que o exercício da atividade política – no sentido de ações que buscam solucionar problemas da coletividade – poderia requerer o sacrifício da vida de seus

¹⁶ Idem. p. 38.

¹⁷ Idem. p. 53.

¹⁸ Idem. p. 76.

participantes. Um tempo em que havia “[...] o risco de morte suspenso acima da política”.¹⁹ Um tempo em que o privilégio da liberdade como “sentido da política”, exigia de todos aqueles que não compactuavam com os pressupostos da ditadura civil-militar, a coragem de não apegar-se demais à própria vida, ou de agir sabendo dos grandes riscos de perdê-la.

Esse sentido da coragem política como realização de ações que têm significado no espaço público, é estudado também por Wolfgang Heuer, que enfatiza a importância desses gestos para si e para a coletividade. Tendo como referência a obra e os conceitos de Arendt, ele aponta que o atuar politicamente é sempre pleno de riscos, e que quanto mais difíceis as condições para essa atuação, seja pela apatia geral em uma democracia, seja pelas punições em uma ditadura, menor a quantidade daqueles dispostos a atos de coragem política, e mais significativos seus gestos.²⁰

Um exemplo extremamente interessante utilizado por Heuer, refere-se a um verdureiro estudado pelo ex-presidente da Checoslováquia e da República Checa, Vaclav Havel. O verdureiro precisava colocar, diariamente, um letreiro com a frase “operários do mundo, uni-vos” exposta em sua banca de frutas. As consequências psicológicas de tal ato são exploradas por Havel. Primeiramente, o consenso tácito estabelecido pelo verdureiro com seus opressores, no sentido de que ele colocaria sempre um cartaz com uma frase em que não acreditava, ou que pelo menos pouco sentido lhe fazia, apenas para ser deixado em paz e poder “levar a vida”. Mas, se pergunta Havel, e se ele resolvesse um dia não colocar mais o letreiro? Certamente adviriam sanções de parte daqueles que exigiam seu consentimento e sua mudes. No entanto, com tal gesto, o verdureiro poderia experimentar, talvez pela primeira vez em sua vida, o sentido da sua dignidade e da sua liberdade. Deixando de consentir com o que feria sua consciência apenas para poder “levar a vida”, ele poderia, em nossa análise, experimentar o significado de sua ação corajosa no espaço público, ali onde o sentido da política é, como sugere Arendt, a própria liberdade.

Nesse sentido, podemos dizer que estudamos ações de pessoas que se recusaram a “colocar seus letreiros”. Certamente, e esse estudo vai também mostrar isso, advieram sanções daqueles que esperavam sua obediência, ou pelo menos seu silêncio. Mas suas recusas e a coragem de suas ações ajudaram a iluminar, senão mesmo a criar, um espaço público na ditadura militar brasileira, um espaço onde a política encontra seu sentido na liberdade.

¹⁹BROSSARD, Alain. Violência e política. IN: GARCIA, Marco Aurélio; VIEIRA, Maria Alice (orgs.) **Rebeldes e contestadores: 1968 – Brasil, França e Alemanha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008. P. 36.

²⁰ HEUER, Wolfgang. Coraje en la política sobre un verdulero en Praga, senadores norteamericanos, whistleblowers y una carreta siciliana. IN: **História: Questões e debates**, n.41. Editora da UFPR, 2004. pp 167-181.

Dado que o espaço público encontra-se amorfo ou impossibilitado em uma ditadura, ocorre uma politização imediata de cada ato. Assim, ações simples podem ter grande valor político e podem ser punidas com excessivo rigor quase que imediatamente, já que não há amortecedores entre o poder do Estado e os indivíduos. Atos como participar de uma reunião, de questionar as ações do executivo, ou de prestar solidariedade a pessoas vigiadas, que numa democracia tendem normalmente a passar despercebidos, na ditadura, pelas próprias características do Estado, acabam adquirindo contornos de resistência política. As pessoas que estudamos muitas vezes tiveram anotados atos como esses em suas fichas na DOPS.

2.1 Ética da resistência

A variada gama de ações empreendidas pelos sujeitos pesquisados em contraposição à ditadura civil-militar são por nós agrupadas sob o signo da resistência pacífica – todos os pesquisados são pessoas que não pegaram em armas -, percebida nas anotações da polícia política sobre suas pessoas, em recortes de jornais e biografias. A manifestação da coragem na política em um regime ditatorial como o do Brasil pós-64 é, em geral, fruto de uma “ética da resistência”, pelos mais variados motivos. Sendo a resistência um termo carregado de história e sentidos, faz-se necessário pontuar os autores que nos auxiliam a pensá-la e à sua validade teórica para nossa pesquisa.

A legitimidade do direito de resistência começou a se levantar no ocidente com a inauguração do antropocentrismo, quando o homem passou a se situar como sujeito da história, e não mero expectador de desígnios que não podia controlar. Assim, um filósofo como Locke pôde sustentar o direito de resistir ao poder do príncipe quando este fosse exercido de forma arbitrária, como um direito natural, anterior a qualquer formação política. E a declaração francesa de 1789 vem coroar esta tese ao mencionar explicitamente o direito de resistência à opressão, em seu artigo segundo.²¹ O caráter legítimo desse direito chega inclusive a povoar algumas constituições ocidentais, ou pelo menos suscitar discussões entre renomados juristas sobre a conveniência ou não de garanti-lo constitucionalmente, uma vez

²¹ AGUIAR, Odílio Alves. A resistência em Hannah Arendt: da política à ética, da ética à política. IN: DUARTE, André et. al. **A banalização da violência** – a atualidade do pensamento de Hannah Arendt. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004. p. 249.

que sua natureza, quando se opõe ao poder arbitrário do Estado, embora totalmente legítima, é necessariamente extrajurídica.²²

Para Henri David Thoreau “todos os homens reconhecem o direito de revolução, isto é, o direito de recusar lealdade ao governo, e opor-lhe resistência, quando sua tirania ou sua ineficiência tornam-se insuportáveis”.²³ Esse apelo de Thoreau ao cidadão que resiste a um governo injusto encontra eco na definição arendtiana do homem capaz de ação na pólis, que se preocupa com os assuntos públicos e tem a coragem de se aventurar na política. Nesse sentido, não é apenas a coragem de enfrentar os riscos advindos de sair do conforto da vida privada, mas também a coragem de ir além do imobilismo. Para Thoreau, quando a consciência é ferida e não se reage a isso, abre-se um ferimento pelo qual “[...] esvai-se a verdadeira coragem e imortalidade de um homem, e ele sangra até a morte”.²⁴ Trata-se, portanto, da capacidade que cada um deve ter de indignar-se e agir, mesmo sob grandes riscos, para reafirmar-se enquanto cidadão.

O apelo à consciência individual faz também uma ponte entre ética e resistência. Se mesmo a resistência sendo um direito legítimo do cidadão o Estado ditatorial a prescreve, ocorre um entrelaçamento do campo da política com o campo da ética. É um imperativo ético resistir àquilo que fere a consciência, mesmo que seja “ilegal”, como o direito de resistência no campo jurídico de uma ditadura. Certamente não havia uma obrigação legal que impelisse as pessoas que estudamos a resistirem à ditadura civil-militar. Ao contrário, havia a “obrigação legal” – considerando apenas o ponto de vista jurídico - de consentir com ela, e era muito mais simples acomodar-se ao estado de coisas vigente. O imperativo ético da resistência, a incapacidade de ficar indiferente frente a um governo considerado injusto, é uma forma de estudar as ações que as pessoas pesquisadas efetivaram.

Essa coragem de resistir, historicamente, pode se manifestar sob variadas formas, a depender das circunstâncias que se apresentem. Obviamente que nem todas as circunstâncias requerem apenas uma escolha puramente moral. Levi aponta a ambiguidade do termo *resistência* na experiência-limite de um campo de concentração onde, mais que opor-se à extrema injustiça e crueldade da situação, obstinar-se em ficar vivo, recusar a tentação de sucumbir, é a forma de resistir encontrada por muitos. É paradigmática a passagem em que ele suplica a um prisioneiro que lhe ensine algumas noções vitais do alemão falado no campo: “[...] um curso privado e intensivo, distribuído em curtas lições ministradas em voz baixa,

²² AGAMBEM, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 23.

²³ THOREAU, Henri David. **A desobediência civil**. Porto Alegre: L&PM, 2011. p.14.

²⁴ Idem p. 32.

entre o momento do toque de recolher e aquele em que cedíamos ao sono; lições que se pagariam com pão, outra moeda não havia”.²⁵ Era preciso entender as ordens para ficar vivo. E ficar vivo, mais que opor-se aos algozes, era justamente o sentido da resistência impetrada nesse limite extremo. Um sentido diferente do que seria em um regime autoritário ou democrático.

Para uma definição do termo *resistência* tal como o entendemos neste trabalho, buscamos a concepção de Flávia Schilling, ex-prisioneira política brasileira em Punta Rieles, no Uruguai. Estudando sob variadas perspectivas o termo *resistência*, ela propõe que “resistir é: opor-se, fazer face, fazer frente, defender-se, recusar-se, negar-se, não sucumbir, sobreviver, subsistir, durar, conservar-se [...]”.²⁶ Essa definição, algo elástica, coloca-nos frente à polissemia do termo, que ela mesma deixa clara em seu estudo, aplicando-o em contextos tão diferenciados como a moderna sociedade da informação, os mundos do trabalho, campos de concentração, a escola, e uma prisão da ditadura militar uruguaia.

Estudar pessoas que se dispuseram a correr os riscos de agir em sentido contrário ao regime pós-1964 no Brasil é importante, inclusive, para a compreensão do mesmo, postura adotada por Moreira Alves ao propor que “[...] a natureza do Estado de Segurança Nacional só pode ser avaliada em relação ao processo dinâmico de sua interação com as formas e estruturas dos movimentos de oposição gerados na sociedade civil”.²⁷ Ou seja, não é possível apreender a dinâmica da política aplicada pelos militares e seus aliados civis, se não se leva em conta as pessoas e movimentos que, descontentes, encetaram formas de lhe resistir. Convém notar que após o golpe de classe, minuciosamente descrito por Dreifuss²⁸, quando a coalizão de direita assumiu o controle do Estado, não se aplicou um programa político pré-definido, sem que os atores sociais prejudicados por ele lhe opusessem resistência, mais ou menos efetiva em momentos distintos. Entidades de classe, partidos, associações e pessoas, muitas vezes não ligadas organicamente a nenhum movimento organizado atuaram, e opuseram-se.

Obviamente não se trata de resistir apenas ao Estado. A especificidade de um regime de Segurança Nacional que instrumentaliza o Terror de Estado como prática comum é o tratamento pelo qual “[...] todos os cidadãos são suspeitos e considerados culpados até provarem sua inocência” e onde “como em qualquer Estado totalitário, os indivíduos eram

²⁵ LEVI, Primo. **Os afogados e os sobreviventes**: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 56

²⁶ SCHILLING, Flávia. **Estudos sobre resistência**. Dissertação de mestrado. Unicamp. Campinas, 1991. p. 17.

²⁷ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru/SP: Edusc, 2005. p. 27.

²⁸ DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado** – Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis RJ, Vozes, 1981.

juridicamente transformados em informantes”.²⁹ O ato de resistir nem sempre encontrava solidariedade, dado o estado de desconfiança generalizada. Não havendo amortecedores entre o poder do Estado e as pessoas, ser considerado subversivo era uma situação tão complicada que outras pessoas poderiam não prestar ajuda simplesmente por medo de se envolver, mesmo que considerassem a perseguição injusta. No limite, nunca se podia saber com plena certeza em quem confiar. Portanto, era preciso resistir também ao medo cotidianizado e à falta de solidariedade.

O caráter político desses atos de resistência, por menos expressivos que fossem, pode ser sustentado também a partir dos estudos de De Certeau sobre as “artes de fazer”. Numa visão certamente otimista demais, mas nem por isso menos válida, ele aponta as artes de fazer e a constituição de uma “antidisciplina” através da qual é possível perceber a constituição de amplas redes de vigilância por toda parte e, principalmente “[...] como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela [...]”.³⁰ Estudando formas de resistência cotidiana às mais variadas situações, ele percebe que aqueles que podem menos encontram maneiras de lutar, sabotando, esquivando-se ou fingindo aceitar, encontrando formas de aplicar a ‘arte’ “[...] dos caçadores ou dos rurícolas antigos”³¹ em suas práticas, resistindo mesmo quando aparentam se submeter.

Numa perspectiva parecida, e inspirada em De Certeau, Juan Corraldi insiste em que:

Mesmo na mais impenetrável cultura do medo – em situações onde a colonização terrorista do mundo vital avançou mais - as eficazes artimanhas do fraco constituem todo um tesouro de invenções. Esta é a rocha em que se cimenta a esperança na condição humana; não apenas uma piedosa esperança espiritual, mas um teimoso fato social e histórico.³²

Esses pequenos atos muitas vezes podem ter mais a ver com a própria consciência dos sujeitos, decididos a arrancar o direito à cidadania de um Estado disposto a não lhes conceder mais que a opção do conformismo. A ponte estabelecida entre ética e resistência, entre a consciência individual que demanda reação ao ser ferida, sob pena de que um homem deixe de ser homem, e a situação política estabelecida, no entanto, cumpre um papel extremamente importante. Essas ações podem estar na base de uma nova concepção da política, como um espaço alargado que pode invadir o “monopólio dos profissionais” e ajudar a criar, aos poucos, novos sentidos que não poderiam existir sem o impulso criador da ação, da resistência

²⁹ Idem. p 108.

³⁰ De Certeau. **A invenção do cotidiano**: as artes de fazer – 3ªed.- Petrópolis RJ: Vozes, 1998. p.41.

³¹ Idem. p. 52.

³² CORRALDI, Juan. A cultura do medo na sociedade civil: reflexões e propostas. IN: CHERESKY, Isidoro; CHONCHOL, Jacques. **Crise e transformação dos regimes totalitários**. Campinas SP: Unicamp, 1986. p. 228.

pequena e pertinaz. Para Weffort, essas pequenas ações ajudaram a erigir a própria sociedade civil na ditadura, ajudando a criar pequenos espaços de “defesa” frente ao peso monstruoso do Estado.³³

É nesse sentido que pautaremos nossa pesquisa. Entendemos por resistência qualquer ato praticado deliberadamente e que não fosse tolerado pelos mantenedores e beneficiários do regime de exceção vigente no Brasil pós-64. Não necessariamente a busca de objetivos imediatamente revolucionários, mas o imperativo ético de não ceder a um Estado repressor e ditatorial, da parte de pessoas que, em última análise, teriam mais a ganhar – em termos de suas vidas privadas – se tivessem se conformado, como muitos fizeram. Atitudes muitas vezes de pequeno alcance social, mas que eram importantes no sentido de fazer perceber aos mandatários do regime que havia pessoas descontentes e dispostas a não se deixar tomar pelo medo cotidianizado, ou pelo cinismo de uma indiferença confortável.

³³ WEFFORT, Francisco. **Por que democracia?** São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 93.

3. SEGURANÇA NACIONAL E RESISTÊNCIA

3.1 Resistir a que: a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento.

A principal característica do Estado brasileiro após a chegada ao poder da coalizão civil-militar foi a coerência doutrinária aos preceitos da Doutrina de Segurança Nacional. Pode-se perceber que ao longo das sucessivas fases porque passou o regime esse era um mote comum, um fio condutor a ligar esses momentos diferenciados. Maria José de Rezende demonstra que a denominada “estratégia psicossocial”, elaborada pela Escola Superior de Guerra (ESG), foi utilizada como o pilar da ditadura no sentido de tentar garantir-lhe legitimidade frente aos diversos segmentos sociais e, ao mesmo tempo, moldar corações e mentes em acordo com o pensamento pautado pelo anticomunismo, pelos “valores ocidentais e cristãos” e os interesses de alguns grupos de elite.³⁴ Esses valores faziam parte da versão brasileira da DSN, o que é compreensível, uma vez que a própria ESG nasceu da preocupação com segurança nacional.

Iniciada nos marcos da Doutrina Trumann, a DSN previa que a segurança dos países ocidentais estava em perigo, dada a potencial ameaça soviética e à expansão do comunismo, e os conclamava todos a não ficarem neutros diante desse “perigo”. Embora se tenha sistematizado enquanto doutrina no pós-guerra, Borges aponta que as preocupações com segurança nacional já apareciam nos discursos dos militares brasileiros desde os anos 1930.³⁵ Nesse sentido, a própria criação de uma delegacia de ordem na década anterior (1920) pode ser vista como preocupação com segurança interna, embora ainda fosse caso de polícia e não necessariamente das Forças Armadas. É importante notar, entretanto, que as preocupações geradas pela Revolução Russa levaram a uma cooperação entre policiais brasileiros e estadunidenses desde a década de 1920, o que sugere que o termo *segurança nacional* pode ter se originado nesse relacionamento, e tendo como pano de fundo a ameaça comunista.

Ao longo dos anos 1940 a relação entre as forças policiais dos dois países se aprofundou e, em 1949, nos moldes do National War College estadunidense, foi criada no Brasil a Escola Superior de Guerra que “[...] se tornou o bastião do anticomunismo e a

³⁴ REZENDE, Maria José. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984**. Londrina PR: UEL, 2001.

³⁵ BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. IN: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA Jorge (orgs.). **O Brasil republicano**. O tempo da ditadura, regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. P. 20.

defensora do livre comércio”.³⁶ Procurando aliar as elites civis com os meios militares, os preceitos da DSN passaram a ser estudados, defendidos e propagados a partir da ESG.

Em 1959 foi fundado o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) com contribuições de empresários brasileiros e estadunidenses, assentado em bases decididamente anticomunistas. Em 1961 foi criado o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) financiado, tal qual o IBAD, por empresários e contando com uma ampla gama de militantes anticomunistas. Este último era dirigido pelo general de reserva Golbery do Couto e Silva, principal teórico e entusiasta da ESG. Como aponta Moreira Alves, pode-se perceber a existência de um verdadeiro complexo formado pelo trio ESG/IPES/IBAD que “tornou-se uma verdadeira e eficiente burocracia paralela para o planejamento de um novo Estado”.³⁷ As campanhas e programas dessas duas entidades civis, aliadas à ideologia e sistemática da ESG, foram decisivos para a desestabilização do governo de João Goulart e o desenvolvimento do golpe de Estado de 1964.

A Doutrina de Segurança Nacional previa a preparação do ocidente para a possibilidade sempre presente de uma guerra com o bloco socialista. Esta guerra deveria ser total e o inimigo poderia estar infiltrado no território nacional, sugerindo que para enfrentá-lo não bastava que as Forças Armadas estivessem preparadas para agressões convencionais externas. A segurança da nação precisava ser garantida também contra os cidadãos do país, que poderiam estar afeitos a ideologias estranhas. Padrós aponta a importância dos EUA e do contexto da Guerra Fria, particularmente a retórica da defesa do “mundo livre” na formulação destas premissas:

[...] apoiando-se nos setores confiáveis da classe dominante, os EUA estimularam a adoção da ideia de que havia uma ‘guerra interna’ a ser enfrentada. Essa guerra, em função das particularidades do ‘inimigo interno’, da periculosidade e dos desdobramentos da ação do inimigo, devia ser enfrentada e transformada em ‘guerra total’, na qual todos os fatores possíveis deviam ser colocados à disposição dos ‘defensores’ da unidade nacional e do ‘mundo livre’.³⁸

Nesse sentido, a tomada do poder civil em 1964 era vista pelos setores ligados ao complexo ESG/IPES/IBAD, e por amplos setores da classe média, como uma necessidade perfeitamente justificável, dado que havia um quadro de crescimento de segmentos da sociedade que não aderiam à retórica da guerra fria e, portanto, eram vistos como o inimigo

³⁶ Idem. p. 36.

³⁷ ALVES, Maria Helena Moreira. Op. cit. p. 29.

³⁸ PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de estado nas ditaduras latino-americanas. IN: FICO, Carlos et. al. **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 147.

interno. Aqueles que resistiam ao regime eram classificados como perigosos comunistas a serviço de potências estrangeiras, inimigos não apenas do Brasil, mas do modo de vida ocidental e da civilização cristã. Para aqueles que podiam ser inseridos na lógica do regime, utilizava-se a doutrinação pautada na “estratégia psicossocial”; para os “irrecuperáveis” – comunistas e afins – o regime não via inconveniente em lançar mão de recursos violentos, dado o grande perigo que estes representariam (na sua ótica) para a sociedade como um todo.

A guarda da civilização cristã ocidental foi um dos principais argumentos utilizados para justificar o estado de vigília permanente sobre a sociedade. Era uma questão de segurança nacional preservar os valores cristãos contra um inimigo que pretendia destruir a família, a moral e os costumes. Em 1966, uma obra pioneira de cunho católico se propôs a mostrar que, se a doutrina cristã era incompatível com o comunismo, também o era com os preceitos da DSN, cujos métodos “[...] são os mesmos do nazismo, mais refinados pela experiência”.³⁹

Na verdade, para os teóricos da doutrina, todas as manifestações contrárias ao governo poderiam ser tachadas de comunistas. Tratava-se de um conceito bastante elástico, o que lhe permitia reprimir a mais variada gama de manifestações como atentados à segurança nacional. Como aponta Comblin:

A segurança nacional talvez não saiba muito bem o que está defendendo, mas sabe muito bem contra quem: o comunismo. Sua indefinição é que faz sua eficiência: o comunismo pode aparecer em todos os setores da sociedade; para lutar contra ele é preciso um conceito muito flexível. Em qualquer lugar onde se manifeste um aparente comunismo, o Estado está presente e faz intervir a segurança nacional. [...] à onipresença do comunismo responde-se com a onipresença da segurança nacional.⁴⁰

Uma declaração do chefe do estado maior do exército brasileiro, Breno Borges Fortes, em 1973, dá uma ideia do quanto a ideologia da DSN havia calado fundo em nossas Forças Armadas. Segundo ele: “o inimigo é indefinido [...] e adapta-se a qualquer ambiente, utilizando todos os meios, lícitos ou ilícitos, para atingir seus objetivos. Mascara-se de padre ou professor, de aluno ou camponês, de vigilante defensor da democracia ou de intelectual”.⁴¹ Pode-se perceber que a ideia do “inimigo interno” havia assumido estatuto de verdade entre os homens das casernas no Brasil. A ameaça desse inimigo servia como fator de coesão para

³⁹ Dom Cândido Padim. **A Doutrina da Segurança Nacional à Luz da Doutrina da Igreja**. Mimeo, 1968. Esse texto foi publicado primeiramente no jornal Correio da Manhã, em 21 de julho de 1968.

⁴⁰ COMBLIN, Joseph. **A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 55

⁴¹ FORTES, Breno Borges. Apud: COMBLIN, Joseph. Op. cit. p. 41.

as Forças Armadas, e sua indefinição ajudava a legitimar um permanente clima de insegurança e medo, justificando a vigilância constante sobre a sociedade.

A aplicação da doutrina no Brasil, pelos teóricos da ESG, seguiu em linhas gerais os padrões emanados pelos seus formuladores estadunidenses. Mas também sofreu algumas adaptações ao contexto local, como a longa tradição de intervenção dos militares nos assuntos políticos. Aquilo que Sigal e Santi denominam como o “ponto de realidade do imaginário militar”⁴² latino americano, onde as guerras de independência trouxeram uma identificação explícita entre Forças Armadas e Pátria, que legitimava estas intervenções, dando-lhes “de direito” a defesa da Nação contra todos os perigos. Se havia um inimigo tão secreto e perigoso, como o comunismo, só os militares poderiam detê-lo.

Em 1967, Robert McNamara publicou um estudo onde afirmava que a essência da segurança era o desenvolvimento. No Brasil, sob inspiração de Golbery do Couto e Silva e da ESG, imediatamente acrescentou-se aos manuais da ESG o termo *desenvolvimento*, caracterizando, portanto, o binômio segurança & desenvolvimento como o mote específico da DSN e da própria ditadura militar no país.

Para desenvolver o país e evitar os riscos de uma revolução comunista, adotou-se o programa de modernização conservadora, com uma política econômica de arrocho para a classe trabalhadora e privilégios econômicos para as elites. Como sustenta Moreira Alves, a adaptação da DSN no Brasil precisa ser vista como uma ideologia de dominação de classe, para além de suas características militares. O *desenvolvimento* contido no binômio, não visava melhorar o padrão de vida da população, mas garantir a elevação do país à condição de potência mundial, para o que “[...] pode ser necessário o sacrifício de sucessivas gerações”.⁴³ Ou seja, o bem estar dos cidadãos não é o objetivo do desenvolvimento, ou pelo menos, não o de *todos* os cidadãos.

Logo após o golpe, a coalizão civil-militar que assumiu o poder – e que o manteve depois – apresentava características nitidamente classistas, que corroboram a afirmação de que tratou-se de uma dominação de classe. Sua composição não incluía setores da classe operária, nem mesmo representantes de suas organizações ou de seus setores intelectualmente significativos. Aquilo que Dreifuss definiu como um bloco de união entre o capital internacional associado ao capital nativo – este último numa posição dependente – e os meios

⁴² SIGAL, Silvia; SANTI, Isabel. Do discurso no regime autoritário: um estudo comparativo. IN: CHERESKY, Isidoro; CHONCHOL, Jacques (orgs.). **Crise e transformação dos regimes autoritários**. Editora da Unicamp/Ícone Editora: Campinas SP, 1986. P. 189.

⁴³ MOREIRA ALVES, Maria Helena. Op. cit. p. 51.

militares, compunha o bloco de poder. Rezende define este bloco de poder como composto, especificamente, dos seguintes setores sociais:

[...] os militares que se encontravam no governo e desfrutavam de posições de mando e decisão e, também, aqueles que chefiavam órgãos e institutos (a ESG, por exemplo) que visavam criar condições no campo objetivo e subjetivo para solidificar o regime em vigor através do estabelecimento de determinados valores sociais; a tecnoburocracia civil que possuía em seu quadro tanto representantes diretos do grande capital (Mário H. Simonsen, Marcos Pratini de Moraes, etc.) quanto outros atores sociais que participavam dos mecanismos decisórios no interior do governo e/ou Estado; os representantes do grande capital que possuíam posições de poder (mesmo não ocupando cargos no governo ou no Estado) e que se utilizavam de diversos canais políticos para fazer prevalecer seus valores e interesses; e, por último, os representantes dos partidos políticos que expressavam de diversas formas os seus compromissos com os setores anteriormente citados, atuando no Congresso e em suas bases eleitorais, negociando em diversas instâncias do governo etc.⁴⁴

O Estado que adota tais preceitos, como o Brasil entre 1964 e 1985, nos marcos da DSN, rejeita a divisão da sociedade em classes, propondo que a manifestação do dissenso é sempre uma estratégia dos inimigos da pátria, pregadores de ideologias estranhas e contra os quais o peso do Estado precisa estar sempre pronto a ser lançado. Espera-se formar um novo cidadão, dócil e disciplinado, incapaz de reivindicar mais liberdade ou direitos, porque seu dever é contribuir para a grandeza da pátria, mesmo que essa grandeza se confunda com a sua exploração e os benefícios de uma elite. As dificuldades pelas quais a população pudesse passar faziam parte dos sacrifícios que deveriam ser feitos pelo bem da pátria, e se alguém reclamava, na lógica imposta no pós-64, não estava reclamando contra o governo, mas contra a pátria. Portanto, era passível de ser punido.

A aplicação desse conceito de sociedade decidido pelo alto e imposto a todos, sem a discussão pública ou a vontade de crença própria das ideologias políticas, precisa recorrer em muitos momentos à coerção física e psicológica sobre o corpo social. Para isso cria, mantém e aparelha um sofisticado aparato de repressão e transforma todos os cidadãos em potenciais informantes. A esse conjunto de premissas, Padrós denomina Terrorismo de Estado.⁴⁵ Nesse sentido, podemos perceber a criação e institucionalização do SNI e da “comunidade de informações” que coordenava as polícias políticas estaduais e os diversos órgãos das Forças Armadas, a criação de organismos como os CODI e DOI, o aparelhamento das DOPS e, senão o estímulo pelo menos a indiferença do Estado frente a organismos como o CCC, além dos diversos testemunhos das práticas de tortura, assassinatos, sequestros, estupros etc., como a

⁴⁴ REZENDE, Maria José. Op. cit. p. 8.

⁴⁵ PADRÓS, Henrique Serra. Op. cit.

utilização do terrorismo pelo Estado brasileiro, a título de obter o consenso social pelo medo e calar as vozes dissonantes

O terrorismo foi uma prática comum aos Estados que utilizaram a DSN como fonte legitimadora de suas ditaduras. A caracterização e perseguição do inimigo interno justificaram a perseguição a todos que ousassem levantar a voz para discordar. Na lógica discursiva de que “quem não está contra mim está comigo”⁴⁶, bastava silenciar para não sofrer represálias, e bastava manifestar-se para sofrer. Nesse sentido, apresentamos ações de pessoas que *não estavam* com a ditadura brasileira, e que resistiram às suas políticas e seu caráter repressivo e terrorista.

Ao estudarmos os resistentes no Paraná, pudemos perceber a insistência da DOPS em caracterizar as ações dos mesmos como sendo de inspiração comunista. Havia todo um esforço em provar as ligações dos “fichados” com entidades e movimentos ligados ao PCB ou outras organizações semelhantes, e as acusações em IPMs, ou simples circulares solicitando informações sobre os mesmos, normalmente trazem a ênfase na periculosidade de seus atos para a “segurança nacional”. Nos marcos da DSN, não aceitar um Estado com as características descritas acima transformava essas pessoas em inimigos da pátria.

3.2 A resistência no Brasil

Adotando a divisão estabelecida por Moreira Alves, Paulo Netto afirma que pode-se dividir o período de governo autoritário pós-1964 em pelos menos três fases distintas e complementares entre si.⁴⁷ O primeiro momento, que corresponderia ao período 1964-1968, em que o regime estava buscando sua institucionalização e em que ainda conviviam alguns resquícios democráticos do período anterior; o segundo momento, entre 1968 e 1974, corresponderia ao auge do sucesso do projeto civil-militar, onde se vivia o chamado milagre econômico e se processou um total desmantelamento das organizações de esquerda que optaram pela luta armada e, finalmente, o terceiro momento, iniciado pelas eleições de 1974 - onde o MDB fez uma votação expressiva - e se iniciava a crise do milagre econômico,

⁴⁶ SIGAL, Silvia; SANTI, Isabel. Op. cit. p. 181.

⁴⁷ Esta divisão pode ser observada em autores como José Paulo Neto e Maria Helena Moreira Alves: PAULO NETO, José. A significação do golpe de abril. IN: PAULO NETO, José. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 2010. MOREIRA ALVES, Maria Helena. Op. cit.

terminando com o início do processo de transição, e a emergência do novo sindicalismo e dos novos movimentos sociais de base á condição de atores políticos.⁴⁸

Conforme Moreira Alves, a resistência ao regime não se deu de forma monolítica, alternando formas e intensidade conforme o momento e maneira com que o próprio poder de Estado se apresentava. Daí sua afirmação de que só é possível compreender o regime e sua atuação pela dialética interativa deste com os diversos movimentos de oposição. Entendemos que o processo de resistência, em suas variadas formas, também precisa da compreensão do que foi e como se apresentou o Estado ditatorial para ser mais bem estudado e compreendido.

Nesses três diferentes momentos de seu projeto de institucionalização, o regime ditatorial respondeu de maneiras diversas ao desafio das oposições e estas também se comportaram de maneira diversa a depender da situação que se apresentava. Embora pautado sempre pelos preceitos da DSN e procurando legitimar-se através de sua estratégia psicossocial, o bloco no poder precisava enfrentar também os desafios conjunturais e a resistência de uma oposição que, mesmo em face de todas as dificuldades, procurava se organizar. Segundo Moreira Alves “a dialética Estado/oposição começou em 1965. A continuação da ‘Operação Limpeza’ e a força da repressão ‘deslocaram’ a oposição de um para outro setor da sociedade civil, em vez de eliminar suas causas”.⁴⁹ Ou seja, sempre houve oposição e conhecer o processo de governo da ditadura civil-militar implica necessariamente – como já foi apontado - em conhecer também as suas oposições

Embora seja um tema já bastante estudado, apresentaremos em linhas amplas o que foi o processo de resistência nos três períodos do regime a título de contextualizar nosso objeto.

3.2.1 O regime civil-militar em busca de institucionalização: 1964-1968

Nesse primeiro momento do regime houve ainda uma série de setores que lhe imputaram resistência, utilizando-se das possibilidades que restavam. No campo parlamentar, à medida que o jogo dialético entre Estado e oposição avançava, a cada possível vitória da oposição novos pacotes repressivos foram baixados.⁵⁰ Mesmo com o Congresso nitidamente esfacelado em sua capacidade representativa, a 12 de outubro registrou-se um primeiro ato de

⁴⁸ Esta é uma divisão esquemática que facilita a compreensão, embora, como todas as divisões nesse sentido, nem sempre consiga dar conta de movimentos de continuidade e ruptura que podem ter ocorrido em uma periodização diferenciada.

⁴⁹ MOREIRA ALVES, Maria Helena. Op. cit. p. 110.

⁵⁰ MOREIRA ALVES, Maria Helena. Op. cit. pp.90-103.

resistência do legislativo ao poder ditatorial emanado do executivo. Como resposta à eleição de Negrão de Lima na Guanabara e Israel Pinheiro em Minas Gerais, desafetos do regime eleitos em 3 de outubro, o executivo enviara ao Congresso um pacote de medidas que o enfraquecia visivelmente. Os presidentes da Câmara e do Senado, ambos da ARENA, opuseram-se publicamente ao pacote e às cassações impetradas pelo governo, num notável ato de coragem e resistência política não advinda diretamente da esquerda tradicional.⁵¹ Como resposta, no dia 17 de outubro de 1965 baixou-se o Ato Institucional Nº 2, visando controlar o Congresso, o Judiciário e a representação política. Seguindo a rebeldia parlamentar, a 20 de novembro de 1966 o presidente Castelo Branco declarou o Congresso fechado por um mês.

Em outro momento, ainda, o poder legislativo se mostraria avesso à ideia de ver um de seus membros cassado sumariamente. Nas eleições de 1966 foram eleitos vários parlamentares de oposição ligados ao MDB. Estes utilizavam seu tempo de tribuna para denunciar os abusos do governo em seus discursos. No dia 2 de setembro de 1968 o deputado Márcio Moreira Alves, do MDB da Guanabara, sugeriu que a população boicotasse a parada de 7 de setembro e que as mulheres se recusassem a namorar militares, como forma de protesto contra os desmandos da ditadura. Os ministros militares logo pediram a cassação do deputado ao STF, mas a vigência da Constituição de 1967 obrigava a que esse ato fosse submetido ao Congresso que, por 216 votos contra e 141 a favor, manteve o deputado no cargo. Como destaca Moreira Alves, no momento da votação cantou-se o Hino Nacional, em um momento de esperança na resistência civil e política.⁵² Esse último ato de resistência civil das casas legislativas seria um dos ingredientes para a decretação do AI-5 e, dessa vez, o Congresso foi fechado por quase um ano.

Com a radicalização do caráter repressor, as lideranças civis que sonhavam com a presidência em um pleito a ser realizado em 1965 e dotadas de algum carisma, (portanto perigosas herdeiras de um populismo que os militares abominavam), foram sendo gradualmente aliadas do poder que haviam ajudado a criar, minando a base de apoio civil ao governo ditatorial. Entre estas lideranças cabe destacar os governadores Adhemar de Barros, de São Paulo, Carlos Lacerda, da Guanabara e Magalhães Pinto, de Minas Gerais, todos possíveis candidatos a presidência. Conforme Alfred Stepan “quando ficou patente que os militares não iriam permitir a realização das eleições presidenciais por longo tempo, estes governadores converteram-se em críticos intransigentes do governo”.⁵³

⁵¹ Idem.

⁵² Idem. 130.

⁵³ STEPAN, Alfred. **Os militares na política**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975. P. 159

Essa erosão do apoio político levou a outra tentativa de resistência civil ao regime, encabeçada por Carlos Lacerda: a Frente Ampla, que incluía também Goulart, exilado no Uruguai e Juscelino Kubitschek. Neste país, os antigos adversários selaram o Pacto de Montevideu “um acordo para superar as antigas divergências e unificar a oposição civil ao regime que se consolidava”.⁵⁴ O programa mínimo dessa frente composta de forças tão diferentes, incluía cinco pontos fundamentais a guisa de objetivos: restabelecimento do regime democrático; política financeira nacionalista que fortalecesse o mercado interno; adoção de uma política externa mais independente; política sócio-econômica mais justa; e uma política de educação e ensino que ajudasse na superação do atraso econômico e tecnológico do país.⁵⁵

Embora tenha suscitado otimismo e esperança em alguns setores, a Frente Ampla não parece ter conseguido ser um movimento de grande oposição ao regime, não conseguindo ser mais que um foco apoiado por setores da burguesia e políticos civis de elite. Como se poderá ver mais adiante, a única exceção parece ter sido justamente o estado do Paraná, onde as suas atividades foram mais intensas, embora aqui também não tenham alcançado os resultados esperados.

Nesse primeiro momento havia, grosso modo, duas tendências majoritárias de oposição no campo da esquerda. Por um lado, setores ligados em sua maioria ao PCB e que entendiam a necessidade de uma resistência pacífica, visando a superação da ditadura e uma possível transição ao socialismo. Por outro lado, setores que já começavam a pensar na necessidade de organização da luta armada e que consideravam a estratégia do Partidão imobilista e reformista.

O Comitê Central do PCB, apesar de suas sangrias, conseguiu manter naqueles que continuavam filiados a concepção de que a luta a ser travada era mais política que militar, e acusava os defensores da luta armada de não levar em conta “[...] o caráter fundamentalmente político do conflito em que se digladiam, de um lado, o imperialismo e seus aliados e, de outro lado, os países socialistas, o movimento operário internacional [...]”⁵⁶, apressando-se em defender formas de luta que partiam de “uma concepção não-marxista da revolução”.⁵⁷

Rompendo com a direção do Partido, comunistas históricos e lideranças reconhecidas começavam a preconizar a necessidade de se organizar para, mais que resistir, atacar e vencer

⁵⁴ NAPOLITANO, Marcos. **O regime militar brasileiro: 1964-1985**. São Paulo: Atual, 1998. p. 24.

⁵⁵ NEVES, Leo de Almeida. **Segredos da ditadura de 64**. São Paulo: Paz e Terra, 2010. pp. 120-121.

⁵⁶ Partido Comunista Brasileiro. **PCB: 20 anos de política. Documentos (1958-1979)**. São Paulo: Ciências Humanas, 1980. p. 93.

⁵⁷ Idem. p. 94.

o regime implantado em 1964. Entre estes estavam Marighela, Gorender e Apolônio de Carvalho, todos expulsos ou voluntariamente saídos do Partido Comunista Brasileiro, que acusavam de imobilismo, pacifismo, e reformismo.⁵⁸ Carlos Marighela, convencido da necessidade da luta armada, saiu do PCB em 1967 e fundou a Aliança Libertadora Nacional (ALN); Jacob Gorender saiu, também em 67, e foi fundar o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) juntamente com Mário Alves e Apolônio de Carvalho.

É ainda nesse primeiro momento da institucionalização do regime, com o fechamento do cerco repressivo, que outro elemento de resistência apareceu com força e catalisou em seus movimentos os descontentamentos civis. É o movimento estudantil que, após os primeiros reveses sofridos por sua entidade máxima começou a se rearticular e a jogar um papel importante na vida do país. Após a depredação do prédio da entidade na noite de 30 de março de 1964⁵⁹ e os primeiros sinais da política que o governo adotaria em relação ao movimento estudantil os estudantes, liderados pela UNE, começaram a se reorganizar.

Alguns acontecimentos assumiram importância decisiva no confronto dos estudantes com a ditadura nesse momento. Primeiramente, a tentativa do governo de fechar o restaurante Calabouço, no Rio, tradicional ponto de encontro dos mesmos. Essa tentativa levou a uma resistência ativa dos estudantes, que resultou na morte do estudante Edson Luis em março de 1968 e em um violento conflito de rua entre populares e policiais. Desenrolando-se o conflito, no dia 26 de junho milhares de pessoas saíram às ruas na “passeata dos cem mil”, e nos dias 2 e 3 de outubro um confronto entre estudantes da USP e da Faculdade Mackenzie terminou na morte de um estudante e na ocupação da USP pela polícia. No dia 12 de outubro, o XXX Congresso da UNE foi invadido pela polícia e a partir daí “as condições para a realização de manifestações praticamente não existiam”.⁶⁰

O movimento sindical, apesar de duramente atingido pela repressão dos primeiros tempos, sendo mesmo um alvo prioritário de desmantelamento, conseguiu ainda esboçar alguma reação. Os principais movimentos de resistência no campo sindical foram as greves de Osasco e Contagem. No dia 16 de abril de 1968, a maior fábrica de Contagem-MG parou suas atividades, e em uma semana 15.000 trabalhadores de várias indústrias estavam parados, reivindicando um aumento de 25% em contraposição aos 17% da política oficial.⁶¹ Em Osasco, em julho de 1968, um movimento grevista muito mais organizado irrompeu.

⁵⁸ ARAUJO, Maria Paula. Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina nos anos 1960 e 1970. IN: FICO, Carlos et.al. Op. cit. P. 258.

⁵⁹ SANTANA, Flávia de Angelis. **Atuação política do movimento estudantil no Brasil: 1964 a 1984**. Dissertação de mestrado. Faculdade de filosofia, letras e ciências humanas da USP. São Paulo, 2007. p. 48.

⁶⁰ SANTANA, Flávia de Angelis. Op. cit. p. 94.

⁶¹ MOREIRA ALVES, Maria Helena. Op. cit. p. 123.

Francisco Weffort entende que em ambos os casos “[...] a reivindicação de limites superiores aos limites oficiais conduziu [...] a um conflito direto com a política de compressão salarial” e que ambos os casos foram “[...] tentativas do movimento operário de fazer valer seus interesses por seus próprios meios”.⁶² Um absurdo para um Estado autoritário.

Em Osasco, entretanto, a repressão foi brutal, chegando à invasão de uma Igreja. Segundo Moreira Alves “a lembrança da repressão à greve de Osasco permaneceu durante anos como poderoso fator dissuasivo [...]”.⁶³ Era a aplicação exata da pedagogia do medo pelos mantenedores do regime de exceção.

Outro campo de resistência sumamente importante foi o campo da cultura. Sua importância é destacada não tanto como um foco de ação revolucionário, mas justamente como componente e irradiador de espaços de resistência em sentido estrito, onde era possível tentar manter diálogos e atitudes proibidos na esfera pública, onde ainda era possível exercitar críticas e controvérsias que eram formalmente proibidos pelos mantenedores e beneficiários do regime de exceção.

Imediatamente após o golpe, o campo cultural foi duramente atingido, principalmente em setores como o teatro e a música, que tinham possibilidades maiores de engajamento e possuíam uma ligação mais estreita com o público. Professores e jornalistas também foram presos ou tiveram direitos políticos suspensos. Ao mesmo tempo, também, intelectuais e artistas preocupados com o estado de coisas, começavam a pronunciar-se contra o regime. Já em maio de 1964, Carlos Heitor Cony publicou um artigo no jornal “Correio da Manhã”, conclamando os intelectuais a lutar contra as arbitrariedades da ditadura. Segundo ele “estão sendo presos ou perseguidos, sacerdotes, professores, estudantes, jornalistas, artistas, economistas [...] se os intelectuais não se dispuserem a lutar agora, talvez muito em breve não tenham mais o que defender”.⁶⁴

Em 1966, Sérgio Porto, sob o pseudônimo de Stanislaw Ponte Preta, lançou o primeiro volume do FEBEAPÁ (Festival de Besteiras que Assola o País), uma crítica mordaz e bem humorada à “revolução” de 1º de abril de 1964, ironicamente denominada por ele de “redentora”. Essas e outras iniciativas procuravam manter acesa a possibilidade da crítica a um regime que ia se fechando cada vez mais.

⁶² WEFFORT, Francisco C. Participação e Conflito Industrial: Contagem e Osasco, 1968. IN: **Cadernos do CEBRAP** Nº 5, 1972. p. 87

⁶³ Idem. p. 126.

⁶⁴ CONY, Carlos Heitor. APUD: CZAJKA, Rodrigo. Redesenhando ideologias: cultura e política em tempos de golpe. IN: História: **Questões & Debates**, Curitiba, n. 40. Editora da UFPR, 2004. p. 49.

Certamente que a prática da resistência no campo cultural era também heterogênea, e nem sempre atingiu um grande volume de atos e/ou publicações. Mas, mesmo tendo dificuldades próprias - como todos os campos da resistência à ditadura - “[...] o espaço informal proporcionado pela resistência artístico-cultural foi fundamental para garantir uma espécie de ‘rede de recados’, na qual o principal conteúdo era o próprio exercício da liberdade, da expressão e da opinião”.⁶⁵

Com o AI-5 e o fechamento do regime, a opção da “rede de recados” ia se tornando a única possível, ao mesmo tempo em que as diversas correntes culturais de esquerda que opunham a resistência ao regime sentiam-se unidas diante de um inimigo comum. Paulo Netto sustenta que a política cultural da ditadura, mesmo com todo esforço repressivo e as tentativas de cooptação – principalmente após a década de 70 -, sempre encontrou grandes dificuldades de se institucionalizar, chegando ao ponto em que, após meados da década de 1970 e dada a impossibilidade da política “[...] a cultura converteu-se em sucedâneo e substitutivo da política”.⁶⁶ Muitas vezes, o ato de cultura convertia-se em ato contra a ditadura, mesmo que fosse no âmbito restrito da “rede de recados”.

3.2.2 Imersão na luta armada: 1968-1974

Os grandes movimentos do primeiro ciclo ditatorial, como as rebeldias das casas parlamentares, os protestos de rua capitaneados pelo movimento estudantil, a persistência de movimentos grevistas mesmo em face da dura política intervencionista nos sindicatos, davam aos resistentes aquela sensação de “[...] triunfante afirmação da força civil [...]”⁶⁷, apontada por Moreira Alves em relação à decisão de manter o mandato do deputado Márcio Moreira Alves e, ao mesmo tempo, colocavam os militares da linha dura em alerta. Como aponta Paulo Netto “1968 é o ano que decide o curso do processo” onde a continuidade do regime estava decididamente ameaçada pela força da resistência civil e política, para Paulo Netto, ainda, “o nó de impasses é rompido como Ato Institucional nº 5[...]”⁶⁸, instrumento por excelência que, a 13 de dezembro de 1968, inaugurou o período convencionalmente chamado de “anos de chumbo”.

⁶⁵ NAPOLITANO, Marcos. O ‘Tesouro Perdido’: A Resistência no campo da cultura (Brasil 1969/1976). IN: DUARTE, André et. al.. **A banalização da violência:** atualidade do pensamento de Hannah Arendt. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 2004. p. 275.

⁶⁶ PAULO NETTO, José. A autocracia burguesa e o mundo da cultura. IN: _____ Op. cit. p. 80.

⁶⁷ MOREIRA ALVES, Maria Helena. Op. cit. p. 130.

⁶⁸ PAULO NETTO, José. Op. cit. p. 38.

Este segundo momento do ciclo ditatorial corresponde, grosso modo, ao período em que, cerceadas as possibilidades de atividade de massa pela repressão generalizada após o AI-5, ganha notoriedade na esquerda a tese da luta armada.⁶⁹ Bem entendido, como aponta Marcelo Ridenti, que o projeto da luta armada e mesmo as primeiras ações de grupos em armas não começaram após o AI-5. Aqueles que preparavam a luta armada receberam os movimentos de massa de 1968 como uma “agradável surpresa”, mas já tinham como horizonte a derrubada violenta da ditadura.⁷⁰

Em sua maior parte, o processo de resistência ao regime ditatorial mudou qualitativamente, principalmente a partir de 1969, deixando as ações de massa e voltando-se para a guerrilha urbana e/ou rural. A tese da resistência pacífica não desapareceu, mas ficou enfraquecida. O PCB, que manteve essa tese o fez, no entanto, a custo de deserções e sangrias da quais nunca chegaria a recuperar-se totalmente. Diversos dirigentes e militantes deixaram o partido e ingressaram em outros movimentos, ou se dispuseram a criar outros partidos, mais afins com suas concepções da revolução brasileira.

Um grande número de organizações de maior ou menor expressão se propunha a ser a vanguarda da revolução brasileira nesse momento. Anteriormente ao golpe de 1964, basicamente havia, além do “Partidão”, a AP e a POLOP, que divergiam abertamente de sua linha política, além de outros grupamentos menores como o PC do B (dissidência do PCB fundada em 1962), PORT, MRT, PSB e as Ligas Camponesas. Conforme a repressão foi se intensificando e pequenos grupos foram saindo do PCB⁷¹, uma enorme gama de siglas surgiram. Em comum a vontade de fazer a revolução e a ânsia de ser a vanguarda do processo, para o qual cada grupamento se julgava o mais capacitado.

De modo geral, a experiência da luta armada no Brasil foi “curta e trágica”. Entre 1969 e 1972 praticamente todos os grupos estavam desbaratados, os militantes presos ou mortos. Em 1974 o último remanescente, no Araguaia, era exterminado com toda a força do exército nacional. A partir daí, os militantes que ainda estavam vivos e não se encontravam no exílio ingressaram nas fileiras do PCB ou do MDB, redefinindo sua luta não mais em termos de *revolução* – ao menos não a curto prazo – mas definitivamente de *resistência*. A dialética entre estado ditatorial e oposição entraria em outra fase, culminando com a queda do regime civil-militar.

⁶⁹ GORENDER, Jacob. Apresentação: anos de chumbo: criativos e funestos. IN: RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da UNESP, 1993. P. 11.

⁷⁰ RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da UNESP, 1993.

⁷¹ Também os outros partidos, como PC do B e POLOP, sofreriam cisões.

3.2.3 A oposição retoma a iniciativa: 1974-1985

Com a derrota da luta armada praticamente certa, setores oposicionistas remanescentes começaram a repensar sua prática. Segundo Maria Paula Araújo, nesse momento passara-se a definir a conjuntura política brasileira “[...] como sendo de ‘resistência’ (e não de enfrentamento) e propunha a organização de uma frente de luta pelas liberdades democráticas”.⁷² De acordo com a divisão estabelecida anteriormente, nesse momento entrava-se no terceiro e último ciclo da ditadura civil-militar.

Esse terceiro ciclo da tentativa de institucionalização do Estado de Segurança Nacional não pode ser compreendido se não se leva em conta alguns fatores como: as mudanças pelas quais passou o MDB, na qualidade de único partido de oposição legal; a emergência de movimentos de base ligados em sua maioria à Igreja Católica – que viria inclusive a fortalecer o partido de oposição; e o papel de instituições como a Associação Brasileira de Imprensa e a Ordem dos Advogados do Brasil. Esses setores da chamada “oposição liberal” tiveram grande peso nos desdobramentos políticos subseqüentes ao ano de 1974.

Começava-se a viver o processo de esgotamento do “milagre” econômico e o novo candidato indicado para “disputar” a eleição presidencial pelo regime, Ernesto Geisel, precisava iniciar o processo de distensão lenta, gradual e segura. Esse processo de um projeto de abertura traria para o primeiro plano da resistência um elemento até então pouco significativo: o voto, que seria utilizado pela oposição e pelo povo em geral para mostrar seu descontentamento, convertendo-o em “[...] instrumento eficaz de mobilização e luta [...]”.⁷³

Em 1973, quando do processo de transferência do poder executivo, o MDB decidiu lançar um “[...] anticandidato, para denunciar a antieleição, imposta pela anticonstituição que homizia o AI-5[...]”⁷⁴, já que os novos dispositivos eleitorais permitiam aos dois partidos existentes lançar pretendentes ao cargo de presidente. Embora sabendo de antemão da impossibilidade de vitória, dado o vício do processo, a campanha - ou “anticampanha” - foi importante para mobilizar a população e evidenciar que “[...] o partido oficial de oposição podia de fato tornar-se um importante veículo para a organização oposicionista”.⁷⁵ Geisel

⁷² ARAÚJO, Maria Paula. Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina nos anos 1960 e 70. IN: FICO, Carlos et.al. **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 270.

⁷³ PAULO NETTO, Op. cit. p. 41.

⁷⁴ GUIMARÃES, Ulisses. Discurso proferido na VI Convenção Nacional do MDB. APUD: DELGADO, Tarcísio. **A história de um rebelde: 40 anos, 1966-2006**. Brasília: Fundação Ulisses Guimarães, 2006. p. 119.

⁷⁵ Idem. 181.

“venceu” no Colégio Eleitoral por 400 votos contra 76 e iniciou o processo de abertura controlada pelo alto, com seus percalços e retrocessos.

Em 1974, após a vitória tranquila de Geisel no Colégio Eleitoral, ocorreriam eleições parlamentares para as quais nenhuma surpresa era esperada já que, como aponta Rezende “o governo, os tecnoburocratas e os líderes da ARENA, insistiam em que o povo vinha dando até então provas de apoio ao regime político vigente e que as eleições de 1974 iriam comprovar isso mais uma vez”.⁷⁶ Apesar dos prognósticos em contrário, o MDB obteve uma vitória espetacular sobre a ARENA governista. Como aponta Paulo Netto “se 1968 marcou uma inflexão para cima do ciclo autocrático burguês, 1974 marcou-a para baixo [...]”⁷⁷, sendo as eleições e o voto parte importante desse processo.

Nas eleições municipais de 1976 o governo cuidou de baixar pacotes que tolhessem a capacidade eleitoral do MDB, garantindo o sucesso da ARENA, que arrebatou 84% das prefeituras, embora não tenha tido sucesso nas grandes cidades. Em 1978, novo pacote de “ajustes” eleitorais trouxe a figura do senador biônico. Mesmo assim, cabe destacar o importantíssimo papel que a mudança de postura do MDB trouxe para o processo de resistência civil, sua contribuição para superação da cultura do medo através da busca da politização e publicização dos processos eleitorais, e a coragem política de integrantes ligados, principalmente, ao setor “autêntico” do partido, identificado com lideranças mais jovens.

O avanço eleitoral do MDB preocupava o governo. Estudos feitos pelo SNI demonstravam que nas eleições seguintes, mesmo em face de todos os dispositivos que favoreciam a ARENA, a oposição poderia tomar o controle do Congresso. Estrategistas liderados pelo general Golbery do Couto e Silva propuseram, então, a extinção dos dois partidos oficiais, mantendo a base governista em uma nova agremiação, o PDS, e procurando dividir a oposição ao impor regras complicadas para a criação de novos partidos. Entre as “surpresas” advindas do novo estado de coisas, estava a criação do Partido dos Trabalhadores, herdeiro das greves do ABC e que teria papel bastante ativo na oposição ao regime a partir de então.

Em 1982, novo processo eleitoral colocou a oposição no controle de importantes estados da federação - na realidade os mais ricos e populosos - como São Paulo, Minas Geras, Paraná e Rio de Janeiro. Mesmo com todos os mecanismos de controle adotados, como as relações clientelísticas da máquina do poder executivo, o “voto formiguinha” no

⁷⁶ REZENDE, Maria José de. Op. cit. p. 168.

⁷⁷ PAULO NETTO. José. Op.cit. p. 41.

nordeste, as fraudes eleitorais e as disposições da Lei Falcão, a oposição desferia um golpe duro na tentativa de legitimação do Estado de Segurança Nacional.

Eder Sader, em seu sugestivo título “Quando novos personagens entraram em cena” faz uma genealogia de alguns movimentos de base nascidos no início dos anos 70⁷⁸. Um dos movimentos mais importantes surgido já em 1969 foi o das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que, embora fossem ligadas diretamente à Igreja Católica “[...] abrigavam todo tipo de militantes”.⁷⁹ Outros movimentos, inúmeros deles, foram surgindo ou se rearticulando, como a Oposição Metalúrgica de São Paulo, o sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo, o Movimento do Custo de Vida, além das várias organizações pastorais da Igreja que cuidavam de pontos específicos.

Um caso típico da forma de resistência que foi encetada com esses movimentos é o movimento do custo de vida, cujo início Sader situa na criação dos primeiros clubes de mães, “[...] inseparável da expansão das comunidades de base no mesmo período”⁸⁰, por volta de 1971 ou 1972. A princípio as mulheres reuniam-se neste espaço como uma extensão de seu lar privado, para aprender novas receitas, conversar e estudar o evangelho. Com o crescimento do movimento e da participação, pautas mais amplas começaram a entrar, como os problemas comuns dos bairros, e lideranças foram surgindo. Ao mandar uma carta para as autoridades reclamando do custo de vida, aparentemente realizava-se mais um ato de reivindicação pontual, mas nos anos seguintes, munidas de pesquisas que comprovavam o absurdo da situação das famílias trabalhadoras, os clubes de mães transformaram o Movimento do Custo de Vida em um ato de repúdio às políticas (econômicas) da ditadura.

É significativo que quando se dirigiam ‘às autoridades’, normalmente eram políticos ligados ao MDB que compareciam em seus atos e assembleias para prestigiá-los e ouvi-los. Essa é uma das características, também, da nova participação do MDB pós-73, que procurava se aproximar dos movimentos de base, que lhe davam legitimidade e votos superando a “[...] defasagem entre os níveis de política formal e política de base”.⁸¹

Napolitano destaca ainda, associado a essa emergência dos movimentos populares, o papel da imprensa clandestina como ponto de comunicação entre os militantes que sobreviveram à repressão e as bases, voltados para os problemas comuns e fazendo destes

⁷⁸ SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980). 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

⁷⁹ NAPOLITANO, Marcos. O regime militar brasileiro... p. 49.

⁸⁰ SADER, Eder. Op. cit. p. 203.

⁸¹ MOREIRA ALVES, Maria Helena. Op. cit. p. 197.

jornais nanicos seu fórum de debates privilegiado.⁸² Outro ponto decisivo destacado também pelo autor, e intimamente ligado aos movimentos populares, é a repolitização das ruas, numa retomada do espaço público que a ditadura procurara esvaziar. Podemos dizer que as pessoas mostravam vontade de participar dos assuntos públicos, superando o mergulho forçado no espaço privado e ocupando os espaços de debate sobre os destinos da sociedade, mesmo que o projeto de abertura pensado pelas elites não incluísse a classe trabalhadora.

Além destes movimentos são importantes também as associações que tinham uma reputação difícil de negar, até mesmo para os militares, como a ABI (Associação Brasileira de Imprensa), a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e a CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil). Grosso modo, pode-se dizer que os representantes da imprensa lutavam por conta da pesada censura que, para além de lhe cercear a liberdade impunha pesados prejuízos econômicos; a OAB insurgia-se contra a subversão do direito e o excesso de poder do executivo em detrimento dos outros poderes; e a CNBB voltava-se para a defesa dos direitos humanos, tema que foi também mote de luta política contra as ditaduras do Cone Sul em geral.⁸³

O papel das grandes empresas de comunicação na resistência liberal foi de grande importância, pois faziam coberturas e reportagens, principalmente aos atos do MDB. A rigor, os grandes veículos de comunicação afastaram-se do governo devido ao estabelecimento da censura.

A promulgação do AI-5 ensejou duas formas de resistência da imprensa: por um lado surgiram semanários pequenos de crítica e resistência, por outro uma forma que exigia mais criatividade esboçada pelos grandes veículos, numa espécie de jogo de gato e rato com a censura que lembra os ditos de De Certeau sobre as “artes de fazer” em que se empregam as técnicas dos caçadores e rurícolas antigos para resistir.

A OAB desempenhou papel destacado na denúncia de prisões arbitrárias e na defesa de presos políticos. Mas, como aponta Moreira Alves, sua maior contribuição talvez tenha sido o questionamento legal do arcabouço jurídico criado pelo Estado de Segurança Nacional.⁸⁴ Até porque a existência de um sem número de decretos que podiam ser editados do dia para a noite, ou revogados com a mesma rapidez, dificultava sobremaneira a vida dos advogados.

⁸² NAPOLITANO, Marcos. **O regime militar brasileiro...** p. 47.

⁸³ QUADRAT, Samantha Vaz. A emergência do tema dos direitos humanos na América Latina. IN: FICO, Carlos et.al. **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. pp. 361-395.

⁸⁴ Idem. p. 211

A CNBB, como já foi mencionado, desempenhou papel destacado. Se levarmos em conta a publicação de D. Fernando Padim em 1966, denunciando a incompatibilidade da doutrina da Igreja com o Estado de Segurança Nacional, alguns bispos católicos começaram cedo a criticar o regime ditatorial. Ademais, é preciso levar em conta as proposições da Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino Americano, em Medellín 1966 que, na trilha aberta pelo Concílio Vaticano II, propunha maior atenção da Igreja às questões da desigualdade social na América Latina, e a Terceira Conferência, que enfatizou os direitos humanos.

A Igreja oferecia um espaço institucional protegido em que as pessoas podiam se reunir, embora algumas vezes nem este espaço tenha sido respeitado⁸⁵ e prestava solidariedade aos familiares de mortos e desaparecidos políticos, com destaque para a figura de D. Paulo Evaristo Arns, cardeal de São Paulo.

Em alguns momentos, principalmente após 1974, estes importantes setores da oposição liberal - CNBB, ABI, OAB e MDB - participaram de reuniões para debater temas específicos da transição com representantes do regime.⁸⁶ Os anos de 1975 e 1976, marcam uma ofensiva do regime contra o PCB, que ficara relativamente imune à repressão, até então voltada para os grupos armados. Esse novo ciclo da repressão visava destruir o último bastião da esquerda que poderia interferir no processo de distensão pelo alto, e a Igreja desempenhou importante papel na defesa dos atingidos.

A sociedade civil ia se rearticulando e procurando forçar espaços ao nível da política real. Ainda em 1975 a morte do jornalista Vladimir Herzog nas dependências do DOI-CODI em São Paulo, levou uma multidão a um culto ecumênico liderado pelo cardeal de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns. Em seguida, o movimento feminino pela anistia ampla, geral e irrestrita e a criação das regionais do Comitê Brasileiro pela Anistia começaram a fustigar o regime no setor das perseguições políticas. Como aponta Napolitano, as ruas do Brasil começavam a ser repolitizadas.

Em 1978 começou a primeira das greves do ABC paulista que colocaram a “República de São Bernardo” em confronto direto, primeiro com a política econômica e, em seguida, com a ditadura como um todo. Em 1979 e 1980 novas greves, principalmente do setor metalúrgico, demonstraram a insatisfação do povo com o regime e novos partidos políticos de oposição surgiram, ao mesmo tempo em que era conquistada a Lei de Anistia.

⁸⁵ São sintomáticos os casos de espancamento e prisão de pessoas que saíam de uma missa em Osasco em 1968, e a tensão que se gerou por conta do culto ecumênico em honra a Wladimir Herzog, em 1975.

⁸⁶ MOREIRA ALVES. Maria Helena. Op. cit. p. 217.

Com o apoio e divulgação dos novos movimentos sociais, dos sindicatos, de setores progressistas da Igreja, enfim, da sociedade civil como um todo, a campanha pelas eleições diretas para presidente da República ajudou a terminar com a alternância de generais na chefia do executivo, embora a “transição” ao fim e ao cabo não tenha ficado a contento dos setores mais à esquerda.

3.3 O Paraná nos anos de repressão.

Neste tópico apresentamos uma descrição sobre a inserção do estado do Paraná durante o período ditatorial. Para esboçar em linhas gerais o posicionamento do governo do estado, de suas elites, das classes médias, dos militares estaduais e do povo em geral durante esse período, convém iniciar a descrição pelo momento que antecedeu imediatamente o golpe de Estado em 1964. Nesse momento, efetivamente, havia a mobilização de amplos setores das classes médias e das elites no estado, visando a renúncia e/ou à deposição do governo João Goulart.

Por ocasião da crise política de 1961, com os ministros militares recusando-se a aceitar a posse de Jango, o governador Ney Braga afirmara publicamente sua posição legalista, a favor da posse. Na Assembleia Legislativa do estado e na Câmara Municipal de Curitiba, deputados ligados ao PTB conseguiram organizar a retransmissão da Cadeia da Legalidade, irradiada a partir do Rio Grande do Sul do governador Brizola. A evolução da conjuntura política no país, entretanto, foi modificando a postura legalista da maioria da classe política do estado, até a adesão de sua grande maioria aos projetos do setor que conspirava contra João Goulart.

Os militares em serviço no Paraná também iam aos poucos aderindo às ideias conspiratórias. Exemplo disso é o testemunho do general Ítalo Conti, à época secretário de segurança pública do estado, segundo o qual “inicialmente eu era pela aplicação da lei; infelizmente os acontecimentos tomaram outro rumo e aí o compromisso com a nação era mais importante”.⁸⁷ Obviamente o conceito de “compromisso com a nação” aqui, é invocado como uma justificativa ideológica que legitima o golpe de Estado pelas forças armadas. O que apontamos anteriormente como “ponto de realidade do imaginário militar”, e que aparece normalmente quando os soldados e oficiais falam sobre o período ditatorial e que identifica,

⁸⁷ APUD: DUTRA, José Carlos. A revolução de 64 e o movimento militar no Paraná: a visão da caserna. IN: *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, nº 22, p. 195-208, jun. 2004. p. 207

na América Latina, forças armadas e pátria. Desse ponto de vista, depor Goulart e instaurar um governo que “limpasse” o país dos perigos esquerdistas era visto não como uma ruptura com a ordem legal, mas uma tarefa histórica, à altura apenas da grandeza das forças armadas. Uma tarefa realizada em nome da pátria, como o general faz questão de salientar.

Numa conjuntura crítica em que iam se acumulando fatos de desgaste ao governo federal e em que os setores ligados ao complexo ESG/IPES/IBAD preparavam ações de caráter ideológico visando destituí-lo, o fato decisivo para a postura de enfrentamento aberto, tanto do setor político quanto das classes médias e da elite estadual, foi a realização do Comício da Central do Brasil e as promessas de reformas de base feitas nessa ocasião. Codato aponta a atuação combinada das elites, de conservadores católicos, de políticos e dos setores médios em Curitiba por ocasião das Marchas da Família, rebatizadas aqui de “Marcha a favor do ensino livre”.⁸⁸ Planejadas a princípio como respostas “cristãs” ao comício comunista e ateu do dia 13 de março, realizaram-se marchas em diversas cidades, sendo que somente em São Paulo reuniram-se 500 mil pessoas, com palavras de ordem como “verde e amarelo, sem foice nem martelo” e “um, dois três Brizola no xadrez”.

Em Curitiba, entretanto, embora contasse com ampla participação do catolicismo conservador na organização, a marcha realizada no dia 24 de março revestiu-se principalmente de um marcante traço classista. Ela reunia os interesses da Associação Comercial do Paraná contra o “livro único” da disciplina de história, produzido pelo MEC, que reverteria em perda de lucros para o setor gráfico - por acaso na presidência da ACOPA, na figura do empresário conservador Oscar Schrappe Sobrinho. Sob a alegação de que o livro fora editado em bases marxistas e subversivas – fora escrito pelo historiador Nelson Werneck Sodré – e que feria ao mesmo tempo a religião e a liberdade de comércio, mais de 30 mil pessoas lideradas por políticos udenistas marcharam até o Palácio Iguaçu, forçando o governador Ney Braga a posicionar-se abertamente contra o livro o que, naquela ocasião, era se posicionar também contra o governo federal.⁸⁹

Por ocasião do golpe de Estado em 31 de março, os conspiradores já sabiam do posicionamento favorável do governador do Paraná, uma vez que no dia anterior este afirmara sua posição ao comandante da 5ª Região Militar, após entrevistar-se com o governador mineiro Magalhães Pinto, um dos mais ativos conspiradores contra Goulart. Em vias de terminar o mandato eletivo, Braga renunciou ao seu cargo para ser ministro da agricultura de

⁸⁸ CODATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcus Roberto. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. IN: **Revista Brasileira de História**. São Paulo. V.24, nº 47, p. 271-302 – 2004.

⁸⁹ Idem. p. 293.

Castello Branco, general com o qual mantinha amizade pessoal, dada sua origem também militar.

Após um rápido período de governo de seu vice, Antônio Ferreira Ruppel e de Algacir Guimarães, este último eleito pela Assembleia Legislativa, Paulo Pimentel foi eleito com a bênção do ex-governador e então ministro. Embora atitudes esporádicas pudessem indicar alguma discordância de Braga e Pimentel com a linha de ação do executivo federal, em geral o que se observava era um alinhamento quase automático dos governadores do estado com o governo “revolucionário”. Quase automático, diga-se, porque Braga posicionou-se contrário à edição do AI-5, comunicando oficialmente o presidente da República⁹⁰, e Pimentel contribuiu para a queda do primeiro governador indicado pelos militares no Paraná.⁹¹ Essas atitudes foram tomadas, no entanto, em momentos em que ambos já não eram mais governadores, embora ainda atuassem na política local e nacional.

O alinhamento, proposto já pela adesão de Ney Braga aos objetivos golpistas da elite civil-militar, precisa ser tomado também como uma medida da qual era difícil escapar. Governadores de estado considerados de esquerda foram cassados logo após o golpe e, como aponta um estudo do IPARDES, para além dos mecanismos políticos de controle que a União estabeleceu sobre os estados “[...] aqueles somente recebiam verbas para iniciativas inseridas num programa de ação vinculado aos nacionais”.⁹² Na prática, portanto, era impossível governar sem estar alinhado ao governo federal. Até porque, a partir de 1966, os governadores da maioria dos estados passaram a ser indicados, sendo, portanto, homens de confiança do regime. No Paraná ainda foram realizadas eleições em 1966 quando Paulo Pimentel foi eleito. Haroldo León Peres foi o primeiro governador paranaense indicado, em 1970, quando todos os estados passaram a ter seus chefes do executivo nomeados por Brasília e referendados pelas respectivas Assembleias Legislativas.

Com a instituição do Ato Institucional nº2 e a virtual extinção dos partidos políticos em 1966, Ney Braga foi o organizador da ARENA no Paraná, tornando-se, na prática, seu homem forte, posição da qual saiu apenas em face de sua já mencionada contrariedade ao AI-5, o que ocorreu quando ocupava o cargo de senador e ajudava a dar sustentação ao regime no Congresso Nacional. Pimentel, após deixar o cargo de governador em 1971, candidatou-se a deputado federal pela ARENA, em 1978. Além da indicação de Ney Braga para a agricultura,

⁹⁰ BRAGA, Ney Aminthas de Barros. **Ney Braga**: tradição e mudança na vida política. Curitiba: Ed. do Autor, 1996. Entrevista a Adherbal Fortes de Sá Jr. p. 228.

⁹¹ FARIA, Enéas; SEBASTIANI, Sylvio. **Governadores do Paraná**: a história por quem construiu a história. Curitiba: SPige, 1997. p. 67.

⁹² IPARDES. **O Paraná reinventado**: política e governo. Curitiba, 1989. p. 74.

outros paranaenses também foram chamados a compor o governo federal no mandato de Castello Branco, como o professor Flávio Suplicy de Lacerda, que ocupou o Ministério de Educação e Cultura num primeiro momento. Ao longo do período ditatorial, outros políticos paranaenses também ocuparam postos em Brasília.

À queda de Léon Peres, sucessor de Pimentel e com a qual este último contribuíra, sucedeu a ascensão de Parigot de Souza. Deste último até o segundo governo Braga, iniciado em 1979, pode-se imputar o triunfo da tentativa de estabelecer o governo estadual em bases técnicas, e não políticas; senão na prática, ao menos no nível dos discursos oficiais. O recurso à função legitimadora do golpe – chamado de “revolução” - e o alinhamento com o governo federal, eram também amplamente ressaltados. Assim, Parigot de Souza afirmava que “a filosofia revolucionária que preside a ação governamental, no plano federal, tem servido para nós de fonte permanente de inspiração [...]”.⁹³

No tocante às forças de segurança, principalmente à polícia militar, havia uma preocupação do governo federal quanto à disposição que governadores com um efetivo grande e relativamente bem equipado, como os de São Paulo e Minas Gerais, haviam demonstrado em resistir às forças federais, por ocasião das tensões no período final do governo Goulart. Como os governadores passaram a ser indicados após 1966, o problema parecia resolvido, já que os chefes dos executivos estaduais seriam sempre favoráveis ao governo central e, portanto, os efetivos policiais não poderiam ser usados contra o mesmo. Mas, no Paraná, essa postura sofreu modificações ao longo do período ditatorial, em acordo com a conjuntura. A indicação dos titulares da pasta de segurança pública no estado ajuda a perceber estas mudanças.

Na época do golpe, o governador Ney Braga, de origem militar, mantinha como seu secretário de segurança um general do exército, Ítalo Conti, titular da pasta até 1966. Ainda em janeiro de 1966 o recém empossado governador Paulo Pimentel indicou outro general, Junot Rebello Guimarães, que ficou no posto até o final desse ano, refletindo bem o espírito dos primeiros tempos da “revolução”. Em dezembro de 1966 o primeiro civil assumiu a pasta, o desembargador José Munhoz de Mello. Este ficou no cargo por dois anos e foi substituído por outro civil, o deputado Agostinho José Rodrigues, titular da pasta até 1969. Aparentemente, após os primeiros momentos do golpe civil-militar a pasta de segurança deixaria de ser assunto de militares de alta patente, e passaria a ser ocupada por civis, não

⁹³ SOUZA, Pedro Viriato Parigot de. Apud: IPARDES. Op. cit. p. 76.

sendo mais, portanto, objeto de preocupação por parte do grupo que controlava o executivo federal.

Mas após as agitações do ano de 1968 o governo ditatorial resolveu colocar, legalmente, as forças policiais estaduais sob controle direto do exército. Para isso promulgou o Decreto-Lei Nº 667 de 2 de julho de 1969 que, usando o AI-5 como suporte jurídico – conforme se pode ver em seu preâmbulo – definia no artigo 1º que “o Ministério do Exército exerce o controle direto sobre a coordenação das Polícias Militares [...]”.⁹⁴ No território nacional o órgão diretamente responsável seria o Estado-Maior do exército; os exércitos (I,II, III etc.) e Comandos Militares de Áreas em suas jurisdições; e as Regiões Militares também em suas respectivas jurisdições. Um mês depois, em agosto de 1969 e refletindo as novas disposições, a Secretaria de Segurança Pública do Paraná voltou a ser ocupada por um general do exército, Mário Carneiro Portes, substituído brevemente no ano de 1970 por um tenente-coronel da mesma arma, Julio Werner Hackradt, e por um coronel, também do exército, Pérsio Ferreira.

Já em 1971 o general Mário Carneiro Portes reassumiu a secretaria e ficou até o ano de 1975, quando foi substituído por outro general, Alcindo Pereira Gonçalves, que a ocupou até o ano de 1979. De 1979 a 1983, outro coronel assumiu a pasta, que só voltou a ser ocupada por um civil – Luiz Felipe Haj Mussi - em 1983, ficando este último até o fim da ditadura, em 1985. O ano de 1983, entretanto, ao mesmo tempo em que marca a volta de um civil à pasta de segurança no Paraná, marca também o ápice do controle federal sobre as forças policiais dos estados, através dos Decretos de nº 2010 e 88.540.⁹⁵ Este último decreto, na prática, deixava ao presidente da República a prerrogativa de convocar as polícias estaduais quando bem entendesse. De posse de tal legislação - pode-se presumir - já não era necessária a presença de um militar do exército na pasta de segurança pública, por que os generais poderiam controlar as forças policiais dos estados legal e eficazmente a partir de Brasília.

Como se pode perceber, ao longo do regime ditatorial apenas durante aproximadamente 5 anos a pasta de segurança pública do Paraná foi ocupada por civis, 2 dos quais nos momentos finais do regime e com uma legislação que tornava praticamente desnecessária a presença de um homem do exército no posto. Durante os outros 16 anos, sempre um alto oficial do exército esteve à frente da pasta. Esse fato reforça o já mencionado

⁹⁴ BRASIL, Presidência da República. Decreto-Lei Nº 667, 2 de julho de 1969. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0667.htm Consulta em 20/10/2012.

⁹⁵ MOREIRA ALVES, Maria Helena. Op. Cit. p. 301-302.

controle da União sobre os estados, que não se restringia à coação econômica, mas atingia também diretamente o setor de segurança e os próprios efetivos das polícias estaduais.

Os órgãos de informação e “ordem pública” do estado também foram integrados ao esquema geral dos serviços do tipo. A Delegacia de Ordem Política e Social funcionava, no Paraná, desde 1937 e esteve subordinada, primeiramente, à Chefatura de Polícia e, a partir de 1962, com a criação da Secretaria de Segurança Pública do estado, à Polícia Civil, subordinada também diretamente à referida secretaria.⁹⁶ Como se pode perceber, ao exercer o cargo de secretário de segurança pública, os militares do exército também controlavam a DOPS no estado, ou pelo menos tinham acesso direto às suas informações e serviços. Conforme aponta o documento com a história do órgão, esta delegacia existiu formalmente entre 1937 e 1978, mas antes e depois desse período as atividades de investigação político-ideológicas foram executadas por outras denominações sendo que “[...] o que chama mais a atenção foi sua atuação ao longo do regime de exceção”.⁹⁷

Eram constantes as correspondências trocadas entre titulares da DOPS-PR, com os demais órgãos da comunidade de informações, principalmente o SNI e o CENIMAR, pelos mais variados motivos, como se pode perceber no trabalho com fontes primárias no arquivo do DEAP. Ademais, o delegado titular do órgão no estado, Ozias Algauer, é apontado por diversos prisioneiros políticos paranaenses como um dos torturadores mais cruéis do período ditatorial, o que atesta o envolvimento da DOPS-PR em assuntos que iam além do serviço de informações, envolvendo-se também diretamente na tortura a perseguidos políticos.⁹⁸

Como se pode ver, o poder oficial do estado do Paraná era alinhado à coalizão que chegou ao poder em 1º de abril de 1964 desde antes do golpe de Estado, situação que se manteve durante toda a vigência do regime ditatorial, dado que a partir de 1971 os governadores paranaenses passaram a ser indicados diretamente por Brasília. Num primeiro momento, e desde antes da efetivação do golpe, as classes médias e a elite estaduais estavam também alinhadas. Os resultados das urnas, ao menos nos primeiros 10 anos de vigência do regime, revelavam que o mesmo encontrava aceitação também da maioria da população paranaense nesse período.

Essa adesão, no entanto, não impediu que vozes dissonantes soassem. Como no restante do país, o movimento estudantil representou a insatisfação de amplos setores da

⁹⁶ DEAP/DOPS. **História administrativa da polícia política no Paraná**. Este documento possui 5 páginas e faz parte do caderno que contém o acervo documental do DEAP, tendo sido produzido por funcionários do mesmo.

⁹⁷ Idem.

⁹⁸ CALCIOLARI, Silvia. **Ex presos políticos e a memória social da tortura no Paraná (1964-1978)**. Curitiba: Assembléia Legislativa do Paraná, 2006. p. 181.

população contra o governo também no Paraná, principalmente em Curitiba. O estado também era rota de muitos militantes que procuravam deixar o país pela tríplice fronteira e foi palco de diversas operações das forças de segurança. Aluizio Palmar relata a tentativa de organização de um foco de guerrilha rural no oeste do Paraná, por militantes ligados ao Movimento Revolucionário 8 de Outubro, assim como a traição e morte de militantes ligados à Vanguarda Popular Revolucionária na tríplice fronteira.⁹⁹

No Paraná, como no restante do Brasil, órgãos como a CNBB, ABI e OAB tiveram também importante papel na defesa dos direitos dos perseguidos políticos. Em 1976, o conhecido militante conservador Plínio Corrêa de Oliveira escrevia indignado contra a Regional Sul II da CNBB, com sede no Paraná, por conta de uma publicação “comunista” do órgão a respeito da postura que a Igreja deveria adotar, caso o Brasil viesse um dia a ser governado por um regime de esquerda. Segundo ele, aqui se “apostava corrida” com D. Casaldáliga – bispo do Xingu – em matéria de comunização. E completava: “tão longe nem D. Helder chegou sequer”.¹⁰⁰

Advogados e integrantes da hierarquia eclesiástica ajudaram muitos presos políticos no estado, prestando solidariedade, ajuda às famílias e assessoria jurídica. A partir de 1974, também os resultados eleitorais passaram a esboçar a resistência da população frente ao fracasso do milagre econômico e às condições de vida, somando mais um fator de repúdio ao regime. Nessas eleições, o MDB venceu no Senado e na Câmara Federal, sendo derrotado pela ARENA apenas na eleição de deputados estaduais. Esse quadro forçou a volta de Ney Braga, novamente nas graças do regime, à condição de governador do estado em 1978.

No Paraná também, embora se insistisse em um discurso oficial de passividade da sociedade civil - o general Ítalo Conti afirma que não havia perigo de uma perturbação da ordem institucional pelos “comunistas” no estado em 1964 -, houve um grande número de pessoas que realizaram ações de contestação à ditadura civil-militar. Essas pessoas foram vigiadas de perto pelos órgãos de segurança, principalmente a DOPS, cujos arquivos guardam uma quantidade enorme de material com informações sobre sujeitos que representavam “perigo” ao regime. Em sua maioria foram colocados sob o abrangente - e genérico - rótulo de comunistas, acusados de representar perigo à segurança nacional. Mesmo que seus perigosos atos consistissem simplesmente em reivindicar mais colheres no presídio, mais vagas nas universidades, o direito de pensar diferente, ou um ensino de melhor qualidade.

⁹⁹ PALMAR, Aluizio. **Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?** Curitiba: Travessa dos Editores, 2006.

¹⁰⁰ OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. **A Igreja ante a escalada da ameaça comunista**: apelo aos bispos silenciosos. São Paulo: Vera Cruz, 1976. p. 95.

4. RESISTENTES COM INSERÇÃO E PROTEÇÃO INSTITUCIONAL

Após contextualizarmos a inserção da Doutrina de Segurança Nacional no Brasil e suas adaptações, bem como o tema da resistência no Brasil e a situação do Paraná na ditadura civil-militar, neste capítulo passamos a estudar as ações de duas pessoas que exerciam cargos e funções que lhes garantiam visibilidade na sociedade paranaense. Isso era importante em casos de perseguição política. Uma vez que a vítima fosse alguém conhecido e de vida pública, era mais difícil para o regime praticar atos arbitrários, como prisões, sequestros etc., e mantê-la incomunicável, sem dar satisfação para a família, advogados ou amigos. O deputado Léo de Almeida Neves não chegou a ser preso. O médico Jorge Karam chegou foi preso diversas vezes.

É importante estudar os atos de resistência praticados por pessoas com essa inserção porque justamente sua projeção pessoal, a classe profissional que representavam e os órgãos em que eram inseridas, permitiam que suas ações pudessem ter maior visibilidade e alcance. Em geral, é possível elencar tal atuação na chamada “oposição liberal”, sendo indivíduos que não esposavam necessariamente teses de esquerda ou de revolução social, mas que entendiam a necessidade de modificação do regime político colocado e utilizavam das possibilidades que tinham para resistir-lhe.

Assim, usando como critério pesquisar pessoas que tiveram atuação pacífica e por longo tempo, sem deixar de resistir por conta de uma prisão, IPM etc., elencamos a atuação do deputado estadual e federal pelo PTB, pelo MDB e pelo PMDB, Léo de Almeida Neves, que utilizou sua condição de parlamentar, suas imunidades e o apelo político de sua figura para impetrar ações de resistência dentro e fora da Câmara dos Deputados.

Em seguida estudamos ações do médico curitibano Jorge Karam, comunista convicto e profissional com alto reconhecimento social, cuja clientela era formada em grande parte por pessoas da elite econômica e social da cidade de Curitiba. Dado o caráter de clandestinidade e o anticomunismo muito presente no imaginário social do período, não entendemos a participação no Partido Comunista Brasileiro como uma inserção “institucional”. Porém, havia comunistas, como Karam, que eram pertencentes às classes médias e altas e que constituíam algo como uma “elite vermelha” - definição apresentada na dissertação de Gonçalves¹⁰¹ - tendo, portanto, uma inserção social interessante e reconhecida.

¹⁰¹ GONÇALVES, Márcio Mauri Kieller. **Elite vermelha**: um perfil sócio-econômico dos dirigentes estaduais do Partido Comunista Brasileiro no Paraná – 1945-1964. Dissertação de mestrado.

4.1 Resistência parlamentar: a atuação de Léo de Almeida Neves.

Léo de Almeida Neves nasceu em Ponta Grossa em 1932 e iniciou-se na política desde muito cedo. Conforme relata em um de seus livros “debutei na política aos 13 anos, na eleição presidencial de 1945 [...]”.¹⁰² Uma de suas preferências ideológicas, a defesa de interesses nacionais frente aos interesses estrangeiros, que foi uma marca de sua carreira política, é identificada por ele com um fato ocorrido nos anos 1940. Seu pai, um industrial do ramo da madeira, resolveu montar uma fábrica para produzir pasta mecânica, utilizando o pinho como matéria prima. Essa possibilidade abriu-se dada a ocorrência da Segunda Guerra Mundial e à política de substituição de importações do governo Vargas.

No início a fábrica foi bem e até uma pequena hidrelétrica foi construída nas proximidades, sendo a produção vendida a CR\$ 2,50 o quilo. Finda a guerra, entretanto, assumiu como presidente o general Eurico Gaspar Dutra “[...] que resolveu abrir a economia às importações, sem estabelecer barreiras tarifárias para proteger a indústria nacional”¹⁰³, e a pasta passou a ser importada por CR\$ 0,50 o quilo. Seu pai perdeu tudo, precisou vender a hidrelétrica que mandara construir para a prefeitura e, segundo ele “provavelmente, das lições desse episódio, nasceu meu apaixonado nacionalismo e horror à abertura econômica dos regimes liberais [...]”.¹⁰⁴ Outra marca de suas posições políticas é a defesa intransigente da figura e das ações de Getúlio Vargas, nascida, provavelmente, também nesse período.

No ano de 1946 realizaram-se eleições estaduais e o jovem Almeida Neves, então com 14 anos de idade, procurava assistir a todos os comícios, os de Plínio Salgado, os do recente Partido Trabalhista Brasileiro, “eu também não perdia os comícios dos comunistas, geralmente com reduzida presença de público, e com oradores exaltando a classe operária e desancando a burguesia”.¹⁰⁵ No mesmo ano de 1946 ingressou no PTB, integrando a mocidade trabalhista, e aos 18 anos publicava artigos de concepção doutrinária em um jornal intitulado *O Petebê*, de Curitiba, com forte influência das ideias do gaúcho Alberto Pasqualini.

Envolveu-se com o movimento estudantil “escola de liderança para a política partidária”, tanto nos níveis secundário como superior, ajudando a fundar o Centro Acadêmico Carlos de Carvalho e envolvendo-se nas disputas de chapas para direção do

¹⁰² NEVES, Léo de Almeida. **Vivência de fatos históricos**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 81.

¹⁰³ Idem. p. 79.

¹⁰⁴ Idem. p. 79.

¹⁰⁵ Idem. p. 85.

Centro Acadêmico Hugo Simas, que faria história anos depois como um símbolo de resistência estudantil do Paraná contra a ditadura militar.

Ao longo de sua vida ocupou vários cargos públicos, como o de oficial de gabinete da Secretaria do Trabalho e Assistência Social, aos 19 anos, deputado estadual pelo PTB entre o início de 1960 e fins de 1961, diretor da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil entre 1961 e 1964, presidente do Banestado nos anos 1980, e deputado federal pelo MDB entre 1967 e 1969. Nesse último cargo foi o mais votado do Paraná. Além do exercício de cargos executivos nos partidos a que pertenceu, como os de vice-presidente da executiva nacional do PTB, presidente do MDB de Curitiba e vice do PMDB do Paraná.

É a partir de sua indicação para o poderoso cargo de diretor da CREA I que podemos marcar o início de seus percalços com o que viria a ser o regime militar de 1964. Sua indicação deu-se em acordo com o xadrez político do estado do Paraná, que levou Ney Braga ao poder e trazia também um quadro de crescimento do PTB no estado. Como aponta Magalhães Filho, esse crescimento do partido trabalhista era parte de um quadro nacional mais amplo e também de uma configuração local própria e que, não fosse a morte de Abilon de Souza Naves, o teria levado à conquista do Palácio Iguaçu em 1960.¹⁰⁶ Ney Braga, do PDC, elegeu-se governador com uma pequena vantagem sobre Nelson Maculan, do PTB, mas precisava negociar apoio parlamentar para seu governo. O Partido Trabalhista, além de eleger uma considerável soma de deputados estaduais, era detentor da presidência da república após a renúncia de Jânio Quadros, o que tornava seu apoio imprescindível para a condução do executivo estadual.¹⁰⁷

O PTB hipotecou seu apoio a Ney Braga em troca do atendimento de algumas de suas demandas nacionalistas e este, entre outras coisas, apoiou um quadro do partido para a diretoria da CREA I que, na opinião de Léo de Almeida Neves “[...] pelo seu amplo espectro de atuação colocava-se acima de muitos ministérios.”¹⁰⁸

Com a vitória do golpe de Estado, pediu demissão do cargo que ocupava em uma reunião da diretoria do banco realizada em 23 de abril. Obviamente a renúncia teve um caráter político e dificilmente o governo militar o manteria mesmo no posto, já que um dos motivos para perseguição política, segundo o Projeto Brasil: Nunca Mais era justamente “a participação em diferentes postos do governo deposto em 1964, bem como a simples

¹⁰⁶ MAGALHÃES Filho. Francisco de Borja Baptista. **Da construção ao desmanche**: Análise do Projeto de Desenvolvimento Paranaense. Curitiba: Editora da UFPR, 2011. Pp. 124-125.

¹⁰⁷ Ney Braga, dada sua necessidade do apoio parlamentar do PTB e a necessidade de verbas federais para executar suas promessas de campanha, postou-se publicamente favorável à posse de João Goulart.

¹⁰⁸ NEVES, Léo de Almeida. **Vivência de fatos históricos...** p. 187.

identificação política com ele [...]”.¹⁰⁹ Note-se que o mesmo governador Ney Braga que se pronunciara totalmente favorável à posse de João Goulart em 1961¹¹⁰, deixara o governo do Paraná e dispusera-se a assumir o cargo de ministro da agricultura de Castelo Branco, de quem fora aluno e era amigo pessoal.

Logo após o golpe convidaram-no para ser entrevistado no programa transmitido pela *TV Associada* Canal 6, dirigida por Adherbal Stresser, intitulado “Na linha dura”. Basicamente foi uma sabatina onde pediam sua opinião sobre a conjuntura política do país e sua possível candidatura ao Palácio Iguaçu, em 1965. Ao ser perguntado sobre sua ligação com o presidente deposto respondeu “era e continuo sendo amigo do presidente João Goulart”.¹¹¹ Dado o momento político de então, esta era uma declaração que demonstrava coragem.

Em 1965, como resposta à eleição de governadores pela legenda do PSD em estados importantes da federação, respectivamente Guanabara e Minas Gerais, os mandatários do regime resolveram editar o Ato Institucional Nº2 que, entre outras medidas, extinguiu os partidos políticos existentes. O Ato Complementar Nº4 completava o quadro e exigia a adesão de 20 senadores e 152 deputados federais para o registro de qualquer outro partido que então se criasse¹¹² o que, na prática, não permitia mais que um partido de oposição, já que a ARENA, partido do governo, tinha todas as facilidades para se organizar. Neves lembra que para a fundação do partido oposicionista “[...] só haviam subscrito 18 senadores; o governo emprestou dois (que retiraram a assinatura da fundação da Arena) para subscrever a criação do MDB”.¹¹³

Essa insistência em ter um partido de oposição tem a ver com o próprio caráter do golpe civil-militar, sua pretensão de legitimidade e a retórica de defesa da “democracia” no país, sustentada mesmo depois do AI-5. Ter uma oposição “responsável” era interessante e parte das estratégias de legitimação do Estado de Segurança Nacional que ia se consolidando. Maria José de Rezende aponta a importância da manutenção de um ideário de democracia como a “coluna mestra” da chamada “estratégia psicossocial” emanada da ESG.¹¹⁴ Nessas condições, manter o MDB como um partido de oposição, mesmo que este, paradoxalmente,

¹⁰⁹ ARQUIDIOCESE de São Paulo. **Brasil: nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1985. P. 87.

¹¹⁰ Entrevista publicada pela revista *Panorama* em 1961. *PANORAMA*, outubro de 1961. Edição especial. APUD: ALVEZ, Luiz Felipe Nunes. **Os anos 50 e 60 nas páginas de PANORAMA e PARANÁ EM PÁGINAS**: o conservadorismo da imprensa paranaense no contexto da guerra fria. Dissertação de mestrado. Programa de Pós Graduação em História UFPR. Curitiba, 2009. p. 57

¹¹¹ NEVES, Léo de Almeida. **Vivência de fatos históricos...** p. 240.

¹¹² MAGALHÃES Filho. Francisco de Borja Baptista. Op. cit. p. 207.

¹¹³ NEVES, Léo de Almeida. **Vivência de fatos históricos...** p. 254.

¹¹⁴ REZENDE, Maria José de. Op. cit. p. 77/778.

não pudesse aspirar a alcançar o poder, era importante para sustentar a retórica de que o regime era democrático, já que contava inclusive com opositores reconhecidos.

Embora a ARENA tenha sido a opção da maioria absoluta dos paranaenses que detinham cargos legislativos, alguns integrantes do PTB optaram pelo MDB, aos quais se somaram também José Richa e Sinval Martins.¹¹⁵ Léo de Almeida Neves também optou pelo partido de oposição, e foi como deputado federal pelo MDB que sua resistência à ditadura militar evidenciou-se, até a cassação de seu primeiro mandato, no dia 13 de março de 1969.

Em 1966 Neves foi oficializado candidato a deputado federal pelo MDB, fato que ocasionou um curioso caso em relação à DOPS-PR e as anotações que este órgão mantinha sobre sua pessoa. Conforme seu relato “[...] fiquei abismado e estarecido com o bestialógico (sic) e barbaridades que lá se continuam”.¹¹⁶ Com a vigência da legislação repressiva, a candidatura a cargos públicos exigia um atestado ideológico a ser concedido pela DOPS. Quando foi requerer sua ficha, o então candidato deparou-se com anotações que em sua maioria não condiziam com a sua biografia. Algumas destas anotações “erradas” permanecem na pasta com seu nome até hoje, sob a guarda do Departamento de Arquivo Público do Paraná, e conferem com as afirmações contidas em seus relatos autobiográficos.¹¹⁷

No dia 30 de setembro de 1965 o CENIMAR enviou um ofício à DOPS-PR, solicitando dados sobre um militante comunista de nome “Léo” que era oriundo deste estado e estava atuando na Guanabara. O comunista visado possuía os seguintes antecedentes: “a) era estruturado no Comitê Regional do PCB no Paraná, b) possuía a profissão de comerciante e, c) [...] atualmente encontra-se em franca atividade no CE da GB”.¹¹⁸ Solicitava-se que, caso o mesmo fosse “fichado” pela delegacia do Paraná, fosse enviada cópia de sua ficha e fotografias. O ofício vinha assinado pelo Capitão-de-Mar-e-Guerra Roberto Ferreira Teixeira de Freitas, do Centro de Informações da Marinha.

Ao responder o ofício, a DOPS-PR deparou com a ficha de Léo de Almeida Neves, “fichado” como comunista desde 1953, quando tinha 21 anos e já era um militante orgânico e notório do PTB. É possível entender a vigilância sobre quaisquer pessoas com inclinação à esquerda e sua taxação como comunistas dentro da paranóia antissubversiva vigente à época, até porque, como o próprio comenta, ele era frequentemente visto em companhia de filiados do PCB, participando inclusive de atos promovidos pelos mesmos. A resposta da DOPS à solicitação do CENIMAR é surpreendente, entretanto, pela falha notória nas informações, que

¹¹⁵ Ver ALCÂNTARA, José Carlos. Op. cit. p. 129.

¹¹⁶ NEVES, Léo de Almeida. **Vivência de fatos históricos**... p. 61.

¹¹⁷ DEAP/DOPS. Dossiê N°2347. Topografia 409. Documentos/Informações referentes a Léo de Almeida Neves.

¹¹⁸ Idem. p. 06.

Neves reporta à má fé. De fato, no dia 12 de novembro de 1965, um ofício assinado pelo delegado Ozias Algauer remetia ao CENIMAR, em anexo, as informações constantes sobre Léo de Almeida Neves.¹¹⁹ Dados os antecedentes biográficos, obviamente não poderia ser o “Léo”, comerciante estruturado no Partido Comunista Brasileiro no Paraná. Por outro lado, é possível que a DOPS-PR não quisesse causar a impressão de que haviam comunistas no estado agindo sem o seu conhecimento e, portanto, o Léo comunista da Guanabara só podia ser o mesmo que possuía ficha no Paraná, mesmo que fosse um confesso e notório fã de Getúlio Vargas.

A atitude que tomou o candidato a deputado frente aos erros de sua ficha foi singular. Procurou o então secretário de segurança do Paraná, general Ítalo Conti, mostrou-lhe a ficha com informações erradas – o endereço que constava na ficha, por exemplo, era o do ex-deputado do PTB Julio Rocha Xavier – e solicitou oficialmente ao mesmo que procedesse às correções. Segundo ele “aceitando minhas ponderações, o general Ítalo Conti encaminhou ao Dr. Ozias Algauer, então diretor do (sic) Dops, ofício nº 50G, de 28 de janeiro de 1966, determinando [...] correções e acréscimos na minha ficha”.¹²⁰ Constam de sua pasta intimações que Algauer enviou aos ex-titulares da delegacia para que prestassem esclarecimentos sobre os erros grosseiros nas anotações do “fichado”.¹²¹

Após solicitar as correções e a título de oficializar sua candidatura, no dia 1º de março de 1966 Neves requereu ao delegado titular de ordem política e social uma certidão de seus antecedentes “refundida de acordo como ofício nº 50G, de 28 de janeiro de 1966, da SSP”.¹²² Possivelmente trata-se de um caso *sui generis* em matéria de vigilância sobre a sociedade civil, onde o próprio suspeito sugere, e é atendido, que sua ficha seja reescrita com informações fornecidas por ele. Não se pode deixar de atentar, também, para uma “arte” de resistência no sentido de De Certeau, de caçar em território inimigo, desmoralizando-o com uma sátira em que sua autoridade é “respeitosamente” desacreditada. Como aponta Hannah Arendt, o riso é o meio mais seguro para minar a autoridade.¹²³

¹¹⁹ Ofício nº 88-5.0. de 12 de novembro de 1965. DEAP/DOPS. Dossiê Nº2347. Topografia 409. Documentos/Informações referentes a Léo de Almeida Neves. p. 10.

¹²⁰ NEVES, Léo de Almeida. **Vivência de fatos históricos...** p. 63. Uma cópia autêntica do ofício 50G, de 16/5/66, assinado pelo general Conti consta ainda na pasta de Neves no DEAP à página 14 do Dossiê que leva seu nome.

¹²¹ Por exemplo, o ofício 69 de 16 de maio de 66, onde o delegado Walmor Prince Paraná é solicitado a prestar esclarecimentos. DEAP/DOPS. Dossiê Nº2347. Topografia 409. p. 13.

¹²² DEAP/DOPS. Dossiê Nº2347. Topografia 409. p. 11. Este é o requerimento original, inclusive com selos e assinatura.

¹²³ ARENDT Hannah. **Sobre a violência**. -2ªed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p.62

Obviamente estamos aqui perante uma pessoa que se opôs ao regime utilizando os meio que possuía, e que eram consideráveis. Sendo uma figura pública notável no estado do Paraná e amplamente conhecido nos círculos do poder político, sua condição de inserção institucional permitia-lhe ter acesso direto a um militar de alta patente e ver atendida uma reivindicação. Outro fator a ser levado em conta é que esse era o período em que o regime militar estava ainda buscando um caminho para sua institucionalização, no que discernimos como uma primeira fase, anterior ao AI-5. Num período posterior, uma tal “arte” de resistência dificilmente seria tolerada ou aceita.

Após o incidente com sua ficha e o advento de maior cuidado com suas anotações, pode-se verificar também um maior acúmulo de informações sobre suas atividades. Assim, já no mesmo documento em que se “refundiam” as informações por ordem do secretário de segurança pública da época, após colocar todas as anotações sobre o “fichado”, acrescentou-se o fato de que, no dia 18/9/66, o *Diário do Paraná* publicou uma reportagem dando conta do apoio de Afonso Camargo Neto e Léo de Almeida Neves à passeata estudantil que ocorrera em Curitiba.¹²⁴ Em suas entrevistas para a imprensa, Neves sempre procurava destacar também a atuação tolerante do governo Paulo Pimentel, que não agia com truculência contra o movimento estudantil. Essa “tolerância” do governo estadual, entretanto, pode ser vista mais como uma opção estratégica de enfrentamento com os estudantes adotada pela polícia paranaense - para evitar a criação de fatos políticos que viessem a fortalecê-los perante a opinião pública - do que como um espírito democrático de respeito ao direito de manifestação e ao pluralismo de ideias.

A organização do MDB - ao qual Neves se filiou - no Paraná seguiu a mesma lógica de organização no país. Agrupando setores descontentes com o governo civil-militar – os que conseguiram escapar à devassa dos primeiros momentos da ditadura – o partido de oposição não conseguiu uma votação expressiva na eleição de 1966, ficando com apenas 31% dos votos para o Senado, 16% para a Câmara dos Deputados e 17% para a Assembleia Legislativa do estado.¹²⁵ Em partes esse insucesso eleitoral se dava por conta da desconfiança da população de que ser oposição ao governo “revolucionário” era apoiar os movimentos esquerdistas, contidos pelas forças armadas. Ademais, pode-se perceber também a desconfiança de setores da esquerda com o novo partido. Ainda indeciso quanto ao seu apoio, o PCB avaliava em 1967 que “os parlamentares eleitos sob a legenda do MDB têm tido, com algumas exceções, uma posição vacilante diante das arbitrariedades da ditadura” embora

¹²⁴ DEAP/DOPS. Dossiê N°2347. Topografia 409. p. 19.

¹²⁵ IPARDES. **Resultados eleitorais: Paraná 1945-82**. Curitiba, 1989.

reconhecesse que este partido poderia tornar-se em “[...] fator positivo para a mobilização de forças populares”.¹²⁶

O insucesso inicial do MDB não se refletiu para a então promissora carreira política de Léo de Almeida Neves. Em 1966 elegeu-se para o cargo de deputado federal pela oposição no estado, e recebeu a maior votação de todos, fato que conferiu-lhe grande prestígio político e o lançamento de seu nome como possível candidato a governador no pleito que, esperava-se, ocorreria em 1970. O material utilizado na campanha de deputado ostentava sua foto com a palavra “oposição” escrita em fonte alta, e trazia também textos com seu currículo e apelos do tipo “pela democracia autêntica, pela justiça social [...] vamos votar em Léo de Almeida Neves para deputado federal pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) – oposição”.¹²⁷

Já no início de 1967, uma publicação da coluna Fórum Político do jornal *Diário do Paraná*, de 05/01/1967 trazia como título uma afirmação do deputado federal recém-eleito com quase 50.000 votos, segundo a qual “Léo anuncia que o MDB funcionará de fato como uma força de oposição”.¹²⁸ Essa disposição de antepor-se à situação pode ser verificada também pelo teor dos materiais de campanha que seriam distribuídos no pleito municipal de 1968 para a Câmara Municipal de Curitiba. Neves e o MDB entraram com força na disputa para a Câmara Municipal da capital, porque eleger bom número de vereadores era importante para suas pretensões de ganhar o Palácio Iguaçu em 1970.

Ainda no ano de 1966, o agora oposicionista Carlos Lacerda iniciava as articulações com vistas à formação do que ficou conhecido como Frente Ampla, unindo três das mais representativas lideranças civis do país numa tentativa de opor-se ao regime. Após conseguir a adesão de Kubitschek, a esta altura com os direitos políticos cassados e residindo em Portugal, Lacerda buscou entendimentos com João Goulart, que também apoiou a ideia. Em outubro de 1967 Neves, já como deputado federal, aderiu também ao movimento, numa tentativa de resistir politicamente ao regime ditatorial.¹²⁹ Imediatamente os jornais e a DOPS registraram o fato.

A adesão à Frente Ampla foi bastante entusiasmada, sendo o MDB do Paraná a única seção que aderiu em bloco, liderada por Neves e o deputado federal Renato Celidônio. No Paraná realizaram-se comícios do movimento em Curitiba, Londrina, Apucarana e Maringá,

¹²⁶ Partido Comunista Brasileiro. **PCB: 20 anos de política**. Documentos (1958-1979). São Paulo: Ciências Humanas, 1980. p. 131.

¹²⁷ DEAP/DOPS. Dossiê N°2347. Topografia 409. Documentos/Informações referentes a: Léo de Almeida Neves. p. 49.

¹²⁸ DEAP/DOPS. Dossiê N° 1380. Topografia: 164. Documentos/Informações referentes a: Movimento Democrático Brasileiro. p. 270. Obs.: Como as pastas temáticas estão digitalizadas e não contém nº de páginas, para melhor indicação optou-se por utilizar o número de ordem em que a página citada aparece na tela.

¹²⁹ NEVES, Léo de Almeida. **Vivência de fatos históricos...** p. 304.

sempre com a presença de Lacerda e Neves que, inclusive, fez várias viagens ao interior do estado para expor os princípios do movimento e conseguir adeptos.

As atividades da Frente Ampla foram sendo minadas pelo governo militar, pressionando os líderes civis com ameaças de confinamento, ordenando à imprensa que ignorasse a presença de Lacerda e, finalmente, proibindo formalmente suas atividades em abril de 1968.

Essa tentativa de articulação de diferentes correntes ideológicas para a organização de uma oposição política ao regime era tolhida também pela própria natureza do poder que os ditadores possuíam. Os mandatários da ditadura civil-militar não precisavam enfrentar um adversário político utilizando apenas armas políticas, como o debate público, as articulações, convencimento e compromissos. Respalhada na palavra “revolução” a ditadura sentia-se à vontade para utilizar também a arbitrariedade e a violência quando julgasse necessário.

Ao refletir sobre a confrontação do poder (entendido como a capacidade humana para agir em conjunto) com a violência, Hannah Arendt propõe que, mesmo a custo da perda do próprio poder e legitimidade, quem detém os meios de violência tem certamente maior possibilidade de vitória em um confronto imediato.¹³⁰ Como aponta Arendt:

se a estratégia da resistência não violenta de Gandhi, extremamente poderosa e bem-sucedida, tivesse encontrado um inimigo diferente – a Rússia de Stálin, a Alemanha de Hitler e mesmo o Japão do pré-guerra, em vez da Inglaterra -, o resultado não teria sido a descolonização, mas o massacre e a submissão”.¹³¹

Assim, a solução adotada pelo regime em relação à Frente Ampla como uma força política, foi a arbitrariedade de quem detém os meios de violência e disposição para utilizá-los. Estratégia que, aliás, foi muito comum sempre que se esboçaram resistências da parte de parlamentares, e que acabou atingindo individualmente o próprio Léo de Almeida Neves.

Embora numa avaliação geral a impressão seja de que a Frente Ampla não chegou a ter muito sucesso em seus objetivos, até pela heterogeneidade das forças políticas que pretendia agrupar, a impressão que fica pelas repercussões na imprensa estadual é de que, ao menos no Paraná, houve uma maior adesão, inclusive de parlamentares arenistas ainda fiéis a Lacerda e, obviamente, do MDB, interessados em capitalizar politicamente o movimento.¹³²

¹³⁰ ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 70 e seguintes.

¹³¹ Idem. p. 70.

¹³² Há uma quantia substancial de recortes de jornais dando cobertura às atividades da Frente no Paraná, guardados pelo DOPS. DEAP/DOPS. Dossiê nº1011. Topografia: 121. Documentos/Informações referentes à: Frente Ampla.

Nas eleições de 1965, sem cargo político de destaque e recentemente afastado das funções na CREA, Neves pleiteara ser o candidato do PTB para governador, mas foi derrotado pela ala que pregava aliança em torno do nome de Bento Munhoz da Rocha Neto. Sua expressiva votação para deputado federal em 66, entretanto, alçou seu nome dentro do MDB e, em 1968, foi eleito presidente da legenda na capital do estado.

Neste ano de 1968 ocorreriam eleições para vereador na capital do estado. Em virtude do clima repressor que já se criara, não foi possível montar chapa completa de candidatos, embora o partido tenha saído a campo com bastante disposição. A atuação do MDB nestas eleições, a julgar pelo “Manifesto ao povo de Curitiba” assinado por Léo de Almeida Neves e Sylvio Sebastiani, realmente pautou-se pela disposição em atuar como oposição. O manifesto sugeria como bandeiras reivindicatórias, entre outras:

1) Eleição pelo voto direto dos prefeitos das capitais. 2) Eleição pelo voto direto de presidente da república. 3) Melhores níveis de salários reais. 4) Aumento de vencimentos para os servidores públicos em geral. 5) Liberdade de manifestação de pensamento, *inclusive para estudantes* (grifo nosso). 6) Redemocratização total do Brasil. 7) Restabelecimento do progresso econômico. 8) Afirmação da soberania nacional. 9) Equitativa distribuição das riquezas produzidas para obtenção de justiça social.¹³³

Como se pode ver, tratava-se de reivindicações amplamente oposicionistas e claramente contrárias não apenas à situação da capital paranaense, mas de questionamento do próprio governo ditatorial. A reivindicação de liberdade de manifestação “inclusive para estudantes” é também altamente sugestiva do momento que se estava vivendo no mundo e do qual o Paraná não ficava alheio. As lutas dos estudantes contra o ensino pago e os enfrentamentos com a polícia haviam acontecido há poucos meses das eleições, e o MDB buscava evidenciar sua posição em relação a isso para capitalizar eleitoralmente os descontentamentos estudantis. Em outro trecho do manifesto evidencia-se que “já que o prefeito de Curitiba não é eleito, e sim nomeado, os únicos representantes do povo na capital [...] são os vereadores”.¹³⁴ Apesar das dificuldades, nesse pleito o MDB conseguiu eleger 7 vereadores, o que ampliou enormemente sua bancada, tendo em vista que com o advento do bipartidarismo apenas Arlindo Ribas de Oliveira ficara na oposição, refletindo o mesmo processo que ocorrera na Assembléia Legislativa do estado.

Moreira Alves aponta que os anos de 1967 e 1968 marcam uma retomada de iniciativa por parte da oposição, baseada principalmente no movimento estudantil, em greves de

¹³³ SEBASTIANI, Sylvio. Op. Cit. pp 18-19.

¹³⁴ Idem. p. 311.

trabalhadores e na Frente Ampla. Esses movimentos conseguiram ter voz no Congresso “através de um grupo de deputados do MDB eleitos em 1966”.¹³⁵ Esses deputados utilizavam a tribuna para, valendo-se de sua imunidade parlamentar, denunciar políticas de abuso por parte do executivo. A atuação de Léo de Almeida Neves enquanto deputado federal, a julgar pelos discursos e projetos de lei que impetrou, sugere que fazia parte desse grupo, do qual também era membro Márcio Moreira Alves, pivô da crise política que o executivo respondeu fechando o Congresso em 1968.

De fato, sua atuação caracterizou-se por uma clara postura de resistência ao regime ditatorial. Em suas autobiografias lista 55 discursos que pronunciou, versando sobre diversos assuntos, bem como requerimentos de informações e projetos de lei. Vamos apontar o teor de alguns desses discursos, requerimentos e projetos que sugerem posturas de crítica ao governo civil-militar vigente.

Em 28 de fevereiro de 1967, o presidente Castelo Branco baixara o decreto-lei de número 228 sob o título “reformula a organização da representação estudantil e dá outras providências”.¹³⁶ Pelo artigo 17 ficava estipulado que os secundaristas somente poderiam estabelecer grêmios com finalidades cívicas, culturais, sociais e desportivas e que precisariam sempre ser assistidos por um professor. Já o artigo 20 extinguiu os órgãos estudantis de âmbito estadual. No dia 07 de abril de 1967, o deputado federal Léo de Almeida Neves apresentava à sala de sessões o projeto nº 76/1967, de sua autoria, que visava “restabelecer o funcionamento de órgãos de representação estudantil”,¹³⁷ revogando os artigos 17 e 20 do decreto-lei 228, numa clara resistência à enxurrada de legislações por decreto e à repressão contra o movimento estudantil. Após um tramitação de quase 4 anos, o projeto foi arquivado “nos termos do artigo 104 do regimento interno”.

Ainda no ano de 1967 participou da chamada CPI da desnacionalização e a da venda da Fábrica Nacional de Motores. O objetivo era apurar as transações que haviam sido feitas entre empresas nacionais e estrangeiras entre 1964 e 1968, e que tornaram o capital privado estrangeiro predominante no Brasil. As conclusões da CPI da desnacionalização apontaram que em 1968, quatro anos após o golpe, o capital externo controlava 40% do mercado de capitais no país, 62% do comércio exterior, 82% do transporte marítimo, 67% dos transportes aéreos externos, 100% da produção de veículos a motor, 100% dos pneumáticos, 85% da

¹³⁵ MOREIRA ALVES, Maria Helena. Op. cit. p. 115.

¹³⁶ BRASIL. Decreto-Lei Nº 228, de 28 de fevereiro de 1967. Reformula a organização da representação estudantil e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0228.htm.

¹³⁷ BRASIL. **Diário do Congresso Nacional**. Ano XXII – Nº 39. Quarta-feira, 19 de abril de 1967. P. 1455. Disponível em <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD19ABR1967.pdf#page%3D1445>.

indústria farmacêutica, entre outras percentagens alarmantes.¹³⁸ Conforme seu relato, o objetivo da criação da CPI era estabelecer normas que disciplinassem o ingresso de capital estrangeiro no país, através da criação de um Conselho Nacional de Investimentos.

Hannah Arendt, em seu ensaio sobre a desobediência civil, aponta que esta surge, entre outras circunstâncias quando, no julgamento de um grupo de pessoas “[...] o governo está em vias de efetuar mudanças e se envolve e persiste em modos de agir cuja legalidade e constitucionalidade estão expostos a graves dúvidas.”¹³⁹ Certamente que no caso da opção de um pequeno grupo de pessoas pelo partido legal de oposição, estes já haviam avaliado que, para eles, o governo implantado em 1964 era alvo de “graves dúvidas”. Embora fosse um petebista de ala moderada, a adesão de Neves ao MDB era coerente com seu posicionamento político anterior e, sendo parte do partido que fora deposto pelo movimento golpista, não se esperaria outra opção. Ocorre que grande parte - no Paraná a maioria - dos ex-petebistas optou por aderir à ARENA, dando assim seu consentimento à ditadura civil-militar.

No caso do grupo que propôs e tocou os trabalhos da CPI da desnacionalização, ficava claro que este, para além de contestar a origem desse governo optando por fazer-lhe a oposição parlamentar possível, via problemas no modo de proceder do governo ditatorial. Embora estivessem cumprindo seu papel como representantes do povo, estavam tocando em um assunto que exigia a coragem política de contestar as diretrizes de um governo que sempre deixara claro os limites de oposição que tolerava. Ainda que fossem parlamentares e a Constituição de 1967 lhes previsse ainda algumas garantias legais, atos como propor leis e medidas que contestassem o executivo hipertrofiado de então, implicavam em resistência política na medida em que propunham expor o absurdo das leis e da política que iam conduzindo o Estado brasileiro.

Mais adiante, no mesmo ensaio, Arendt sugere que o desobediente civil “[...] ainda que seja normalmente um dissidente da maioria, age em nome e para o bem de um grupo; ele desafia a lei e as autoridades estabelecidas no terreno da dissensão básica, e não porque, como indivíduo, queira algum privilégio para si [...]”.¹⁴⁰ Nesse caso, nenhum privilégio poderia advir da contestação ao regime imposto, salvo, talvez, um reconhecimento de parte do eleitorado que, como já se viu, era mais propenso a condenar os críticos da “revolução” nesse

¹³⁸ BRASIL. **Diário do Congresso Nacional**. Suplemento ao nº 203: CPI-Desnacionalização. Quarta-feira, 20 de novembro de 1968. P. 13. Disponível em http://imagem.camara.gov.br/dc_20.asp?selCodColecaoCsv=D&DataIn=20/11/1968&txpagina=1&txsuplemento=1&altura=650&largura=800.

¹³⁹ ARENDT, Hannah. **Crises da república**. São Paulo: Perspectiva, 2010. p. 68.

¹⁴⁰ Idem. p. 69.

primeiro momento do que a apoiá-los. O que se podia esperar e, como se verá adiante, realmente aconteceu, foram sanções.

Em 31 de julho de 1970, a mesa diretora da Câmara transformou os resultados apurados pela CPI da desnacionalização na Resolução nº 96 de 1970, cujo artigo 2º propunha enviar as conclusões para a presidência da República e alguns ministérios.¹⁴¹ Por essa época Neves já havia sido cassado, e a repercussão maior que causou o esforço da CPI foi a convocação e o depoimento de alguns ministros de Estado que, de resto, defenderam o que haviam feito. Essa política de permissividade ao capital privado estrangeiro era também parte da Doutrina de Segurança Nacional e desenvolvimento, propagada pela ESG, que considerava o ingresso de corporações multinacionais um fator positivo para a economia do país. Dentro da coerência doutrinária estabelecida, portanto, os números apurados não eram motivo de preocupação.

Os resultados dessa investigação, como se pode ver, contrariavam um dos pontos essenciais da intervenção militar de 1964: o modelo econômico. Provar que o país estava ficando com a economia cada vez mais dependente colocava em cheque e ênfase no desenvolvimento que se associara à Doutrina de Segurança Nacional, e que fora fruto de anos de estudos do grupo que colocou Castello Branco na presidência. Nesse sentido, era um ato “antirrevolucionário”, como qualquer outro que questionasse o regime, mas mais ainda porque desacreditava um ponto de honra do mesmo. Ademais, os trabalhos da CPI foram concluídos em 1970, período do chamado milagre econômico, quando parecia que o modelo adotado realmente ia funcionar.

Em seus discursos também constam a defesa da indústria nacional, dos estudantes e dos trabalhadores e, não raro, questionamentos os mais diversos ao modo de proceder do executivo nacional. Em um deles, ao parabenizar a CNTI pela realização do III Congresso Nacional dos Trabalhadores da Indústria, aproveitou para criticar duramente o regime vigente dizendo que:

Nos últimos três anos sofreram os trabalhadores brasileiros inconvenientes e dificuldades as mais sérias. A liberdade sindical foi praticamente destruída. Muitos dos mais autênticos dirigentes de trabalhadores foram presos, processados e alguns tiveram que axilar-se (sic). A política salarial do governo comprometeu de forma gravíssima o poder aquisitivo do povo [...] o direito de greve não pode ser exigido, a estabilidade foi atingida nos seus alicerces [...]¹⁴²

¹⁴¹ BRASIL. **Diário do Congresso Nacional** - Seção 1 —. Sexta-feira, 31 de julho 1970 , Página 3531 . Disponível em <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD31JUL1970.pdf#page=1>.

¹⁴² BRASIL. **Diário do Congresso Nacional**. Ano XXII nº31. Sexta-feira, 07 de abril de 1967. P. 1086. Disponível em <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD07ABR1967.pdf#page%3D1069>

Pronunciou discursos também para criticar uma norma interna imposta ao Banco do Brasil que proibia empresas que admitissem pessoas com direitos políticos suspensos de contratarem crédito com aquela instituição, criticando o arrocho salarial, o confinamento arbitrário de Jânio Quadros etc. Dos 21 projetos de lei que apresentou merece destaque também o Projeto de Lei 369/1967 que alterava a CLT para retirar o arbítrio do Ministério do Trabalho sobre as organizações de trabalhadores, objetivando a liberdade e autonomia sindicais.¹⁴³

Após exercer o mandato por aproximadamente 24 meses, no dia 13 de março de 1969 o Conselho de Segurança Nacional reuniu-se em Brasília, pela quadragésima sétima vez desde o golpe, a fim de apreciar o pedido do ministro da justiça para cassação de seus direitos políticos, juntamente com outros dois deputados federais e alguns estaduais. Após a leitura de alguns de seus “discursos subversivos” e fatos anotados pela DOPS do Paraná, a ata termina com a anotação de que “o Presidente da República resolve suspender os direitos políticos, por dez anos, e cassar o mandato eletivo federal do Deputado Léo de Almeida Neves”.¹⁴⁴

Seu nome foi lido na *Voz do Brasil* na noite de 13 de março de 1969, encabeçando uma lista de cassados que no dia seguinte foi publicada, como de praxe, em vários jornais. Em sua avaliação pessoal contribuíram decisivamente para isso o posicionamento oposicionista, a defesa do movimento estudantil, a atuação nas CPI da desnacionalização e da venda da Fábrica Nacional de Motores, e o engajamento na Frente Ampla. Como faz questão de salientar, possuía vários amigos em altos postos no governo Costa e Silva que poderiam ser mobilizados para evitar a cassação. No entanto, “pertencer à bancada federal do MDB e não ser cassado passou a ser opróbrio e vergonha, pois era prova de que ou não fazia oposição ao governo e ao regime militar, ou era tão inexpressivo que a ditadura sequer se importava com ele”.¹⁴⁵

Havia também uma avaliação política de sua parte, de que a ditadura não iria durar muito tempo o que, caso acontecesse, poderia trazer um considerável saldo político aos punidos. Previsão errônea, frente aos 21 anos de duração do regime. Como seus direitos políticos foram cassados por 10 anos, ficou politicamente inativo entre 1969 e 1979, dedicando-se a trabalhar como diretor na Companhia Cacique de Café Solúvel. Durante este

¹⁴³ Para uma lista completa dos projetos, requerimentos e discursos proferidos por Léo de Almeida Neves, ver: NEVES, Léo de Almeida. **Segredos da ditadura de 64**. São Paulo: Paz e Terra, 2010. pp. 219-240.

¹⁴⁴ “Ata da quadragésima sétima sessão do conselho de segurança nacional” Apud: NEVES, Léo de Almeida. **Segredos da ditadura de 64**. São Paulo: Paz e Terra, 2010. p. 351. A ata é reproduzida na íntegra, fotografada do arquivo da casa civil da presidência da República.

¹⁴⁵ Idem. p. 37.

tempo, as únicas anotações da DOPS-PR em sua ficha, dizem respeito a requerimentos para efeitos de viagem ao exterior a serviço da Companhia, sempre deferidos. Sylvio Sebastiani afirma que, frequentemente, lideranças do MDB iam à sua casa conversar e discutir assuntos políticos durante esse período. Embora ele não pudesse se candidatar ou atuar publicamente no partido, não deixava de atuar discretamente como conselheiro e liderança respeitada a quem os amigos sempre recorriam.

No dia 14 de março de 1979 o jornal “O Estado do Paraná” publicava que “um dia após readquirir seus direitos políticos [...] retorna hoje a Curitiba, para ingressar na oposição, o ex-líder petebista Léo de Almeida Neves”.¹⁴⁶

Retomando os direitos políticos e ingressando imediatamente na oposição, Neves deixava claro qual seria sua postura após voltar à vida pública. Embora já não dispusesse do mandato parlamentar e dos mecanismos e imunidades proporcionados pelo mesmo, ainda era um ator político bastante respeitado, como se pode ver pelo destaque que a imprensa concedeu à sua volta. E utilizou seu reconhecimento público para continuar a resistir ao regime, agora sem precisar fazer reuniões e discussões apenas no espaço restrito de sua casa e de seus companheiros do MDB, mas podendo explanar publicamente suas posições. Já em sua primeira entrevista, em 1979, sustentava que:

embora defenda o pluripartidarismo e seja favorável ao retorno do PTB, sou contrário à criação de novos partidos no momento. Toda a oposição deve se concentrar no MDB. Somente quando a democracia estiver restabelecida e consolidada, sem Lei Falcão, senadores biônicos, presidentes e governadores indiretos, após a anistia ampla, geral e irrestrita, precedendo a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, é que novos partidos poderão surgir, abrigo os diferentes enfoques doutrinários da opinião pública.¹⁴⁷

Com a proposta do general Golbery do Couto e Silva de dividir a oposição para enfraquecê-la sem perder as vantagens legitimadoras de eleições “livres”, Neves optou por dedicar-se à reorganização do PTB, partido do qual saíra apenas em virtude da situação criada pelo AI-2 e contrariando as afirmações que fizera inicialmente.

Com a disputa do comando da sigla entre Brizola e Ivete Vargas, a justiça decidiu conceder a esta última a liderança do PTB e Brizola resolveu fundar o PDT. Neves colocou-se em “recesso partidário” e decidiu-se pelo PMDB em 1980, chegando a candidatar-se novamente para deputado federal por esta agremiação em 1982. A interrupção de sua carreira

¹⁴⁶ APUD: NEVES, Léo de Almeida. **Vivência de fatos históricos...** p. 317.

¹⁴⁷ NEVES, Léo de Almeida. **Vivência de fatos históricos...** p. 318.

aos 36 anos em março de 69, entretanto, foi um golpe do qual não conseguiu se recuperar, não logrando mais vencer eleições para deputado, embora tenha atingido uma suplência e um curto mandato substituto de 6 meses em 1983.

Após uma passagem rápida pelo PDT entre 1983 e 1984, voltou ao PMDB após desentendimentos com Jaime Lerner, então candidato a prefeito de Curitiba pela sigla. Recentemente desfilou-se do PMDB e ingressou (novamente) no PDT, continuando a agir politicamente e posicionando-se sempre em relação aos grandes temas da vida política nacional.

4.2 Um médico resiste à ditadura: doutor Jorge Karam.

Escrever sobre a atuação do médico curitibano Jorge Karam é contar também um pouco da história da atuação do Partido Comunista no Paraná e mesmo no Brasil. Ao contrário de Léo de Almeida Neves, figura pública da qual a ditadura interrompeu possibilidades que poderiam chegar até mesmo ao governo do estado, Karam, como de resto a maioria dos comunistas desde 1947, precisou agir sempre às voltas com a clandestinidade. Comunista conhecido, “fichado” na DOPS desde que saiu candidato a deputado estadual pela legenda do PCB em 1946 - conforme as anotações da polícia política, com aprovação do próprio Luiz Carlos Prestes, de quem Karam era amigo pessoal¹⁴⁸ - era também um médico de reconhecida capacidade.

É o reconhecimento como médico que o torna uma figura pública tanto entre setores da elite como das classes menos favorecidas. Destas últimas, como apontam vários depoimentos, costumava não cobrar as consultas e até mesmo fornecer-lhes dinheiro e remédio. Sobre esse fato, ainda em 1947 a DOPS anotou que “atualmente fundou um posto médico gratuito, no Juvevê...”.¹⁴⁹

O caráter clandestino da atuação do PCB desde a sua ilegalidade em 1947 torna mais difícil a documentação sobre a atuação de pessoas que tenham sido ligadas ao partido. A maior parte das informações de que dispomos para retratar a resistência levada a efeito pelo médico Jorge Karam provém do acervo da DOPS sob a guarda Departamento de Arquivo Público do Paraná. Um primeiro apontamento a ser feito é que, a parte alguns casos específicos - como o do ex-deputado Léo de Almeida Neves, fichado como comunista quando

¹⁴⁸ DEAP/DOPS. Ficha Individual Nº 19.486. Fichado: Jorge Karam.

¹⁴⁹ Idem.

não havia a menor possibilidade de veracidade na informação -, em geral as anotações constantes sobre os suspeitos eram condizentes.

Uma fonte bibliográfica que nos permite confrontar os dados da DOPS é a dissertação do professor Márcio Mauri Kieller Gonçalves sobre os dirigentes comunistas no Paraná. Embora o trabalho tenha um recorte temporal específico - até 1964 – diferente do nosso, pode-se perceber que as informações sobre esse dirigente constantes da dissertação coincidem em geral com as anotações da DOPS.¹⁵⁰ Também é possível encontrar depoimentos de presos políticos dando conta da atuação de Karam, principalmente dos atos de solidariedade prestados para com os perseguidos políticos e suas famílias durante a ditadura.

Jorge Karam nasceu na cidade de Kfour no Líbano, em 15 de novembro de 1906. Sua mãe, Jamile Karam, teve que cuidar dos filhos menores após a morte de seu marido Elias Karam. Como os filhos mais velhos já haviam migrado para o Brasil, estabelecendo-se em Curitiba, chamaram também o restante da família, entre eles Jorge. Chegaram em Curitiba em 1920, quando ele tinha 14 anos. Em 1932 concluiu o curso na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, indo estabelecer-se profissionalmente em São Paulo, onde ficou até 1939, regressando nesse ano a Curitiba. Ainda em São Paulo casou-se com Salma Merheje, com a qual teve duas filhas, Muna e Almira.¹⁵¹ Naturalizou-se brasileiro em 1941. Segundo a DOPS era “médico de renome, especialista em doenças venéreas e de senhoras e *eletricidade médica*”¹⁵² ...¹⁵³

Em 1947 o PCB foi posto novamente na ilegalidade. Os militantes, entretanto, atuavam ainda no que ficou conhecido como uma “semiclandestinidade”, já que apenas o partido era ilegal e não seus adeptos. Essa possibilidade de atuação mesmo com o partido na ilegalidade, dava-se em virtude de que agora, diferentemente do Estado Novo em que ser comunista era crime previsto na Lei de Segurança Nacional, apenas a existência do *partido* fora proibida. Um cidadão declaradamente comunista podia candidatar-se por outro partido, frequentar sindicatos etc.

¹⁵⁰ GONÇALVES, Márcio Mauri Kieller. Op. Cit.

¹⁵¹ As informações de cunho biográfico são retiradas do site da Grande Loja Maçônica do Paraná, onde Karam foi Grão-Mestre entre 1946 e 1947. Disponível em: http://www.museumaconicoparanaense.com/mmpraiz/autoridades_pr/glpr_946-jorge_karam.htm e complementadas com as informações constantes de sua ficha no DOPS: DEAP/DOPS. Dossiê nº 1963. Topografia: 386. **Documentos/Informações referentes à Dr. Jorge Karam.**

¹⁵² O termo “eletricidade médica” designava no início do século o que hoje se chama de Fisioterapia. O primeiro curso formal de “eletricidade médica no Brasil começou em 1919, na faculdade de medicina da USP. Fonte: “História da Fisioterapia”, disponível em <http://www.fm.usp.br/fofito/mostrahp.php?origem=fofito&xcod=Hist%F3ria%20da%20Fisioterapia&dequem=P aginas%20Internas> acesso em 06 de junho de 2012.

¹⁵³ DEAP/DOPS. Dossiê nº 1963. Topografia: 386. Documentos/Informações referentes à: Jorge Karam. p. 09.

Nesse ano, também, Jorge Karam foi eleito secretário de finanças do PCB estadual, função que exerceu pelo menos até 1964, sendo a pessoa que mais tempo ficou nesse cargo. Essa permanência é explicada em termos de sua inserção na classe alta de Curitiba como profissional médico, o que “[...] lhe permitia fazer uma política de arrecadação de finanças muito discreta, aliada ao conceito que tinha como um excelente profissional da área da saúde”.¹⁵⁴ De certa forma, pode-se dizer que sua militância se exerceu principalmente (mas não só) nesse sentido: como contribuinte e arrecadador do partido, o que se verificaria também após o golpe de 1964.

Com o golpe civil-militar de 1964 sucederam-se várias prisões pelo país. Um dos casos mais dramáticos foi o do ex-deputado federal Gregório Bezerra, preso em Pernambuco, torturado e arrastado pelas ruas de Recife. No Paraná, imediatamente instaurou-se um IPM e foi decretada a prisão de grande número de pessoas. O general e então secretário de segurança pública do estado, Ítalo Conti, diz considerar as prisões do professor José Rodrigues Vieira Neto e do médico Jorge Karam as mais importantes de então. O motivo: “[...] serem simpatizantes do movimento comunista e não concordarem com a revolução”.¹⁵⁵

Como se pode perceber, o motivo alegado para a prisão inscreve-se na lógica discursiva da ditadura. Não concordar com a revolução, manifestar aquilo que se está pensando em contrariedade, é ilícito. Diferente de um regime totalitário, onde pensar contrariamente também é crime, na lógica ditatorial pode-se pensar, mas não se pode manifestar esse pensamento em voz alta. É a necessidade de guardar o que Sigal e Santi definem como um “silêncio patriótico”.¹⁵⁶

Não concordar com a revolução certamente era permitido, desde que não se fizesse essa discordância conhecida, que não se procurasse influenciar mais pessoas com ela. A prisão é a resposta e pode funcionar também como um aviso, ao militante e aos seus próximos e simpatizantes, de que essa atitude não era tolerada. Continuar atuando depois desse “aviso” era demonstração de que a pessoa possuía a coragem de não obedecer ou se deixar intimidar. Diferentemente do verdureiro estudado por Havel, estaria se demonstrando que não havia concordância do punido com o regime e que ele se dispunha a agir como mandava a sua consciência, e não como esperavam os senhores da situação.

Ademais, a consideração de parte do general Conti de que a prisão de Karam era muito importante, pode ser atribuída à sua ficha na DOPS. Desde que se candidatou a deputado

¹⁵⁴ GONÇALVES, Márcio Mauri Kieller. Op. cit. p. 71.

¹⁵⁵ APUD: DUTRA, José Carlos. Op. cit. p. 204. Por essa época Agliberto Vieira Azevedo, o elemento mais visado, já se encontrava preso.

¹⁵⁶ SIGAL, Silvia; SANTI, Isabel. Op. Cit. p. 192.

estadual pelo PCB em 1946, continuou sendo muito atuante no mesmo, participando e organizando atividades, principalmente com vistas a arrecadação de fundos, mas também em outras áreas. Costumava publicar artigos na imprensa do partido, envolveu-se com a organização de um Congresso Pró-Paz e Cultura e era sempre notado em comícios e outras atividades partidárias.¹⁵⁷ Era um líder respeitado e, por isso mesmo, atentamente vigiado pela DOPS. Quando surgiu a oportunidade, por conta do golpe, foi um dos primeiros a ser lembrado pela polícia política.

Quando ocorreu o golpe de Estado, Karam contava já com 58 anos de idade. De início ficou à espreita dos acontecimentos:

Continuei no meu escritório, trabalhando e sabia que seria preso a qualquer momento. Nessa altura eu já sabia das brutalidades que estavam ocorrendo nas prisões, especialmente no Nordeste. O ex-deputado federal Gregório Bezerra foi amarrado em um jipe e arrastado pelas ruas de Recife. Isso causou um trauma muito grande e eu fui convocado para uma reunião de família. Eu não queria fugir, mas a minha família exigiu que eu me refugiasse em determinado lugar de São Paulo.¹⁵⁸

Um relatório elaborado por agentes da DOPS e constante de sua pasta aponta suas atividades desde 1946, traçando um histórico de sua militância até então. Ao final há a observação de que “[...] está desaparecido desde a vitória da revolução”¹⁵⁹ deixando de atender um alvará de prisão com seu nome, publicado em jornais de Curitiba e convocando-o a comparecer na delegacia. Esperou a poeira baixar e apresentou-se a 13 de julho de 1964, oportunidade em que foi condenado a 2 anos e ficou preso por nove meses no Regimento Coronel Dulcídio – seção de cavalaria da Polícia Militar do Paraná. Saiu após decisão do Superior Tribunal Militar, que declarou nulo o processo e lhe concedeu a liberdade juntamente com outros presos acusados do mesmo crime: o de ser comunista.

Em 1966, visitou o ex-capitão da aeronáutica e militante comunista, Agliberto Vieira Azevedo, na prisão, e esse ato de solidariedade foi imediatamente anotado em sua ficha. Era considerado pela DOPS, depois de Azevedo, o “segundo homem” do partido no Paraná, embora já não estivesse mais ligado ao mesmo havia algum tempo. Como se pode ver, o estigma de comunista permanecia, mesmo que a pessoa já não estivesse ligada ao partido: sempre que alguma atividade do PCB era anotada, imediatamente procurava-se ligar Jorge Karam ao fato.

¹⁵⁷ DEAP/DOPS. Ficha Individual Nº 19.486. Fichado: Jorge Karam.

¹⁵⁸ **Apud** HELLER, Milton Ivan. Op. cit. p. 395.

¹⁵⁹ DEAP/DOPS. Dossiê nº 1963. Topografia: 386. Documentos/Informações referentes à: Jorge Karam. p. 08.

Em 1967 a polícia descobriu por acaso um caminhão com material do PCB enviado de São Paulo ao Paraná. Imediatamente nova ordem de prisão foi expedida enquadrando 27 pessoas ligadas ao partido, e novamente Karam precisou ir para a cadeia. Conforme depoimento de Otto Sponholz, Jorge Karam “[...] já tinha uma valise pronta no consultório e quando recebia voz de prisão não protestava. Era absolvido e preso novamente”.¹⁶⁰ A apreensão do material destinado aos militantes do PCB no Paraná resultou no IPM nº 444 - do qual faremos uma discussão mais aprofundada ao tratarmos do estudante Vitório Sorotiuk -. Segundo a acusação formulada pelo coronel Ferdinando de Carvalho:

Os registros históricos anexos a esta incriminação bem demonstram as atividades de JORGE KARAM, que apesar de sua avançada idade e de seu estado de saúde pouco lisonjeiro, continua a exercer permanente militância nas fileiras do Partido Comunista Brasileiro.¹⁶¹

Para complicar sua situação fora citado como contribuinte por pessoas que haviam sido presas antes dele, e em seu consultório haviam sido apreendidos diversos livros e publicações de orientação marxista. Entre estes, “Eu, Gregório Bezerra, acuso”, onde o líder nordestino narrava a sua vida de camponês pobre e militante, e as torturas sofridas nas mãos do exército.

Portar livros “proibidos” era considerado também um grave crime contra a Segurança Nacional. A estratégia psicossocial da ditadura, como já apontamos acima, previa ganhar os corações e mentes para o regime, ajudando a formar um novo homem que pudesse pensar apenas como queriam que pensasse. Guardar e ler livros com ideias de esquerda era sintoma de que o indivíduo não poderia, na lógica ditatorial, compreender a grandeza do projeto que o regime tinha para o Brasil. Pior ainda, poderia estar difundindo ideias que expressavam os pontos de vista dos inimigos da “civilização cristã ocidental” sendo, portanto, passível de punição.

Essa sucessão de prisões e a preocupação dos órgãos de repressão com sua pessoa indicam uma insistência em continuar praticando atos que contrariavam o regime, não cedendo após as tentativas de enquadramento pelo mesmo. Na prisão, segundo relato de companheiros que estiveram presos nas mesmas épocas, agia com tranquilidade e ajudava a acalmar os outros presos.

¹⁶⁰ SPONHOLZ, Otto. **Apud** HELLER, Milton Ivan. Op. cit. p. 220.

¹⁶¹ DEAP/DOPS. Dossiê Nº 1490a. Topografia: 179. Documentos/Informações referentes à: PCB: Organização no Paraná. p. 140.

Os motivos mais alegados quando de suas prisões, além da simpatia pelo comunismo aludida pelo general Conti, eram a acusação de que contribuía financeiramente com o PCB, atendia comunistas em seu consultório e recebia o jornal clandestino *Voz Operária*, órgão de divulgação do partido. Segundo seu depoimento, o jornal “Voz Operária” era-lhe repassado por seu conterrâneo Jodat Nicolas Kury, que os recebia do 1º secretário do comitê estadual, Franciso Luiz de França, o Fagundes.¹⁶² Essas atividades, somadas à sua conhecida convicção comunista, tornavam-no sempre suspeito e vigiado, embora, segundo depoimento de presos da Operação Marumby, estivesse afastado dos quadros do partido havia um bom tempo, assim como outras pessoas atingidas por aquela operação.

Os atos de que Karam era sempre acusado não são, como se vê, grandes façanhas de um perigoso opositor, mas ilustram justamente o sentido da resistência cotidiana, levada adiante dia após dia, e a preocupação com os assuntos que iam além de sua mera existência privada. No sentido da coragem política exposto por Hannah Arendt, era a capacidade de interessar-se pelos assuntos públicos, pelas questões que regem a comunidade e que dizem respeito, mais que a seus próprios interesses, também à liberdade de agir de forma diferente e poder começar, de preocupar-se com o mundo “[...] que adentramos ao nascer e que deixamos para trás quando morremos”.¹⁶³

Em 1975 foi deflagrada a Operação Marumby que, concomitantemente à Operação Barriga Verde em Santa Catarina, visava destruir o que restara do PCB no Paraná. Com a instauração do IPM 444 em 1967, a cúpula do partido havia sido duramente atingida no estado, e as atividades do mesmo não se fizeram notar expressivamente nos anos seguintes. Mas em 1974, algumas pessoas resolveram reorganizar o partido no estado, e o regime aproveitou para lançar uma ofensiva, enviando para o Paraná inclusive um conhecido agente paulista, o coronel Waldir Coelho, autodenominado “Dr. Rui” e um dos maiores responsáveis por torturas no estado.¹⁶⁴

A partir da derrota definitiva das esquerdas armadas por volta de 1974, a fúria da repressão voltou-se contra o PCB que, dada a postura pacifista, ainda conseguia ter atuação política clandestina. Essa operação (Marumby) era dirigida especificamente contra o PCB e, pode-se cogitar, era parte do processo de “abertura” iniciado sob a presidência do general Ernesto Geisel, ao fim da qual o país deveria estar sanado dos militantes vermelhos. Ao

¹⁶² DEAP/DOPS. Dossiê nº 1963. Topografia: 386. Documentos/Informações referentes à: Jorge Karam. p. 11.

¹⁶³ ARENDT, Hannah. **A condição humana**. -10ªEd. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. p. 65.

¹⁶⁴ CALCIOLARI, Silvia. **Ex presos políticos e a memória social da tortura no Paraná (1964-1978)**. Curitiba: Assembléia Legislativa do Paraná, 2006. p. 181.

mesmo tempo, em Santa Catarina, era lançada a Operação Barriga Verde, nos mesmos moldes, sendo que muito comunistas catarinenses ficaram presos no Paraná.

Jorge Karam foi novamente preso, juntamente com dezenas de outras pessoas, acusado de contribuir para a reorganização do partido no estado do Paraná. Nessa ocasião, segundo ele: “fiquei uma semana sem trocar de roupa, incomunicável, em uma cela com mais dois homens”.¹⁶⁵ Em sua ficha, consta que o motivo de sua prisão, desta vez, fora a citação por outros que foram encarcerados antes, como contribuinte do partido comunista. Ao ser perguntado sobre isso em seus interrogatórios, respondeu que contribuía conforme podia, entregando a importância a um membro do comitê estadual que a recolhia em sua casa, mas que apenas era comunista por convicção, sem fazer parte organicamente de nenhum partido¹⁶⁶ o que, como se pode perceber nas afirmações de outros presos da época, realmente era verdade. Para a polícia política, no entanto, era um comunista perigoso, ativo e doutrinador.

Na prisão, conforme depoimento de Ildeu Manso Vieira em seu diário, quando da organização dos Coletivos de presos políticos, na cela ao lado da sua o exemplo foi seguido, e Karam foi eleito presidente do Coletivo vizinho. Na época dessa prisão, contava já com quase 70 anos de idade e estava com a saúde bastante debilitada, o que lhe tornava difícil exercer militância efetiva, sendo que sua contribuição para a resistência democrática então era justamente o apoio que podia prestar com seus serviços médicos aos perseguidos, e contribuições de ordem financeira.

Ildeu Manso Vieira, em seu diário, relata uma ocasião em que, no Natal de 1976, conseguira um alvará para visitar seus filhos e só possuíam arroz e feijão para a ceia:

Repentinamente a campainha tocou e entrou em nossa casa, carregando várias sacolas coloridas, o médico Jorge Karam. O libanês não havia esquecido os presos políticos e nem dos meus filhos. Saboreamos as tâmaras, os doces sírios e quando ele nos deixou, ficamos realmente comovidos com aquele gesto de solidariedade [...] e passamos a valorizar ainda mais os gestos de solidariedade em momentos como aqueles que vivíamos.¹⁶⁷

Além de ajudar as famílias, costumava também fazer visitas e levar alimentos para os presos políticos que continuavam encarcerados - Vieira relata um episódio anedótico em que Karam enviara frangos assados aos companheiros presos, e um preso comum furtou-lhes toda a ceia. Sendo um médico de conhecida reputação, com idade avançada e tendo já uma longa

¹⁶⁵ **Apud** HELLER, Milton Ivan. Op. cit. p. 396.

¹⁶⁶ DEAP/DOPS. Dossiê nº 1963. Topografia: 386. Documentos/Informações referentes à: Jorge Karam. p. 12.

¹⁶⁷ VIEIRA, Ildeu Manso. **Memórias torturadas (e alegres) de um preso político**. Maringá: EDUEM, 1998. p. 222.

história de militância pelo menos até o início do regime, entretanto, poderia simplesmente não fazer nada para ajudar.

Embora com as dificuldades da idade e saúde, o fim de suas sucessivas prisões, em 1977, o levou a envolver-se com a luta pela anistia. Passou a participar de algumas reuniões promovidas com a finalidade da anistia política, e a DOPS imediatamente anotou suas participações. Quando a lei da anistia finalmente chegou ainda havia um processo em que se procurava incriminá-lo e do qual se livrou por conta da mesma, conforme a DOPS anotou em sua ficha.¹⁶⁸ Chegou a frequentar também algumas reuniões que promoviam atos de solidariedade aos metalúrgicos grevistas do ABC, e das assembleias da sessão paranaense do Comitê Brasileiro pela Anistia, no ano de 1980.

Entre seus últimos atos “subversivos”, constam a recepção ao comunista Expedito de Oliveira Rocha na estação rodoferroviária, em dezembro de 1979, e a participação em uma palestra denominada “Processo Político e Nação Brasileira”, ministrada por outro desafeto do regime, Miguel Arraes, em 1980, tudo anotado cuidadosamente pela polícia política.

Thoreau se perguntava em seu livro: “leis injustas existem: devemos contentar-nos em obedecer a elas ou esforçar-nos em corrigi-las, obedecer-lhes até triunfarmos ou transgredi-las desde logo?”.¹⁶⁹ Com as dificuldades que tinha, o médico Jorge Karam parece responder com seu exemplo que, sim, devemos transgredir as leis injustas desde logo e obedecer a nossa consciência. Desobedecer ao Estado que criava tais leis era, certamente, um imperativo de consciência. Afinal sendo, como já se disse, um profissional renomado e que possuía mais que o suficiente para “levar a vida”, não haveria motivo ou vantagens, além do imperativo ético, que o pudesse levar praticar atos proibidos pelo regime, a ousar sair dos limites de sua vida privada quando o poder do Estado ditava que devia permanecer nele.

Como já apontado, o mesmo possuía também um estado de saúde frágil e que era agravado por sua idade já avançada. Jorge Karam faleceu em 28 de outubro de 1989, em Curitiba.

¹⁶⁸ DEAP/DOPS. Ficha Individual Nº 19.486. Fichado: Jorge Karam.

¹⁶⁹ THOREAU, Henry David. Op. cit. p. 25

5. PESSOAS “COMUNS” E RESISTÊNCIA

Neste capítulo estudamos ações de pessoas que não possuíam uma inserção social que lhes garantisse o prestígio necessário para transformar-se em alguma garantia contra as arbitrariedades do regime. Como se pode perceber nos sujeitos estudados no capítulo anterior, nenhum deles foi torturado. Embora tenha chegado a ser preso, o médico Jorge Karam não sofreu tortura física e não ficou na prisão por um período considerável. Léo de Almeida Neves, embora firmemente vigiado, não chegou a ir para a prisão.

Os sujeitos que estudamos neste capítulo, ao contrário, chegaram todos a ser presos e somente Vitório Sorotiuk não sofreu tortura física. Não eram pessoas que pudessem contar com sua reputação profissional ou política como um fator de peso a ajudá-las em caso de prisão, e raramente os amigos que tinham possuíam poder suficiente para interferir por eles. Os atos de resistência que realizaram a nível individual, entretanto, ajudam a iluminar a atividade política com a virtude da coragem, mesmo numa situação sumamente adversa.

5.1 Resistência organizada na prisão: Ildeu Manso Vieira

Ildeu Manso Vieira nasceu na cidade de Alfenas-MG em 08 de janeiro de 1929, filho de Brasiel Manso Vieira e Francisca Pereira Manso.¹⁷⁰ Desde estudante começou a participar ativamente da vida política, tanto em Minas como no Rio de Janeiro. Fez parte da UNE e foi líder do sindicato dos bancários. No Rio de Janeiro casou-se com Nair Fernandes, com a qual teve 4 filhos. Mudou-se para o Paraná, indo morar em Maringá. Consta da sua ficha que “no último pleito”, provavelmente em 1968, foi candidato a vereador pelo MDB em Maringá. Posteriormente mudou-se para Curitiba, cidade onde residia por ocasião de sua prisão em 1975.

Conforme aponta “sempre entendi que era preciso derrubar a ditadura, mas não havia condições de pegar em armas. Só restou a possibilidade de lutar pela organização do povo [...]”.¹⁷¹ Essa afirmação reflete bem o espírito dos militantes que continuaram ligados ao PCB, e a opção do partido pela via pacífica, uma vez que em sua avaliação não era possível vencer o regime de forma violenta.

¹⁷⁰ DEAP/DOPS. Dossiê Nº1636. Topografia: 367. Documentos/Informações referentes à: Ildeu Manso Vieira. p. 01.

¹⁷¹ VIEIRA, Ildeu Manso. **Apud**: HELLER, Milton Ivan. Op. cit. p. 548.

Em 22 de agosto de 1966 a DOPS do Paraná inaugurou sua ficha, com um fichário provisório em que constavam, a princípio, informações apenas de ordem pessoal, como nome, data de nascimento, filiação, naturalidade etc., sem dados de caráter ideológico ou político. Essas informações eram a reprodução de um pedido de informações feito à delegacia de Maringá no dia 18 do mesmo mês. No dia 24, entretanto, como resposta às solicitações enviadas às cidades de Belo Horizonte e Rio de Janeiro, vieram duas comunicações. Segundo a polícia mineira, Viera era “[...] comunista de maior projeção na cidade de Alfenas [...]”¹⁷², onde distribuía panfletos contrários à instalação da usina de Furnas, levando os moradores da região à subversão. Do Rio de Janeiro vieram apontamentos sobre suas atividades como sindicalista bancário e a participação em comícios patrocinados por comunistas.

Por ocasião do golpe de Estado em 1964 quando se estava prendendo dirigentes sindicais e instaurando IPMs no Rio de Janeiro, onde já era conhecido, veio com a família para o Paraná, e radicou-se em Maringá. Por volta de 1967, ao voltar de uma viagem, encontrou Vitório Sorotiuk, um estudante bastante visado pelos órgãos de repressão em Curitiba e que precisara refugiar-se, indo à Maringá por sugestão do então advogado Laércio Soto Maior. Conforme relata “ele ficou na minha casa durante uma semana e nem os meus amigos mais íntimos sabiam de nada [...] Depois, eu o levei ao Rio de Janeiro [...]”.¹⁷³

Essas ações de solidariedade com perseguidos políticos eram bastante raras pelo que se pode apurar, sendo promovidas em geral por pessoas que também haviam sofrido algum tipo de perseguição, embora, em muitos casos, mesmo estes preferissem omitir-se para não sofrer novas represálias. Há inclusive relatos de pessoas que foram presas e cujo único crime era ter prestado algum tipo de solidariedade para com presos políticos, ou familiares dos mesmos. Como aponta Juan Corraldi, a solidariedade é um dos itens visados quando se procura implantar a cultura do medo em uma sociedade sob impacto do Terror de Estado.¹⁷⁴

Morando em Maringá, Vieira ligou-se também ao MDB local e, em 1968, foi candidato a vereador, conseguindo obter 529 votos. Não se elegeu, ocupando o 6º lugar entre os suplentes do partido.¹⁷⁵ Sua candidatura foi anotada pelo delegado de polícia do município e remetida, juntamente com outras informações, para a DOPS, em 5 de novembro de 1969.¹⁷⁶

¹⁷² Idem. p. 02

¹⁷³ VIEIRA, Ildeu Manso. **Apud:** HELLER, Milton Ivan. Op. cit. p. 544-545.

¹⁷⁴ CORRALDI, Juan. A cultura do medo na sociedade civil: reflexões e propostas. IN: CHERESKY, Isidoro; CHONCHOL, Jacques. Op. Cit. p. 222.

¹⁷⁵ Dados obtidos no site do TER-PR referentes ao mapa da eleição municipal de 1966 em Maringá. Disponível em:

<https://www.tre-pr.jus.br/internet2/tre/estatico/eleicoes/anteriores/resultados/19681115A76910.pdf>

¹⁷⁶ DEAP/DOPS. Dossiê N°1636. Topografia: 367. Documentos/Informações referentes à Ildeu Manso Vieira. p. 35

O mesmo informe também ressaltava que no momento (novembro de 1969) o “fichado” não residia mais em Maringá.

No ano de 1975, Vieira com a mulher e os quatro filhos já residiam em Curitiba, em uma velha casa situada à Rua Marechal Floriano (centro da cidade), atuando como gerente de vendas de uma empresa chamada Agrovita. Ao longo de sua permanência no Paraná, não deixou de ter contato com pessoas ligadas ao Partido Comunista, procurando sempre receber e ler o jornal *Voz Operária* o que, para os padrões da época, era uma afronta à Segurança Nacional.

Nesse mesmo ano, como já apontamos, as forças repressivas desencadearam simultaneamente as operações Marumby, no Paraná, e Barriga Verde, em Santa Catarina, visando destruir o que restara da estrutura do PCB nesses estados. Na opinião da grande maioria das pessoas que foram presas nessa operação, esta era também uma resposta do governo ao crescimento do MDB nas eleições de 1974. Procurava-se, através destas operações, associar o partido de oposição com os comunistas, com vistas a atingir sua credibilidade junto ao eleitorado. Pode-se perceber que realmente foram presos alguns vereadores do MDB, como Nilton Abel de Lima, de Paranaguá, e Genecy Guimarães, de Londrina, além do presidente do partido na capital do café, Luiz Gonzaga Ferreira.¹⁷⁷

Embora a expressão “anos de chumbo” seja designada para o período 1968-1974, caracterizando-o como o mais cruento do regime, o ano de 1975, com a morte de Wladimir Herzog e o desencadeamento de ações em larga escala, mostrava que o setor ligado à linha dura continuava disposto a não ceder espaço à política de distensão. No Paraná, Sílvia Calciolari aponta os anos de 1964, 1970 e 1975 como os de mais intensa repressão, momentos em que a face dura do regime mostrou-se com mais veemência. Conforme parecer do relator Narciso Pires à Comissão Especial que concedeu indenizações a ex-presos políticos no estado:

De 1975 a 1978 a repressão política no Paraná tomou contornos extremamente inusitados e violentos. Enquanto no restante do país a violência aos poucos ia cedendo no compasso da abertura “lenta, gradual e segura” do Governo Geisel, em nosso Estado tudo indicava que ela pretendia reeditar regionalmente os anos de chumbo do General Médici.¹⁷⁸

¹⁷⁷ DEAP/DOPS. Dossiê N° 1467. Topografia: 173. Documentos/Informações referentes à: PCB 74-76. P.213. A relação dos presos e suas ocupações podem ser encontradas nesta pasta e em outras também.

¹⁷⁸ PIRES Narciso. Apud. CALCIOALI, Sílvia. **Ex presos políticos e a memória social da tortura na Paraná**. Curitiba: Assembleia Legislativa do Paraná, 2006. p. 456.

No dia 14 de setembro de 1975 um automóvel de marca veraneio estacionou em frente à casa de Vieira e o motorista perguntou por ele. Sua mulher respondeu que estava viajando e o policial aproveitou para informar a prisão do médico Osvaldo Alves, de Mandaguari, amigo pessoal e companheiro de partido do mesmo. Imediatamente Vieira saiu em busca de informações sobre o médico e um policial, professor de judô de seu filho Henrique, informou-lhe que fora lançada a Operação Marumby, e que mais prisões seriam feitas. Deixou o filho Henrique em casa com sua esposa Nair, e saiu com Ildeu Manso Vieira Júnior em busca de novas informações. Quando passavam em frente à estação rododferroviária de Curitiba, ambos foram presos por agentes do DOI-CODI. A partir daí, começava uma história de resistência, juntamente com outros presos políticos, a ser vivida dentro das prisões do Paraná, conhecendo de perto a tortura e os torturadores do estado.¹⁷⁹

A princípio, como a maioria dos presos políticos no Paraná, Vieira foi levado para um local chamado Clínica Marumbi¹⁸⁰, na antiga veterinária do exército, na Rua Dr. Pedrosa, esquina com a Brigadeiro Franco, no centro de Curitiba. No mesmo dia foi interrogado em frente ao filho que o acompanhava por ocasião da prisão, sofrendo os costumeiros maus tratos, como chutes, “telefones” e choques elétricos. Os torturadores queriam os nomes dos outros integrantes do partido e a confirmação de que os endereços contidos em sua agenda de trabalho eram todos de comunistas. No relatório do processo de interrogação consta que no dia 14 de setembro foram registradas as primeiras declarações do senhor Vieira à Equipe de Interrogatório “A” entre 13:30 e 18:00 horas, sendo interrogado, portanto, durante mais de quatro horas já nesse primeiro dia.¹⁸¹ Em seu diário, Vieira afirma que foi interrogado também ao longo da noite o que, obviamente, não consta no relatório da DOPS.

Conforme seu relato nos diários de prisão, foi mantido incomunicável até pelo menos os últimos dias de setembro de 1975, juntamente com outros companheiros, alguns ligados ao PCB, outros ao MDB. Esse procedimento de manter os presos incomunicáveis tornou-se rotina após 1969. Conforme o advogado Antônio Acir Breda “na fase do IPM o advogado dificilmente tinha contato com o cliente preso. O encarregado alegava ter decretado a incomunicabilidade do detido, o que era permitido até quinze dias pela Lei de Segurança

¹⁷⁹ VIEIRA, Ildeu Manso. **Memórias torturadas (e alegres) de um preso político**. Maringá: EDUEM, 1998. pp. 05 a 08.

¹⁸⁰ Conforme depoimento de Narciso Pires em seu pedido de indenização, a designação de “Clínica” era colocada porque os torturadores exigiam ser chamados pelo título de “doutor” - havia o “Dr. Rui”, o “Dr. Roberto” etc. -, sendo as vítimas, portanto, seus “pacientes”. DEAP/DOPS. Comissão Especial de Indenização. Dossiê: Antônio Narciso Pires de Oliveira. p. 02.

¹⁸¹ DEAP/DOPS. Dossiê Nº1636. Topografia: 367. Documentos/Informações referentes à: p. 09.

Nacional”.¹⁸² Muita gente que era simplesmente suspeito podia ficar nesse estado por longo tempo, sem uma acusação formal. Após passar por interrogatórios na Clínica Marumby, no Presídio da Rui Barbosa e na DOPS, alguns presos, entre eles Vieira, foram encaminhados aos cuidados da polícia militar, ficando detidos no quartel general da PM.

A prática de encarceramento de ativistas políticos no país ao longo da ditadura acabou redundando na criação de diversas formas de resistência organizadas no interior dos presídios, uma forma de manter acesa a luta contra o regime. Conforme Maurice Politi, preso pela OBAN (Operação Bandeirantes) em 1970:

Na realidade, a grande maioria dos presos políticos, em praticamente todos os presídios do país, independentemente de seu nível de militância ou da organização a que pertencia, encarava a fase de prisão como um período forçado de aprimoramento de formação político-ideológica. Por isso, boa parte do “coletivo” dos presos se dedicava à leitura de textos, a estudos sobre diversos aspectos da realidade brasileira, ao ensinamento de idiomas, a trabalhos manuais e a exercícios físicos. Mas também nos organizamos de forma a alimentar de informações os grupos de resistência que continuavam a luta contra o regime e a divulgar denúncias a respeito das torturas, prisões e assassinatos cometidos pelas forças policiais e militares.¹⁸³

No Paraná, Aluizio Palmar relata a experiência de um Coletivo organizado por estudantes presos no sítio do Alemão, quando da tentativa de realizar clandestinamente debates sobre o Congresso da UNE que a polícia interrompera em Ibiúna, já no ano de 1969, e que foi de grande importância para que conseguisse se recuperar e continuar resistindo.¹⁸⁴ Sentindo os problemas do dia a dia, essa experiência de organização foi proposta por Vieira aos companheiros de cela detidos pela Operação Marumby, em 1975, enquanto ainda estavam na PM. O Coletivo seria responsável por criar e manter regras de conduta e encaminhar ao comando da PM reivindicações relativas às condições de vida no cárcere. Após algumas discussões entre os nomes de Berek Krieger, empresário e desportista de Curitiba, e de Luiz Gonzaga Ferreira, presidente do MDB de Maringá, ambos resolveram ceder, e Ildeu Manso Vieira foi eleito presidente por consenso.¹⁸⁵ Com a criação do Coletivo, iniciava-se uma outra forma organizada de resistência política ao regime, levada a cabo no próprio local onde se procurava calar as vozes do dissenso.

¹⁸² BREDA, Antônio Acir. Apud. HELLER, Milton Ivan. Op. cit. p. 213.

¹⁸³ POLITI, Maurice. **Resistência atrás das grades**. São Paulo: Plena Editorial, 2009. p. 23.

¹⁸⁴ PALMAR, Aluizio. Op. cit. p. 292.

¹⁸⁵ VIEIRA, Ildeu Manso. Op. cit. p. 57.

A primeira missão do novo presidente era uma entrevista com o general comandante do quartel da PM, levando algumas reivindicações dos presos. Segundo Vieira, após anotar rapidamente as solicitações, o general respondeu que “preso não pode usar giletes, não pode comer com talheres, não pode ler jornais e nem revistas, não pode jogar xadrez, dama ou dominó [...]”¹⁸⁶ e nem podia ele, o comandante da PM, ordenar que a comida melhorasse, ou permitir que os presos tomassem banho de sol. Por esse período, ao que consta, Vieira já se dispusera a escrever o seu diário de prisão, cujas páginas eram retiradas por seus filhos, por ocasião das visitas, e colocados em diferentes pontos da cidade de Curitiba a fim de serem reunidos um dia.

Em fins de outubro os presos políticos foram transportados para o presídio do Ahú, a Prisão Provisória de Curitiba. Na avaliação dos mesmos, as condições na PPC eram muito melhores que na PM e na Clínica Marumby. Sob direção do major Elizeu Ferraz Furquim, os presos eram tratados em condições muito melhores e foi possível promover várias atividades, sob coordenação do Coletivo, que incluíam leituras, palestras e atividades físicas.

Essas atividades, organizadas e praticadas em comum, cumpriam uma função importante na organização da resistência e ajudavam a manter o moral elevado. Entre as atividades que o coletivo conseguiu promover, Vieira descreve a organização de um campeonato de xadrez e palestras que eram proferidas de acordo com a formação de cada detento.¹⁸⁷ Obviamente, nem todos optavam por integrar o esquema de resistência, preferindo manter-se à parte e preocupar-se apenas com a busca da própria liberdade. A convivência entre todos não era fácil, surgindo vários problemas de relacionamento a serem administrados pelos membros do Coletivo organizado. Divergências de encaminhamento político também podiam surgir, tornando difícil a execução de decisões.

Como se pode perceber, este não era um problema exclusivo dos Coletivos paranaenses. Politi lembra, por exemplo, as grandes divergências quanto à utilidade da organização e dos enfrentamentos como formas de resistência à ditadura, que surgiram na experiência de São Paulo. Lá também houve pessoas que optaram por não integrar a organização coletiva da resistência, preferindo utilizar o tempo de prisão para atividades intelectuais e a “autocrítica” das ações da esquerda, enquanto tentavam recobrar apenas sua própria liberdade.¹⁸⁸

¹⁸⁶ VIEIRA, Ildeu Manso. Op. cit. p. 59.

¹⁸⁷ Idem p. 79.

¹⁸⁸ POLITI, Maurice. Op. cit. p. 123.

Com maior liberdade de movimentos na PPC, os presos conseguiram redigir manifestos e cartas, enviados às autoridades, familiares e à Anistia Internacional. Desse último órgão, cada pessoa adotava um preso político e prestava-lhe a solidariedade possível. Vieira e sua família foram adotados por Ana de Stunhausen Reglesen, uma dinamarquesa que, segundo ele, chegou mesmo a enviar dinheiro para que seus filhos pudessem se manter, já que a essa altura sofrera um processo de divórcio e a guarda de seus quatro filhos lhe coubera.

A Anistia Internacional, cumprindo importante papel na solidariedade aos presos políticos do Brasil, era vista com maus olhos pelos mandatários do regime no país. Em entrevista para o jornal “O Estado de São Paulo”, em 15 de novembro de 1977, o presidente do comitê executivo da entidade, Thomas Hammarberg afirmava que o Brasil “[...] não possui e não admite qualquer relacionamento com a Anistia Internacional”.¹⁸⁹ Essa pouca atenção dos mandatários do regime para com o órgão é confirmada pelo general José Luiz Coelho Neto; ao ser perguntado sobre o assunto das torturas, ele respondeu “eu considero a Anistia Internacional um bando de vigaristas”.¹⁹⁰ Até porque, como afirmava à imprensa o assessor da presidência da república, Toledo de Camargo, as acusações da entidade sobre os mais de 200 presos políticos do país eram falsas, já que “no Brasil não tem preso político”.¹⁹¹

O Coletivo também procurava interferir para que os presos, ao prestarem depoimentos em juízo, contassem a verdade sobre as torturas e não cedessem às pressões para assinar declarações falsas em troca de regalias, visando manter a solidariedade e denunciar as sevícias a que eram submetidos. Essa atitude demandava vigilância de parte da polícia política que anotou em sua ficha, em 06/08/1976:

O fichado fazia parte de uma comissão [...] constituída por ocasião do recolhimento dos elementos acusados no mesmo processo na Prisão Provisória de Curitiba, tinham o objetivo de orientar os presos políticos em suas declarações em juízo. Segundo essa orientação, todos tinham que afirmar o sofrimento de maus tratos e sevícias, para invalidar as declarações prestadas na DOPS e influir a opinião pública [...]¹⁹²

Nem todos os presos políticos que prestaram suas declarações seguiram essa orientação, muitos preferiram ceder à possibilidade de regalias, penas menores etc. Conforme

¹⁸⁹ DEAP/DOPS. Dossiê Nº 1590. Topografia 191. Documentos/Informações referentes à: Presos Políticos: recortes de jornais. p. 261.

¹⁹⁰ D’ ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 1994. p. 238.

¹⁹¹ DEAP/DOPS. Dossiê Nº 1590. Topografia 191. Documentos/Informações referentes à: Presos Políticos: recortes de jornais. p. 252. Entrevista coletiva do Assessor de Imprensa da presidência da República de Geisel, coronel Toledo de Camargo, publicada pelo Diário do Paraná em 19/03/1978.

¹⁹² DEAP/DOPS. Dossiê Nº 1636. Topografia: 367. Documentos/Informações referentes à: Ildeu Manso Vieira. p.04.

relato do “Projeto Brasil: Nunca Mais”, Vieira, ao dar seu depoimento declarara que “[...] quer deixar consignado que, diante do que foi submetido, assinaria sua própria sentença de morte ou ainda, preferindo, seu fuzilamento [...]”.¹⁹³ Essa atitude de denunciar as torturas sofridas por ocasião dos depoimentos perante os juízes militares, demandava certamente uma decisão corajosa já que, voltando para a prisão após o depoimento, havia sempre o risco de novas torturas e maus tratos como represália.

Em 1977 Ildeu Manso Vieira e Newton Cândido remeteram à Comissão Justiça e Paz do Paraná um documento relatando as torturas a que eram submetidos os presos políticos no estado e os nomes de presos e torturadores, intitulado “Torturas nos subterrâneos da liberdade”. Conforme o documento:

A Operação Marumby, que sequestrou mais de uma centena de políticos e formou o maior processo da história do Paraná, teve como mandante o coronel Valdir Coelho, que cumpria ordens do comandante da 5ª Região Militar, general Samuel Alves Corrêa, e tinha como auxiliares imediatos o major Nascimento Lins, ex-comandante de Apucarana, e o major Merici Flores.¹⁹⁴

Após quase três anos preso, com acusação e decretação de prisão preventiva formada apenas depois do sequestro, em janeiro de 1978 Vieira conseguiu a sua liberdade provisória, juntamente com outros companheiros de cela. Após a saída, segundo ele, combinaram de continuar lutando pela liberdade de outros companheiros que ainda continuavam presos, e pela anistia. Os agentes da polícia e o Comando de Caça aos Comunistas continuavam a vigiá-lo em liberdade.

Como se pode ver por sua ficha, mesmo durante a prisão e depois de conseguir a liberdade condicional, os serviços de informação continuaram a fazer anotações a seu respeito. Segundo ele, eram vigiados em vários locais e seguidamente hostilizados pela população por sua condição de ex-presidiários “mas mesmo sufocados pelos nossos algozes, lutávamos pela derrubada ao AI-5, do 477, pela constituinte e pela anistia, pelas eleições diretas e legalização de todos os partidos políticos”.¹⁹⁵ Ao mesmo tempo em que procurava refazer a vida em liberdade, ia resistindo politicamente e ajudando a pressionar o governo ditatorial. Uma das últimas anotações de sua ficha dá conta de participação em uma reunião no edifício ASA, na sede da Associação dos Professores do Paraná, onde o Comitê Brasileiro pela Anistia deliberou a realização de uma mesa redonda com o tema “Anistia e as lutas

¹⁹³ ARQUIDIOCESE de São Paulo. **Brasil: nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1985. Pp. 212-213.

¹⁹⁴ HELLER, Milton Ivan. Op. cit. p. 371.

¹⁹⁵ VIEIRA, Ildeu Manso. Op. cit. p. 263.

populares”.¹⁹⁶ Também são anotadas suas participações em passeatas e atos de solidariedade a diversas categorias de trabalhadores após a saída da prisão.

5.2 Do movimento estudantil secundarista ao PT: Antônio Narciso Pires de Oliveira.

Antônio Narciso Pires de Oliveira nasceu em Cornélio Procopio no estado do Paraná, em 8 de outubro de 1949, filho de Adonay Vieira de Oliveira e Selika Pires de Oliveira¹⁹⁷. Em 1959 a família mudou-se para a cidade de Apucarana-PR onde, no momento do golpe civil-militar, Narciso Pires era estudante secundarista. Sua atuação política iniciou-se no movimento estudantil que, entre 1966 e a decretação do AI-5 em 1968, foi bastante atuante no Paraná sendo, como afirmou Léo de Almeida Neves, uma verdadeira escola de liderança, inclusive para a política partidária. Já em 1966, então com 16 anos, ajudou a promover passeatas e inseriu-se na luta contra o ensino pago, preconizada pela política educacional da ditadura e encampada pelo ministro da educação e futuro reitor da Universidade Federal do Paraná, Flávio Suplicy de Lacerda.

Desde seu ingresso no movimento estudantil até o fim do regime militar, colocou-lhe obstinada resistência cotidiana, procurando sempre inserir-se em movimentos e realizar ações que pudessem contrariar e resistir à ditadura implantada em 1964. Sua ficha na DOPS é uma das mais extensas, com anotações e material apreendido que datam de sua primeira prisão, em 1970, até pelo menos 1983, registrando atividades que vão do Movimento Estudantil secundarista e universitário, Partido Operário Comunista, PCB, MDB, PMDB, participação nas lutas do Comitê Brasileiro pela Anistia e envolvimento em diversos movimentos populares, como sindicatos, associações etc.¹⁹⁸.

A cidade de Apucarana, onde residia no início do regime ditatorial, é apontada como a cidade que teve o maior percentual de presos políticos em relação à população. Sede do 30º Batalhão de Infantaria Motorizada, o comandante desta unidade militar, Capitão Ismar Moura Romariz é apontado por Silvia Calciolari como um dos maiores responsáveis por torturas no

¹⁹⁶ DEAP/DOPS. Dossiê Nº1636. Topografia: 367. Documentos/Informações referentes à: Ildeu Manso Vieira. p.06.

¹⁹⁷ DEAP/DOPS. Dossiê Nº 0368. Topografia: 294. Documentos/Informações referentes à: Antônio Narciso Pires de Oliveira. p. 14.

¹⁹⁸ DEAP/DOPS. Dossiê Nº 0368. Topografia: 294. Documentos/Informações referentes à: Antônio Narciso Pires de Oliveira.

estado, juntamente com Ozias Algauer, os mandatários e agentes da Operação Marumby e diversos elementos da Polícia Militar.¹⁹⁹

A participação de Narciso Pires no movimento estudantil deu-se juntamente com um pequeno grupo de companheiros, que possuía militância bastante ativa, entre eles Antônio dos Três Reis de Oliveira, assassinado a tiros por agentes da OBAN em São Paulo, e José Idézio Brianezi, que teve igual destino. Em 1967, com a intensificação das lutas estudantis no país, foi eleito presidente do Centro Estudantil Nilo Cairo, ao mesmo tempo em que ajudou a fundar e presidiu a União de Estudantes de Apucarana. A partir de 1968 intensificaram-se as lutas contra a cobrança de taxas de matrículas, que prenunciavam a implantação do ensino pago no estado, culminando este ano com as grandes manifestações estudantis em Curitiba e outros centros, obrigando o governo civil-militar a recuar em suas pretensões.

Foi no ano de 1968, com 18 anos de idade, que Narciso Pires teve sua primeira indisposição com representantes do regime. Por conta de suas atividades estudantis notórias na cidade, o capitão Romariz o intimou, juntamente com Antônio dos Três Reis de Oliveira, José Idézio Brianezi e Francisco Dias Vermelho, a comparecer no quartel do exército a fim de prestar esclarecimentos. Todos foram advertidos quanto a suas atividades “subversivas” e colocados a par das consequências possíveis da continuação das mesmas. Saindo do quartel, entretanto, todo o grupo continuou agindo e veiculando suas ideias.²⁰⁰

O aumento das manifestações de massa pelo país, com intensa participação do movimento estudantil, as rebeldias do Congresso Nacional e outras formas de resistência civil levaram os mandatários do regime a editar o Ato Institucional Nº5 considerando que havia “[...] atos nitidamente subversivos, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais [...]”²⁰¹ a justificar um aumento ainda maior dos poderes e do aparato repressivo. A partir do dia 13 de dezembro de 1968, as garantias individuais e a liberdade política estavam praticamente proibidas, e poucas frestas sobraram para enfrentar um regime que, ademais, logo iria começar a colher os frutos da popularidade chegada com o crescimento denominado “milagre econômico”.

Após a edição do AI-5, a União de Estudantes de Apucarana foi invadida e lacrada pelo exército, os grandes movimentos de massa entraram em declínio e Narciso Pires e seus companheiros procuraram uma alternativa de militância que pudesse ser viável nas novas condições. Durante alguns meses o grupo fechou posição em torno do MR-8, mas afastou-se

¹⁹⁹ CALCIOLARI, Silvia. Op. cit. p. 181-183.

²⁰⁰ DEAP/DOPS. Comissão Especial de Indenização. Dossiê: Antônio Narciso Pires de Oliveira. p. 01.

²⁰¹ “AI-5 A tortura torna-se a base do regime militar”. **Apud:** HELLER, Milton Ivan. Op.cit. p. 649.

por divergências internas e passou a buscar contatos com a ALN de Marighela.²⁰² Por essa época, já no início de 1969, há o registro de uma curiosa iniciativa desse grupo de jovens. Segundo depoimento de Narciso Pires à DOPS em 1970, resolveram realizar uma marcha de 20 Km nos arredores da cidade, com duração de aproximadamente 4 horas “[...] visando obter resistência física, imitando guerrilheiros, cujos princípios tinham por aspiração”.²⁰³ As figuras do Che, de Mao, de Ho Chi Minh e outros líderes revolucionários expressivos rondavam a juventude de esquerda nos anos 60 e 70, como ideal de vida e fonte de inspiração.

Nesse sentido, uma iniciativa como essa pode ser vista como parte do próprio contexto da época em que, ainda sob inspiração do emblemático ano de 1968, a juventude procurava ocupar o centro da cena política em diversos lugares do mundo. Ademais, as guerras de libertação colonial, as revoluções de caráter socialista em Cuba e na China, contribuíam para cultivar o ideal de enfrentamento armado com os representantes do *status quo* capitalista, valorizando a violência revolucionária. Apesar da disposição e inspirações, entretanto, o grupo de “guerrilheiros” se desfez com a mesma rapidez com que surgiu

Três Reis e Brianezi filiaram-se à ALN e Narciso Pires, que não concordara com a linha política da mesma, prestou vestibular para jornalismo na UFP (sigla então utilizada para a Universidade Federal do Paraná), e mudou-se para Curitiba a fim de estudar. Na capital do estado integrou-se a um grupo de jovens que promovia pichações contra a ditadura²⁰⁴ e ingressou no Partido Operário Comunista, fruto da união de dissidências da POLOP e do PCB, que propunha uma linha de atuação pacífica e de conscientização das massas.

Em Curitiba entrou em contato com o jovem Antonio Edson Urban, cuja irmã havia sido presa e ele era procurado pela polícia. Narciso Pires resolveu ajudá-lo e dirigiu-se a Apucarana, a fim de conseguir dinheiro para comprar um automóvel e promover a fuga de Urban. Recorreu ao seu conhecido professor Josué de Godoy que, compreendendo a situação, emprestou-lhe a importância de Cr\$ 1.600,00, com a qual adquiriu um velho Ford 1946 e partiu em direção à Curitiba. Ocorre que ele não sabia dirigir e, na altura da Serra do Cadeado, bateu em um barranco e depois de frente em um caminhão que vinha em sentido

²⁰² Idem. 550.

²⁰³ DEAP/DOPS. Dossiê Nº 0368. Topografia: 294. Documentos/Informações referentes à: Antônio Narciso Pires de Oliveira. p. 21.

²⁰⁴ Embora não haja referências explícitas ligando Narciso Pires nos documentos da DOPS, provavelmente o grupo inicial que promovia pichações seja o MCD (Movimento Contra a Ditadura) que iremos comentar mais longamente ao tratar do estudante Vitório Sorotiuk.

contrário. O motorista do caminhão, então, apossou-se dos documentos pessoais e do automóvel e levou-o de volta à Apucarana, a fim de receber pelos prejuízos²⁰⁵.

Sem dinheiro, recorreu outra vez ao professor Josué de Godoy, que lhe emprestou mais Cr\$300,00, com os quais conseguiu quitar sua dívida e reaver os documentos. Como havia marcado um encontro com Urban e só conseguiu chegar em Curitiba no dia seguinte, não mais o procurou e nem tornou a vê-lo. Também não tratou com o professor Godoy a forma de realizar o pagamento do empréstimo, presumindo-se que a quantia total de Cr\$1900,00 pode ser vista como uma “doação” à sua causa.

O grupo que se ligara ao Partido Operário Comunista começou a ser desmantelado pela repressão e ele temia ser preso. Em agosto de 1970 abandonou o curso de jornalismo e resolveu fugir em direção a São Paulo, permanecendo durante vários meses em constantes idas e vindas entre Minas Gerais, São Paulo e o Paraná, com um saco de dormir e uma mochila, alimentando-se mal e dormindo na rua.²⁰⁶ Conforme aponta, estava decidido a não se exilar, mas procurar outra região do país para exercer a resistência “[...] resolvi ir pela última vez a Apucarana, para me despedir da minha família e dos amigos. Fui preso pela primeira vez, fiquei dezesseis dias no quartel [...]”.²⁰⁷ Dessa primeira prisão conta que não foi torturado, sofreu apenas pressões de ordem psicológica, embora as condições da prisão fossem ruins e tenha passado o natal de 1970 na cadeia.

Após deixar a prisão, resolveu retomar os estudos e prestou vestibular para Letras Anglo-Portuguesas na recentemente criada Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Jandaia do Sul, onde ingressou em 1971. Imediatamente envolveu-se com a organização do Centro Acadêmico 14 de Dezembro, e tornou-se o diretor responsável pela impressão e circulação de um boletim estudantil denominado “A Centelha”, do qual os órgãos de informação apreenderam alguns exemplares, colocando-os em sua pasta na DOPS. Pode-se perceber que nesse boletim eram publicadas notas de interesse dos estudantes, textos literários e também uma ácida e bem humorada crítica à política ditatorial, principalmente em relação ao setor estudantil. Embora com conteúdo razoável, pode-se perceber que a qualidade do material não era das melhores. Mas o que importava para seus formuladores - e para a ditadura - era o conteúdo.

²⁰⁵ DEAP/DOPS. Dossiê Nº 0368. Topografia: 294. Documentos/Informações referentes à: Antônio Narciso Pires de Oliveira. p. 21. O episódio da fuga é relatado de maneira sucinta também no livro “Resistência Democrática” p. 551.

²⁰⁶ Idem. p. 26.

²⁰⁷ HELLER, Milton Ivan. Op. cit. p. 551.

Já no número 2, de 1972, em meio a várias charges interessantes criticando o consumismo e sugestões de leituras para os acadêmicos, foi publicada uma entrevista com o futuro companheiro de cela de Narciso Pires, o professor de filosofia Osíres Boscardin Pinto, que então integrava um grupo de estudos disposto a discutir a política educacional da ditadura. O tom da entrevista é de uma crítica bem-humorada, mas nem por isso menos pertinente. Quando perguntado sobre o que achava da situação das faculdades de filosofia no contexto do ensino superior, o professor respondeu “acho uma graça”, acrescentando também que, em sua opinião “[...] a maior escola de subversão que existe no país, chama-se miséria”.²⁰⁸ Por ocasião de sua segunda prisão, em 1975, Narciso Pires teve que prestar esclarecimentos sobre a edição do boletim.

Terminado o curso de Letras, voltou a residir em Apucarana e foi atuar como professor em escolas de ensino fundamental durante algum tempo. Em 1974, entretanto, a DOPS negou-lhe a certidão de antecedentes políticos, que então era exigida para atuação no magistério, e foi obrigado a abandonar a profissão de professor. Em junho de 1974 estabeleceu uma pequena fábrica de brindes (réguas, chaveiros etc.) em Apucarana, em uma casa alugada de Arnaldo Ramos Leomil, um empresário local. Este último era ligado ao PCB e, após algum tempo, ambos começaram a conversar sobre assuntos de ordem política. Percebendo que Narciso Pires apresentava ideias esquerdistas, Leomil resolveu convidá-lo a ingressar no partido e ajudar no processo de reestruturação do mesmo no estado do Paraná.²⁰⁹

Por essa época, 1974, o PCB havia deslocado para o Paraná um dirigente nacional de nome Fernando Pereira Cristino, com a finalidade de reestruturar o partido no estado. Por conta de sua linha pacífica estabelecida já na declaração de março de 1958, o PCB, embora sendo um alvo muito visado desde o início da ditadura, não fora objeto ainda de uma operação específica com vistas a destruí-lo, uma vez que as forças de repressão estiveram envolvidas primeiramente com o ascenso dos movimentos de massa e, em seguida, com as organizações que pregavam a luta armada. Como aponta Ridenti, a estratégia do PCB logo após a criação do Movimento Democrático Brasileiro foi inserir militantes em suas fileiras e apoiá-lo.²¹⁰

Embora não houvesse uma investida específica contra o PCB, este encontrava muita dificuldade de se organizar no estado, dado o clima de exacerbação do anticomunismo, as desconfianças da esquerda mais radical com relação a ele e o medo das consequências que

²⁰⁸ DEAP/DOPS. Dossiê Nº 0368. Topografia: 294. Documentos/Informações referentes à: Antônio Narciso Pires de Oliveira. p. 70. Entrevista com o professor Osíres Boscardin Pinto publicada na edição nº 2 do boletim A Centelha, em novembro de 1972.

²⁰⁹ DEAP/DOPS. Dossiê Nº 0368. Topografia: 294. Documentos/Informações referentes à: Antônio Narciso Pires de Oliveira. p.07.

²¹⁰ RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da UNESP, 1993. p.28.

poderiam advir da atuação em um partido ilegal.²¹¹ De todo modo, a vigilância sobre seus membros e simpatizantes foi constante - como se pode ver pela enorme quantidade de material individual e temático sobre o partido no acervo da DOPS -, de forma que a tentativa de reconstruí-lo foi imediatamente percebida pelos órgãos de repressão. A partir de 1974, com a derrota definitiva da esquerda armada,²¹² vinham sendo preparadas em colaboração direta com OBAN- conforme já mencionado acima - as Operações Marumby, visando destruir o PCB no Paraná, e Barriga Verde, com o mesmo objetivo em Santa Catarina.

O ano de 1974 trouxe, também, uma grata surpresa para os resistentes, com as eleições e as expressivas vitórias do MDB, sendo apontado por diversos pesquisadores como um divisor de águas que marca o início do processo de declínio do projeto de poder da ditadura, que foi perdendo legitimidade. Essa visão *a priori*, sobre o início do fim da legitimidade do regime, entretanto, não era certamente possível para os militantes que estavam atuando na época. Até porque, como relatado acima, com a deflagração da Operação Marumby ficava a impressão de que o Paraná seria objeto de outra edição dos anos de chumbo, agora em nível regional.

Aceitando o convite para ingressar nas fileiras do PCB, Narciso Pires foi a uma primeira reunião em Londrina, já em 1975, juntamente com outras pessoas dispostas a ajudar no processo de reestruturação. Nessa reunião tomou-se como encaminhamento a luta pela redemocratização, a necessidade de fortalecimento do MDB e, entre as prioridades, a instalação de uma gráfica do partido para impressão do jornal *Voz Operária* no Paraná, tarefa para a qual Narciso foi designado.²¹³

Dadas as dificuldades de montar em segurança a estrutura então necessária para o trabalho de impressão, resolveu criar um aparelho específico que pudesse ser rapidamente desmontado e de aquisição fácil e barata. Com contribuições voluntárias de alguns companheiros, e algum dinheiro do próprio bolso, projetou e encomendou a uma oficina de móveis o novo aparelho, com o qual imprimiu uma primeira tiragem de aproximadamente 300 exemplares do jornal *Voz Operária*. Como as condições de segurança em Apucarana traziam muitos riscos, Narciso Pires deslocou-se à Guarapuava, onde treinou outro militante para que este pudesse continuar o trabalho de impressão com mais segurança.²¹⁴

²¹¹ Sempre houve militantes e simpatizantes do partido no estado, mas entre 1970 e 1974 especialmente, não havia uma estrutura funcionando regularmente.

²¹² RIDENTI, Marcelo. Op. cit. p.28.

²¹³ DEAP/DOPS. Dossiê Nº 0368. Topografia: 294. Documentos/Informações referentes à: Antônio Narciso Pires de Oliveira. p. 07.

²¹⁴ Idem. p.

Durante o ano de 1975 continuaram a ocorrer reuniões visando a reestruturação do partido no estado, em diversos locais. Em setembro começaram a ocorrer as primeiras prisões no esquema da Operação Marumby e, conforme as informações iam sendo arrancadas, ou negociadas²¹⁵, novas prisões iam sendo efetuadas. Narciso Pires foi o último a ser preso, em 16 de outubro de 1975:

[...] eu fui obrigado a me entregar, porque o meu irmão foi torturado pelo capitão Ismar Moura Romariz, que mandou um recado. Se eu não aparecesse, o meu cunhado e o meu pai também seriam presos. Fui ao escritório do presidente do MDB de Apucarana, Michel Sony, e expliquei a situação. Ele telefonou para o quartel e alguns homens foram me buscar.²¹⁶

Essa estratégia de prender e torturar um membro da família para forçar o resistente a se entregar, pode ser entendida como parte da lógica do Terror de Estado. Como aponta Padrós, o uso da tortura por parte dos agentes estatais era pautado em uma garantia quase certa de que não haveria punição aos seus perpetradores.²¹⁷ Ademais, como o resistente era um inimigo da pátria e da própria civilização cristã ocidental - segundo a lógica da DSN - por que desperdiçar tempo e recursos para capturá-lo, se era mais fácil prender um familiar e torturá-lo, obrigando assim o perseguido a comparecer?

Apresentar-se de forma pacífica, mesmo porque não havia outra opção, de nada resolveu. Imediatamente o comandante Romariz submeteu-o a torturas que se estenderam, em Apucarana, até o dia seguinte, 17/10, e que o fizeram perder as unhas dos pés antes que fosse enviado a Curitiba. Na capital seguiu o roteiro comum aos presos políticos, indo primeiramente à Clínica Marumby para ser interrogado por elementos do exército, passando em seguida pela DOPS, Quartel-General da PM e, finalmente Prisão Provisória de Curitiba. No quartel da PM, conforme relato de diversos presos, as condições eram precárias. Os presos com ensino superior, ao contrário do que previa a própria legislação ditatorial, eram deixados nas piores condições. Já na DOPS de Algauer, quando iam registrar os depoimentos arrancados pelos torturadores, era pregado um cartaz de papelão na porta de suas celas indicando, ironicamente, “prisão especial”.²¹⁸

Por conta da precariedade das condições, juntamente com outros companheiros, resolveram realizar uma greve de fome que durou 10 dias, terminando com o atendimento de

²¹⁵ Conforme Ildeu Manso Vieira, várias pessoas ao serem presas preferiram negociar as delações de outros companheiros em troca de regalias na prisão, redução de penas e suspensão da tortura. Ver VIEIRA, Ildeu Manso. Op. cit. 13.

²¹⁶ **Apud:** HELLER, Milton Ivan. Op. cit. p. 551.

²¹⁷ PADRÓS, Enrique Serra. Op. cit. p.174.

²¹⁸ DEAP/DOPS. Comissão Especial de Indenização. Dossiê: Antônio Narciso Pires de Oliveira. p. 03.

algumas reivindicações. É importante ressaltar o papel das greves de fome, juntamente com a organização de Coletivos, como um importante instrumento de resistência de prisioneiros políticos durante o período ditatorial brasileiro. A primeira foi realizada em 1970, no Presídio Tiradentes em São Paulo, de forma individual pelo frei Giorgio Callegari, e até 1979 foram pelo menos 17 atos como esse, por motivos que podiam ser de reivindicação, protesto e/ou solidariedade a outros movimentos.²¹⁹ A Anistia Internacional, a Igreja Católica através da Comissão Justiça e Paz e da Pastoral dos Presídios, a OAB e a imprensa em geral ajudavam a dar publicidade às greves e aos maus tratos sofridos pelos prisioneiros, contribuindo para sua eficácia.

Como aponta Narciso Pires, o motivo da greve de 1976 era receber um tratamento mais digno, uma vez que, entre outras arbitrariedades “na Polícia Militar havia uma só colher para doze presos, e a gente comia com a mão”.²²⁰ A vitória obtida na greve realizada por eles tem a ver, também, com o momento político. Em 1975 ocorrera a morte de Wladimir Herzog em uma prisão, e isso desencadeara uma reação imensa na sociedade civil. Liderado pelo Cardeal Arcebispo de São Paulo, promoveu-se um culto ecumênico com a presença de aproximadamente 8 mil pessoas, no que seria a primeira grande manifestação de massa contra o regime desde 1968, mesmo sob constante ameaça do governo. Além disso, houve greve na USP e reações contundentes da OAB, da imprensa em geral e da CNBB. Essa intolerância da sociedade com as arbitrariedades certamente impunha mais receios em relação ao tratamento dos presos políticos, mesmo que a repressão ainda estivesse em ação no Paraná.

Por conta do tipo de tratamento a que eram submetidos, os presos consideravam uma grande vitória sair das mãos do exército e da PM e conseguir a transferência para o Ahú, onde as condições, sob comando do major Elizeu Ferraz Furquim, eram melhores. Ildeu Manso Vieira compara, metaforicamente, à “Clínica Marumby” ao inferno, o quartel da PM ao purgatório e a PPC ao céu.²²¹ Apenas depois de quase um ano e meio preso é que Narciso Pires conseguiu transferência para o Ahú na PPC, demora que ocorreu, segundo ele, justamente por ter curso de nível superior.

O péssimo tratamento dispensado aos prisioneiros políticos com curso superior feria a própria legislação da ditadura. Mas pode ser visto como uma estratégia dos órgãos de repressão, de demonstrar para esses indivíduos que, após a prisão, o império da lei contava pouco. Ademais, os “elementos intelectuais” eram considerados justamente os mais perigosos.

²¹⁹ POLITI, Maurice. Op. cit. p. 124-125.

²²⁰ HELLER, Milton Ivan. Op.cit. p. 552.

²²¹ Ao relatar suas prisões para o pedido de indenização sob a Lei Beto Richa, Narciso Pires fez questão de frisar o tratamento humanitário que o Major Furquim dispensava aos presos políticos.

Chegando à Prisão Provisória de Curitiba, Narciso Pires foi colocado na mesma cela em que se encontravam pessoas como Ildeu Manso Vieira e seu antigo conhecido que entrevistara para o boletim estudantil, o professor Osíres Boscardin. Integrou-se rapidamente ao Coletivo montado pelos presos políticos e presidido por Vieira. Como havia sido preso por conta de sua atuação na reativação do jornal do PCB, e dada a sua experiência com trabalhos de imprensa, logo foi escalado para dirigir “O Boxixo”, jornal editado pelos presos do Ahú. Dedicou-se também a montar um projeto de serigrafia, visando a profissionalização dos presos comuns para quando estes voltassem à sociedade. Entre as atividades “subversivas” que exerceu na prisão, consta sua assinatura em uma carta redigida por Ildeu Manso Vieira e endereçada ao diretor do presídio, Major Elizeu Ferraz Furquim, reclamando dos erros cometidos em uma reportagem da *Gazeta do Povo* que falava dos presos políticos.²²²

Narciso Pires foi julgado culpado pelo crime de tentar reorganizar o PCB e imprimir o jornal do partido, e condenado a 2 anos de prisão no IPM nº 745. O julgamento, entretanto, assim como o da maioria dos outros presos pela Operação Marumby, ocorreu somente quando já tinha cumprido grande parte da pena imputada, entre 3 e 6 de outubro de 1977. Condenado por maioria de votos foi libertado em 16 de outubro do mesmo ano, uma vez que já cumprira integralmente a pena. Saindo da prisão, desligou-se do PCB.

Após sair da prisão encontrou muitas dificuldades para conseguir emprego e foi montar cursos de serigrafia. Embora não contivessem críticas à ditadura ou alusões a resistência, a polícia política apreendeu os esboços de suas aulas nesses cursos em outras prisões que veio a sofrer. Esses esboços ainda se encontram em sua pasta no DEAP. Como se pode perceber pelas anotações em sua ficha, a DOPS continuou a vigiá-lo atentamente, sendo que grande parte das anotações é do período pós-1977. Além da polícia política, também o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) continuava a lhe endereçar cartas e telefonemas. Conseguiu um trabalho no Diretório Acadêmico Rocha Pombo, a convite do então presidente Maurício Requião, e voltou a envolver-se com o movimento estudantil, como aponta um relatório de agente da polícia política em 28 de março de 1979, segundo o qual “o fichado participou da assembleia do movimento estudantil realizada no dia 28/03/79 fazendo parte da mesa, teceu severas críticas ao Sistema Governamental, instigando os universitários a continuarem na luta por seus direitos [...]”.²²³

²²² DEAP/DOPS. Dossiê Nº 0368. Topografia: 294. Documentos/Informações referentes à: Antônio Narciso Pires de Oliveira. p.29

²²³ DEAP/DOPS. Comissão Especial de Indenização. Dossiê: Antônio Narciso Pires de Oliveira. p. 29.

Por esse período começavam a articular-se também os interessados em criar o Comitê Brasileiro pela Anistia no estado – embora já se houvesse criado o Movimento Feminino Pela Anistia em 1977, presidido no Paraná pela professora Neide de Azevedo Lima -, e Narciso Pires, assim como Ildeu Manso Vieira e outros ex presos que continuavam atuando, envolveu-se decididamente nesse projeto. Foi o primeiro presidente da regional do Paraná do Comitê Brasileiro pela Anistia, cujo congresso de abertura realizou-se entre 07 e 10 de março de 1979, presididos os trabalhos por Narciso Pires e tendo a presença, entre outros, de um agente da DOPS que fez um relatório do ocorrido, contribuindo para enriquecer ainda mais a ficha do mesmo.²²⁴

A reivindicação de anistia política havia começado desde os primeiros Atos Institucionais, mas ganhou força principalmente a partir de 1975, com a criação do Movimento Feminino pela Anistia, liderado por Terezinha Zerbini. Nos anos 1978 e 1979, acabou tornando-se efetivamente uma grande frente de protestos contra o regime, juntamente com os movimentos de base e o novo sindicalismo. Diversas pressões sociais das mais variadas classes concorreram para a promulgação da lei, negociada entre o governo e a oposição. Uma das formas de pressão foi uma greve de fome de mais de 50 pessoas que ainda se encontravam presas por motivos políticos, de vários presídios do país. A greve iniciou-se em 22 de julho de 1979 e durou 32 dias, sendo encerrada apenas com a promulgação da lei em 28 de agosto de 1979.²²⁵ Ademais, conceder a anistia era uma forma de tentar esvaziar um movimento que congregava muita gente contra as políticas do regime.

Ao mesmo tempo em que atuava na luta pela Anistia, Narciso Pires filiara-se ao MDB, tendo intensa atividade no partido. Ajudou a montar também comitês de solidariedade aos metalúrgicos e suas greves, e promoveu uma série de reuniões na sede da Associação dos Professores do Paraná (APP), onde eram produzidos cartazes e panfletos relativos à anistia.

No dia 31 de agosto de 1979, beneficiado pela lei 6.683 de 28 de agosto, retornava ao país o ex-líder estudantil Vítório Sorotiuk, que tivera importante papel nas lutas estudantis no Paraná. Conforme anotação de um agente, Narciso Pires foi um dos líderes que organizaram uma ampla festa de boas vindas e a recepção do mesmo no Aeroporto Afonso Pena, juntamente com grande número de estudantes.²²⁶ Solidariedade com antigos perseguidos políticos também era considerado ato “subversivo” na ótica da polícia política.

²²⁴ Inf. nº 03/79-SI/DSI/PR. DEAP/DOPS. Comissão Especial de Indenização. Dossiê: Antônio Narciso Pires de Oliveira. p. 29.

²²⁵ BRASIL, Ministério da Justiça. **Relatório Anual da Comissão de Anistia 2009**. Brasília: Comissão de Anistia, 2010. p. 58.

²²⁶ DEAP/DOPS. Comissão Especial de Indenização. Dossiê: Antônio Narciso Pires de Oliveira. p. 29.

Ainda em 1979, no dia 30 de novembro, o presidente Figueiredo estava realizando uma visita ao estado de Santa Catarina, onde seria recepcionado por uma comemoração preparada pelo então governador Jorge Bornhausen. Por esse período o movimento estudantil já estava em franco processo de reorganização, promovendo manifestações e atos de protesto em várias regiões do país. Universitários ligados ao DCE da Universidade Federal de Santa Catarina resolveram manifestar-se em protesto contra as políticas do regime. Ao longo da manifestação o presidente foi ficando irritado com a atitude dos estudantes, o que acabou gerando um tumulto em que o próprio chefe de Estado queria atingir pessoalmente um estudante que protestava mais próximo a ele.

Diante desse acontecimento, a revista *O Cruzeiro* publicou uma reportagem nomeando-o, juntamente com Stênio Sales Jacob e Vitório Sorotiuk, acusando todos de comunistas e afirmando que eles estariam preparando uma recepção semelhante para o presidente em Curitiba. Como resposta, Narciso Pires redigiu um manifesto contra a revista, prometendo processá-la e exigindo reparação pelas mentiras veiculadas.²²⁷ Ao invés da esperada retratação, a revista respondeu a acusação exibindo informações que constavam das fichas dos acusados na DOPS, deixando claro que tinha acesso a conteúdos sigilosos dos órgãos de informação.

A revista *O Cruzeiro* fora um prestigiado veículo de mídia que circulou de 1928 a 1975. Em fins dos anos 1970, o jornalista Alexandre Von Baumgarten fez um acordo com setores da ditadura civil-militar, principalmente o SNI, para reavivar a revista e transformá-la em uma espécie de braço do regime na imprensa, comandada por ele. Segundo o general Ivan de Souza Mendes o objetivo dos mandatários do regime ao financiar *O Cruzeiro* era “[...] criar uma revista que veiculasse a posição do governo, porque o noticiário, sendo contra, em geral torcia muito os fatos. Queriam um órgão jornalístico que fosse favorável [...]”.²²⁸ Como se pode ver, era “natural” que a revista tivesse acesso e possibilidade de publicar dossiês com informações privativas da DOPS, dado o papel que desempenhava para o regime, e dado que a DOPS do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, ficava subordinada ao exército.

No ano de 1980, as anotações da polícia política ainda davam conta de seu envolvimento em diversos outros movimentos, como um “encontro dos perseguidos

²²⁷ DEAP/DOPS. Dossiê N° 0368. Topografia: 294. Documentos/Informações referentes à: Antônio Narciso Pires de Oliveira. p. 53.

²²⁸ General Ivan de Souza Mendes. APUD: SOARES, Glaucio Ary Dillon; D’ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs.). **A volta aos quartéis**: a memória militar sobre a abertura. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 1995. p. 169.

políticos”, reuniões relativas à “proteção do meio ambiente”, palestra proferida pela presidenta da “Associação Nacional de Ajuda ao Índio”, passeatas e manifestações do movimento estudantil de Curitiba, participação em assembleia do Grupo de Oposição ao Sindicato dos Enfermeiros e Empregados em Hospitais e Casas de Saúde de Curitiba etc. Como integrante do comitê de segurança instituído pelo CBA, identificou um agente da DOPS em uma manifestação organizada por estudantes e professores na Boca Maldita²²⁹, e imediatamente denunciou-o aos presentes, fato anotado em sua ficha - provavelmente pelo mesmo agente que surpreendeu no ato. Essa era uma “vantagem” de ter sido preso: era possível reconhecer os agentes da polícia política infiltrados em atos de protesto popular.

Ainda no ano de 1981 sofreria duas prisões em atos de protesto público, das quais, entretanto, após prestar esclarecimentos era logo solto, sem gerar IPMs. Em 1982, mais duas prisões com as mesmas características. Como se pode perceber, por ocasião destas duas últimas prisões imediatamente formava-se um grupo que ia lutar pela libertação do preso, ao contrário dos anos anteriores, quando os movimentos de massa estavam adormecidos sob a censura e o medo.

Narciso Pires desfilou-se do PMDB e filiou-se ao Partido dos Trabalhadores, no qual permanece até hoje. Integrou a Comissão Especial de Indenização aos Presos Políticos do Paraná, estabelecida pela Lei Estadual nº 11.255/95 e regulamentada pelo Decreto 3485 de 1997, através da qual foi indenizado também na quantia máxima estabelecida. Atualmente continua atuando em grupos ligados à defesa dos direitos humanos, como o Grupo Tortura Nunca Mais Paraná, o Fórum Paranaense de Resgate da Verdade, Memória e Justiça, além de integrar a banda Humanos Vermelhos, que promove palestras musicais (nome que utilizam para sua atividade) tematizando a ditadura militar e os direitos humanos. Pode-se dizer que continua resistindo às heranças da ditadura.

5.3 Um jovem na senda da subversão: Vitório Sorotiuk

Vitório Sorotiuk nasceu em Prudentópolis-PR no dia 12 de abril de 1945, filho de João Sorotiuk e Justina Hudeme Sorotiuk. Até os 13 anos de idade residiu nessa cidade, mudando-se para Campo Mourão juntamente com sua família em 1958, onde cursou o ensino médio no

²²⁹ Denominação dada a um espaço sem perímetro definido, no encontro da Rua XV de Novembro com a Praça Osório, no centro de Curitiba. Ali costumeiramente são realizados atos de protesto, comícios e atividades do gênero, ou mesmo encontro de amigos dispostos a conversar sobre qualquer assunto. O nome surgiu em 1956 e sua marca é a democracia: é um espaço onde se pode falar livremente “de tudo e de todos”.

antigo Ginásio Estadual Campo Mourão. Concluiu o ensino médio em 1963, no Colégio Estadual do Paraná, quando já residia em Curitiba. Ao contrário de outros sujeitos estudados, Sorotiuk não iniciou sua militância no movimento estudantil secundarista, tornando-se ativista somente após o ingresso na Universidade Federal do Paraná, no curso de direito, em 1965. Seu ingresso na universidade dá-se, portanto, pouco tempo depois da tomada do poder de Estado pela coalizão civil-militar.

Com o golpe em 1964, Flávio Suplicy de Lacerda foi nomeado ministro da educação. Uma das prioridades do novo ministro era debelar a força do movimento estudantil no país, para o que criou um projeto de lei que propunha trocar suas entidades representativas por outras que pudessem ser tuteladas pelo governo. Na faculdade de direito, onde Sorotiuk ingressara, após a realização de uma pesquisa interna concluiu-se que 95 por cento dos alunos preferiam manter o seu Centro Acadêmico Hugo Simas (CAHS) como órgão de representação, ao invés de trocá-lo por um órgão “oficial” do MEC. Essa atitude configurou-se como um primeiro ato de resistência desses estudantes contra a política estudantil da ditadura.²³⁰

É interessante notar aqui a posição divergente do CAHS em relação à atuação da União Paranaense dos Estudantes no período. Enquanto o Hugo Simas ia se posicionando contrariamente ao regime, a entidade máxima do estado era dirigida por estudantes simpáticos a ele que, conforme entrevista de seu presidente em 1965, não eram contrários ao fechamento de entidades estudantis sob a Lei Suplicy.²³¹ Mesmo a passeata realizada em 1966, em protesto pelo espancamento de estudantes mineiros, foi liderada pelo CAHS e não pela UPE.

Após o impacto de 1964 e a repressão que chegou a incendiar o prédio da UNE no Rio de Janeiro, o movimento estudantil colocara-se na defensiva, ficando bastante desorganizado. A Lei Suplicy, nesse sentido, pode ser vista como um importante instrumento motivador para a reorganização do mesmo, já que as manifestações contrárias a ela ocorreram nos mais diversos pontos da federação, e ajudaram a unir os estudantes em torno de uma nova causa comum, ao mesmo tempo em que aumentavam os descontentamentos com o regime. Isso acabou refletindo na própria composição da UPE posteriormente, onde os elementos simpáticos à “revolução” foram perdendo espaço para sujeitos com ideias contrárias a ela.

Retomada a iniciativa estudantil, Sorotiuk logo se tornou um militante ativo no movimento, sendo eleito para o cargo de diretor do departamento de Imprensa e Publicidade

²³⁰ HELLER, Milton Ivan. Op. cit. P. 300.

²³¹ DEAP/DOPS. Dossiê Nº 2325. Topografia: 263. Documentos/Informações referentes à: União Paranaense dos Estudantes. UPES. “Presidente da UPE não é contra fechamento de entidades estudantis”. Jornal Correio do Paraná. 12/12/65. p. 26.

do CAHS, e envolvendo-se nas manifestações estudantis que passaram a ocorrer cada vez com mais frequência na cidade. Até sair da primeira prisão que sofreu, em 1968, sua trajetória de vida e resistência está indissoluvelmente ligada ao CAHS, de longe um dos mais importantes e “subversivos” centros da resistência estudantil no período.

Por conta da manifestação que ocorreu no dia 17 de março contra a truculência da polícia mineira ao dispersar um trote de calouros, um agente da DOPS foi ao centro acadêmico e intimou-o a comparecer no órgão para prestar declarações já que, como diretor de publicidade, fora responsável pela confecção de cartazes com dizeres ofensivos à “revolução”.²³² Os cartazes apreendidos, conforme relatório da DOPS, continham frases francamente desrespeitosas alusivas à “revolução de abril”²³³, com dizeres como “O Castello é branco mas a fome é negra” “Revolução de 31 de março ou piada de 1º de abril?” etc.²³⁴ Essa estratégia da DOPS parece ter sido uma forma de impedir a sua participação na passeata, que transcorria enquanto ele prestava o seu primeiro depoimento àquele órgão. No depoimento alegou que fizera apenas a confecção e que “[...] os cartazes são feitos de acordo com a sugestão de cada estudante interessado; que no entanto não sabe qual o autor da redação daqueles cartazes [...]”.²³⁵

Em 1966, a UNE realizaria o XXVIII Congresso em Belo Horizonte. Vitorio Sorotiuk e Nilson Sguarezi foram designados para representar os estudantes do Paraná. O Congresso foi realizado nos porões da Igreja de São Francisco de Assis, entre 28 de julho e 2 de agosto, após entendimentos com alguns membros da Igreja. Esse ato motivou a abertura de investigações de parte dos órgãos de informação sobre membros “subversivos” da Igreja Católica, que favoreciam estudantes contrários ao regime.

No dia 11 de agosto Sorotiuk foi chamado a prestar declarações à polícia política sobre a sua participação no congresso. Dessa feita inquiriram-no sobre a posse, no original, de um panfleto intitulado “Panorama brasileiro e o que lhe trouxe o golpe de abril”, do qual negou ser o autor, afirmando que “[...] o manifesto foi encontrado pelo declarante numa das dependências do Centro Hugo Simas”.²³⁶ Mas confirmou, porém, que retornando do

²³² DEAP/DOPS. Dossiê Nº 3639. Topografia: 488. Documentos/Informações referentes à: Vitorio Sorotiuk. p. 17.

²³³ Pode-se perceber que há uma disputa pela data do golpe de estado de 64. De um lado, os setores que o defendiam e afirmavam que fora uma “revolução” iniciada em 31 de março. De outros setores que o repudiavam e o consideravam um “golpe” ocorrido no dia 1º de abril. Os militares evitavam essa última data pelas alusões ao dia da mentira, sendo este justamente o motivo porque seus desafetos a preferiam.

²³⁴ DEAP/DOPS. Dossiê Nº 1548. Topografia: 187. P. 121. Documentos/Informações referentes à: Passeatas estudantes. São cópias xerocadas dos rascunhos dos cartazes.

²³⁵ Idem. p. 18.

²³⁶ Idem. p. 11.

congresso remeteu, juntamente com outros seis estudantes integrantes da delegação do Rio Grande do Sul, um cartão-postal endereçado à DOPS-PR, transmitindo “um abraço da delegação gaúcha por ter deixado à barra limpa”,²³⁷ um tipo de “afetuosidade” que a polícia política não esqueceria quando fosse caçá-lo a partir de então.

Nessa mesma data, conforme relatório elaborado a pedido do delegado Ozias Algauer, foram apreendidos em poder de Sorotiuk 34 livros “subversivos”, além de exemplares dos jornais *Voz Operária* e *Movimento* e o já mencionado panfleto sobre o golpe de abril, que ele declarou ter achado no CAHS. Entre os livros apreendidos, todos eles de orientação marxista, constava o clássico “A ideologia Alemã” de Marx e Engels, além de títulos sugestivos como “Educação e luta de classes” e “Ianques contra Cuba” etc.²³⁸ No dia 9 de maio do mesmo ano, um informe do Ministério da Guerra circulara entre a “comunidade de informações” com o assunto “Relação de livros tidos como subversivos”, todos títulos de filiação marxista.²³⁹ Coincidentemente, nenhum dos livros apreendidos com Sorotiuk constava da referida lista. Mesmo assim foram apreendidos.

A preocupação com leituras de cunho marxista era recorrente. Ao ser perguntado por um estudante gaúcho sobre o tema, o coronel que respondia pelo MEC durante o governo Médici, Jarbas Passarinho, teria respondido que era *legal* estudar Marx na universidade, subversivo era *utilizá-lo* política e ideologicamente.²⁴⁰ Esse parecia ser justamente o problema do estudante Vitório Sorotiuk, que não se contentava em apenas ler os escritos marxistas, como propunha o ministro.

Com o crescimento das manifestações estudantis, alguns universitários passaram a ser atentamente vigiados pela DOPS. As pastas referentes ao movimento estudantil presentes no DEAP contém inúmeros relatórios de agentes dando conta de reuniões, assembleias, palestras e discursos nas diversas faculdades da Universidade Federal e da “católica”, como era chamada a PUC à época, além de relações dos diretórios e centros acadêmicos com listas nominais dos dirigentes. Sorotiuk era um dos mais vigiados, principalmente depois que a polícia política “soube” que ele era “[...] membro do comitê estudantil do P.C., ligado à UNE”.²⁴¹ Esta ligação ao Partido Comunista, ou qualquer outra entidade partidária, não é

²³⁷ Idem. p. 11.

²³⁸ DEAP/DOPS. Dossiê N° 3639. Topografia: 488. Documentos/Informações referentes à: Vitório Sorotiuk. pp 14-15.

²³⁹ Informe N° 81-E2/66. DEAP/DOPS. Dossiê N°: 1610. Topografia: 195. Documentos/Informações referentes à: Publicações apreendidas. p.05

²⁴⁰ PAULO NETO, José. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2010. p. 67.

²⁴¹ DEAP/DOPS. Dossiê N° 189a Topografia: 22. Documentos/Informações referentes: Centro Acadêmico Hugo Simas. p. 104.

confirmada por ele, como se pode ver em entrevista concedida à Milton Ivan Heller: quando perguntado se possuía militância partidária, respondeu “os encarregados do inquérito diziam que eu tinha, mas eu dizia que não”.²⁴² Embora não haja em sua ficha afirmações de sua parte ou material apreendido que comprovem especificamente essa ligação, alguns militantes conhecidos do partido - e a DOPS - afirmavam que ele realmente pertencia ao PCB.

Ainda em 1966, um grupo de estudantes que se intitulava Movimento Contra a Ditadura (MCD) se dispunha a lançar um pequeno jornal intitulado “Revolução”, reivindicando a herança estudantil da UNE, então na ilegalidade mas ainda atuante, e no qual uma das principais bandeiras seria a insistência no voto nulo, alegando que os partidos existentes haviam sido criados pelo próprio governo e que a “liberdade” dos mesmos, só existia “quando coincide com os interesses da ditadura”.²⁴³ Além do jornal e de manifestos diversos contra a política estudantil, a disparidade de orçamento entre as Forças Armadas e o MEC etc., o MCD também começou a promover pichações na cidade, onde deixava suas palavras de ordem.

No dia 12 de janeiro de 1967 o editorial do jornal *Gazeta do Povo* afirmava que “até mesmo a delegacia regional da Sunab que fica localizada fora do perímetro urbano da capital, apareceu pichada (sic), com os dizeres ‘Abaixo a Ditadura’. Pixadores (sic) são os integrantes do chamado MCD [...]”²⁴⁴

Uma pichação no Colégio Estadual do Paraná, por ocasião do exame vestibular para medicina, trazia outras frases no mesmo tom afirmando que “há mais quartéis que faculdades” e desenhos de suásticas. O autor da matéria sustentava que a DOPS deveria prender os “subversivos” e obrigá-los a pintar os locais pichados.

Ao que pudemos apurar na documentação, somente em 1968 a polícia política conseguiu efetivamente prender um estudante pichando muros com frases alusivas à ditadura, e o obrigou a pintar novamente a área pichada. A imprensa fez questão de cobrir o acontecido e destacar a atuação da DOPS. Era o estudante José Ferreira Lopes, que havia escrito com uma pistola em vermelho e negro “abaixo a ditadura militar de traição nacional”²⁴⁵ e que foi flagrado por policiais na madrugada.

²⁴² HELLER, Milton Ivan. Op.cit. p. 301.

²⁴³ DEAP/DOPS. Dossiê N° 1377. Topografia: 163. Documentos/Informações referentes a: Movimento Contra a Ditadura. p. 85.

²⁴⁴ DEAP/DOPS. Dossiê N° 1377. Topografia: 163. Documentos/Informações referentes a: Movimento Contra a Ditadura. p. 93.

²⁴⁵ DEAP/DOPS. Dossiê N°2083. Topografia: 393. Documentos/Informações referentes a José Ferreira Lopes. “DOPS fez o estudante repintar o muro”. Diário do Paraná. 30/04/68. p. 35

Como se pode perceber pela documentação, a partir do episódio com o telegrama em que enviava um abraço à DOPS, a polícia parece mais empenhada em descobrir as atividades de Sorotiuk e vigiá-lo, de forma que suas atividades “subversivas” acabaram sendo acompanhadas de perto e anotadas. Já no dia 14 de janeiro anotava-se que a DOPS “soube” de sua participação no “Movimento Contra a Ditadura” (MCD), através do qual promoviam-se pichações contra o governo.²⁴⁶ No mês de fevereiro a polícia já ficara sabendo, também, que Sorotiuk fora o responsável por datilografar, em sua máquina pessoal, os dois primeiros números do jornal “Revolução”, além de panfletos distribuídos em nome do MCD, nas faculdades da UFP.

No mês de abril o CAHS, por meio de seu departamento de Imprensa e Publicidade – que era dirigido por Sorotiuk - preparava a edição de um número de sua Folha Acadêmica. Como se tratava de uma tiragem bastante considerável – 3.000 exemplares – contratou-se uma gráfica para realizar a impressão. Conforme consta em relatório, no dia 14 de abril chegou à DOPS uma denúncia a respeito do material e seu caráter “subversivo”, o que gerou um Termo de Busca e Apreensão, através do qual todos os jornais foram recolhidos.²⁴⁷ Entre os culpados, estavam notórios “subversivos” do meio estudantil, como Luis Felipe Ribeiro e Vitório Sorotiuk. Os estudantes impetraram imediatamente um Mandato de Segurança contra a arbitrariedade da medida. O pedido foi julgado apenas em julho de 1969 e, como já se haviam passado mais de 2 anos, o juiz considerou o pedido “prejudicado” como se pode ver em ofício enviado aos “dignos titulares” da DOPS-PR.²⁴⁸ Quando de sua prisão no final deste ano, Sorotiuk teve que responder sobre as 19 matrizes de impressão encontradas em sua casa, e que foram utilizadas para a confecção do referido jornal.

Sobre o assunto, o jornalista Nelson Padrela publicou uma nota na *Gazeta do Povo* na coluna “barra pesada”, sob o título “A arte de sobreviver”. Após um primeiro parágrafo despretensioso onde afirma que o assunto era de conhecimento público etc., o colunista afirma que “só achamos um exagero ficarem com toda a edição, o que denuncia um grande grau de egoísmo. Só eles querem ler.” Em sua opinião, não era o caso de os estudantes se preocuparem, porque o motivo da apreensão era apenas a necessidade de sobrevivência da DOPS, onde “o serviço estava rareando ultimamente” e o fato era que “sem serviço não há tutu”.²⁴⁹

²⁴⁶ DEAP/DOPS. Dossiê N° 189a Topografia: 22. Documentos/Informações referentes: Centro Acadêmico Hugo Simas. p. 104

²⁴⁷ Idem. p. 103.

²⁴⁸ Idem. p. 67. Justiça Federal – seção judiciária do Paraná. Ofício nº264/69.

²⁴⁹ Idem. p. 140. “A arte de sobreviver”. *Gazeta do Povo*. 19/04/1967.

Ainda no ano de 1967 a UNE, embora clandestina, mobilizava-se para realizar o seu XXIX congresso, no dia 03 de agosto, em Valinhos-SP. Dessa vez 16 estudantes do Paraná puderam ir representando o estado, com fundos conseguidos em mobilização de rua, vendendo bônus. Sorotiuk ressalta que na campanha de arrecadação de fundos foram utilizados “[...] o caminhão da UPE, a perua do DCE e toda a infraestrutura que nós tínhamos na época”,²⁵⁰ o que faz pensar que o movimento estudantil possuía realmente uma boa organização no estado. Mais uma vez ele estava entre os delegados, o que não passou despercebido pela DOPS.

O ano de 1967 ainda guardava uma surpresa inesperada para Sorotiuk. No dia 05 de setembro dois caixotes de madeira foram despachados de São Paulo com destino a Curitiba, pela transportadora Setta Oriental, endereçadas à firma Rocha Peças Ltd. Na descrição constava que os caixotes possuíam “peças para autos”. Durante a viagem, porém, o caminhão sofreu um pequeno acidente e uma tábua da carroceria danificou um lado de um dos caixotes. Após o desembarque, um empregado foi realizar a vistoria e constatou que ao invés de “peças para autos”, na verdade havia material impresso em seu interior. Após comunicar seus superiores na empresa, a polícia foi acionada e o major Índio do Brasil constatou que os caixotes continham material do PCB, como circulares internas do partido, exemplares do jornal *Voz Operária* e panfletos diversos.²⁵¹

Imediatamente setores do exército e da polícia política puseram-se de prontidão à espera de quem viria retirar o material. Apresentou-se então Aparecido Moralejo, dizendo-se representante da firma Rocha Peças, e imediatamente foi preso. Após os interrogatórios foram caindo outros nomes ligados ao PCB em Curitiba, como o professor José Rodrigues Vieira Neto, o médico Jorge Karam e o livreiro Aristides Vinholes, entre outros. Também se afirmava a participação do estudante Vitório Sorotiuk.²⁵² Imediatamente após serem citados no interrogatório os acusados iam sendo presos e interrogados para o que ficou conhecido como IPM 444, cujo objetivo era desmontar a cúpula do PCB no estado.

Vitório Sorotiuk foi preso em 06 de outubro de 1967, acusado de ser integrante da ala estudantil do PCB. Nas declarações que prestou por conta do IPM negou sempre o envolvimento com o partido, embora outros membros declarassem que ele era militante

²⁵⁰ HELLER, Milton Ivan. Op. cit. p. 301.

²⁵¹ DEAP/DOPS. Dossiê Nº 1490a. Topografia: 179. Documentos/Informações referentes à: PCB: Organização no Paraná. “Como iniciou”. Diário do Paraná. 28/06/1968. p. 23. À época, a imprensa deu grande cobertura ao acontecimento. A reconstituição que fazemos é tomada às matérias publicadas principalmente pelo Diário do Paraná. Essa versão mais completa do ocorrido foi veiculada em 28 de junho de 1968, por ocasião do julgamento do IPM instaurado.

²⁵² Idem. p. 14

filiado. De acordo com a acusação, ao ser perguntado sobre a UNE, afirmou que a considerava “juridicamente ilegal e clandestina [...] acrescentando que conscientemente não considera a UNE ilegal [...]”. Sua participação na organização de uma semana acadêmica de direito propunha, entre outros, temas como “os trabalhadores e o movimento de 1º de abril de 1964” e “propriedade e herança em face do socialismo”. Teria declarado também sua participação em assembleias estudantis e sua posição favorável à realização de uma “[...] campanha em prol do voto nulo [...]”.²⁵³

A declaração de que o estudante considerava a UNE ilegal do ponto de vista jurídico, mas que a avaliação de sua consciência apontava o contrário remete à reflexão sobre o imperativo ético da resistência política. A avaliação da legalidade de seu órgão de classe, mesmo prescrito pelo regime, o levava a avaliar que o regime era injusto e precisava ser combatido, sendo “conscientemente” legais os meios utilizados para isso. O direito de resistência, negado pela ditadura, era percebido como carregado de legitimidade, justamente no ponto em que se pretendia proibi-lo.

As declarações, embora provavelmente tenham sido obtidas sob pressão, são avaliadas na apreciação do coronel Ferdinando de Carvalho, responsável pela instauração do IPM 444:

Este indiciado, conquanto muito jovem é notório agitador do meio estudantil, no qual se infiltrou e exerce atividades subversivas. Em seus depoimentos do IPM adotou uma atitude de desafiador cinismo que se tornava difícil classificar entre o desrespeito preconcebido e a irresponsabilidade. Se persistir na senda da subversão a que se propôs e não se mostrar disposto a abandonar, será um elemento perigoso em qualquer comunidade de que participe.²⁵⁴

Como se pode ver, na avaliação do militar o estudante portara-se com desrespeito perante a autoridade o que sugere que, embora sendo pressionado, suas respostas e comportamento conseguiram irritar os interrogadores. Obviamente que no discurso de acusação o seu “desafiador cinismo” era mais um ingrediente que provava o quanto era “subversivo” e “perigoso” para a comunidade, o que poderia justificar sua vigilância e constantes prisões.

Alguns meses depois, em 28 de novembro, o general Bandeira Brasil, então comandante da 5ª Região Militar, foi à imprensa dar a sua opinião sobre os fatos que levaram à instauração do IPM 444. O jornal *O Globo* foi extremamente sugestivo em seu editorial:

²⁵³ DEAP/DOPS. Dossiê Nº 1490a. Topografia: 179. Documentos/Informações referentes à: PCB: Organização no Paraná. “IPM 444. Incriminação do indiciado: Vítório Sorotiuk”. p. 191.

²⁵⁴ Idem. p. 193.

“General Bandeira Brasil traça paralelo entre Intentona de 35 e subversão de 67”²⁵⁵ ao lado de fotografias dos presos. O *Diário do Paraná* publicou um encarte especial noticiando que no dia anterior, aniversário da chama Intentona Comunista de 1935, o comando havia aberto à imprensa o relatório completo do Coronel Ferdinando de Carvalho, sobre a organização do PCB no estado. O título da matéria era “O que preparavam os comunistas”.²⁵⁶ Segundo o relatório, havia “provas” inclusive de que o partido se preparava para a luta armada o que, historicamente, já havia deixado de fazer pelo menos desde março de 1958. Ao descrever a organização do partido no estado, havia uma referência a três grupos internos: o tradicional, o renovador e o estudantil. Vitório Sorotiuk era colocado no último grupo, constituído, aliás, de “[...] elementos ideologicamente imaturos, extremamente radicais e indisciplinados” e que em geral “não são muito ouvidos, pois suas ações irrefletidas comprometem frequentemente a segurança do partido. São elementos como Vitório Sorotiuk e João Batista Tezza.”²⁵⁷

Ainda na prisão, seus colegas o elegeram para a presidência do CAHS em 1967. Segundo ele “uma das nossas primeiras atividades, logo após sairmos da prisão, foi trazer o Márcio Moreira Alves para uma conferência sobre o acordo MEC-USAID e para o lançamento do seu livro *Torturas e torturados* [...]”.²⁵⁸ Como o processo do PCB ainda estava correndo, seus advogados o advertiram de que a polícia cogitava o seu confinamento e ele decidiu sair do estado, indo atuar junto à UNE no Rio de Janeiro e outros estados. No dia 27 de junho de 1968, por decisão da maioria do Conselho Permanente de Justiça da 5ª Região Militar, foi absolvido por 3 votos a 2 e retornou então a Curitiba, envolvendo-se novamente com as atividades do CAHS e do DCE da Universidade Federal do Paraná.

Nesse ano ocorreu o XXX Congresso da UNE em Ibiúna-SP, reunindo a maior parte das lideranças estudantis do país em um sítio. No dia 13 de outubro um grande contingente de policiais e soldados cercou o local e prendeu a maioria dos congressistas, entre eles José Dirceu, de tempos bastante procurado pelas forças de repressão. Vitório Sorotiuk, que estava novamente representando o Paraná, foi detido e levado ao Presídio Tiradentes, ficando encarcerado por 5 dias e sendo libertado em seguida.

De volta ao Paraná, a DOPS se dispôs a manter vigilância cerrada sobre ele, que já tinha prisão preventiva decretada pelo juiz da 2ª auditoria de guerra, de São Paulo, juntamente

²⁵⁵ DEAP/DOPS. Dossiê Nº 1490a. Topografia: 179. Documentos/Informações referentes à: PCB: Organização no Paraná. General Bandeira Brasil traça paralelo entre a Intentona de 35 e subversão de 67. O Globo. 27/11/1967. p. 16.

²⁵⁶ DEAP/DOPS. Dossiê Nº 1490a. Topografia: 179. Documentos/Informações referentes à: PCB: Organização no Paraná. “O que preparavam os comunistas” *Diário do Paraná*. 2/11/1967. p. 14.

²⁵⁷ Idem. p. 15.

²⁵⁸ HELLER, Milton Ivan. p. 301.

com mais 80 líderes estudantis do país todo. No dia 24 de outubro um informante apontou seu envolvimento em uma assembleia que procurava definir nova passeata para o dia seguinte.²⁵⁹ No dia 25, efetivamente, envolveu-se na passeata e, já visado pela polícia, teve que entrar rapidamente na sede do jornal *Diário do Paraná*, onde os jornalistas, solidários, o ajudaram em sua fuga, permitindo-lhe sair por uma janela coberta do departamento fotográfico e fugir em seguida pelos telhados dos prédios vizinhos, conseguindo livrar-se de uma nova prisão.²⁶⁰

Mesmo clandestino, pois possuía, como se viu, uma ordem de prisão preventiva expedida contra ele, foi lançado em uma chapa como candidato à presidência do DCE da Universidade Federal do Paraná, sendo sua chapa vitoriosa. Segundo ele, o reitor proibira a sua posse, mas “[...] nós encenamos a peça O Santo Inquérito, de Dias Gomes, reunindo mais de duas mil pessoas no auditório, e tomamos posse na frente de todo mundo”.²⁶¹

Alguns dias depois, por conta da prisão dos estudantes e do impedimento do congresso em Ibiúna, tomou-se a resolução de realizar um congresso regional no sítio do Alemão, em Curitiba, próximo ao quartel do Boqueirão, disfarçando-o em uma churrascada. A polícia já sabia dos planos e inclusive plantara agentes previamente no local, efetivando a prisão de todos os envolvidos. Dessa vez Sorotiuk não teve possibilidades de fugir e foi condenado a mais de 5 anos de prisão, respondendo inclusive por sua participação em Ibiúna, na Passeata dos Cem mil, além do episódio do Sítio do Alemão.

Esse golpe praticamente desarticulou o movimento estudantil no estado, já que suas principais lideranças foram trancafiadas na Prisão Provisória de Curitiba. Aluísio Palmar lembra-se de ter ficado preso juntamente com esses estudantes e da instauração de um Coletivo (já apontado acima). Segundo ele, após algumas sessões de tortura no quartel da PM:

Eu estava no limite de minha resistência quando fui levado para a sala onde estavam presos Antônio João Mânfió, Berto Curvo [...] Vitório Sorotiuk e Stênio Sales Jacob. Ora, aqueles caras salvaram a minha vida! Eles organizaram um coletivo, estabelecendo rotina com horários para a prática de ginástica, para o estudo e o lazer. Foi no Ahú que aprendi a jogar dominó e também alguns golpes de caratê, ensinados sobre o tatame de Mário Oba.²⁶²

Já discorremos acima sobre a importância dos Coletivos como forma de resistência dos presos políticos durante a ditadura brasileira. Organizar atividades que permitissem suportar com mais facilidade a prisão era uma forma de continuar resistindo à ditadura, não se

²⁵⁹ DEAP/DOPS. Dossiê N° 850. Topografia: 104. Documentos/Informações referentes à: Relatório 67/68. p. 14.

²⁶⁰ HELLER, Milton Ivan. Op. cit. p. 302.

²⁶¹ Idem. p. 303.

²⁶² PALMAR, Aluísio. Op. Cit. p. 292.

deixando abater. Não necessariamente uma forma de enfrentamento, mas de resistência organizada e consciente, mesmo sob condições notoriamente adversas.

Após quase três anos, beneficiado por algumas reduções conseguidas na pena, Sorotiuk foi posto em liberdade, no dia 11 de outubro de 1971. No entanto, as dificuldades em conseguir emprego e a vigília constante da polícia política tornaram difícil a permanência no país. Ademais, os anos 1971-72 foram extremamente cruentos de parte da repressão e a isso somaram-se as dificuldades e o medo de eliminação física. Resolveu-se, então, a partir para o exílio, escolhendo o Chile de Allende e da Unidade Popular, destino comum de vários militantes brasileiros naquele momento.

No Chile, os brasileiros organizaram comitês para denunciar os acontecimentos do Brasil, recebendo apoio e incentivos do governo chileno. Esse afluxo e organizações de brasileiros no país foi notado, e monitorado, por um órgão específico de repressão, o Centro de Informações do Exterior (CIEEX), que contou inclusive com missões do delegado Fleury.²⁶³ Sendo uma experiência absolutamente nova, o governo da Unidade Popular possuía, também, profundas contradições que foram exploradas pela direita com apoio estadunidense, para desestabilizar o governo Allende. No dia 11 de setembro de 1973, forças militares lideradas pelo general Pinochet bombardearam La Moneda, e tomaram o poder, inaugurando, em um país que até então fora uma esperança na democracia, mais uma ditadura militar na América Latina.

Por conta do golpe, forças de repressão brasileiras foram deslocadas a Santiago para identificar e prender os exilados que lá estavam. Vitório Sorotiuk foi um dos brasileiros que foi confinado no Estádio Nacional, onde permaneceu por 45 dias, em condições extremamente difíceis:

Num camarim de seis metros por doze. Nós fomos confinados, umas 150 pessoas. Foi preciso um revezamento para dormir no chão, e nos primeiros dias não tinha comida, só um pedaço de pão e uma caneca de café. Depois de uma semana começaram a servir uma alimentação de quartel. Tiraram o dinheiro que eu tinha no bolso, meus óculos e documentos, e eu fiquei sem nada.²⁶⁴

Muitos organismos internacionais se mobilizaram em defesa dos presos políticos, principalmente dos estrangeiros, e Sorotiuk conseguiu refugiar-se na embaixada suíça,

²⁶³ SILVA, Cátia Cristina de Almeida. Resistência no exterior: os exilados brasileiros no Chile (1969-1973). IN: 'Usos do Passado' — XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ 2006. Disponível em [http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Catia%20Cristina%20de%20Almeida%20Silva.p](http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Catia%20Cristina%20de%20Almeida%20Silva.pdf)
df Acesso em 14/07/2012.

²⁶⁴ HELLER, Milton Ivan. Op. cit. p. 304.

juntamente com um grupo de exilados de diversas nacionalidades. Em seguida passou a viver na Suíça, indo depois para a França. No exterior, continuou exercendo suas atividades de denúncia, organizando Comitês de Anistia e ajudando a subsidiar o Tribunal Bertrand Russell, que denunciava crimes políticos nas ditaduras militares latino americanas.

Assim como a Anistia Internacional, o Tribunal Bertrand Russell não era bem visto no Brasil. Reportagem do jornal *O Globo*, por ocasião de denúncias veiculadas na televisão italiana em 1974, sobre torturas no Brasil, afirmava que o mesmo se tratava “[...] de um instrumento, uma verdadeira arma do comunismo internacional”²⁶⁵ utilizado na guerra sem tréguas que a URSS travava contra o ocidente.

A exemplo da maioria dos exilados brasileiros que se dispunham ainda a exercer atividades políticas, Sorotiuk precisava exercer sua militância em meio a sérias dificuldades. Como apontou Maria Nazareth Cunha da Rocha, a primeira exilada que voltou publicamente ao país em 1978, após algumas reformulações na Lei de Segurança Nacional, a vida dos exilados era difícil, ao menos na França onde ela estava. Segundo ela “[...] a França tem problemas de desemprego e os exilados são quase sempre subempregados”,²⁶⁶ sendo que ela trabalhava em todas as funções que apareciam, como arrumadeira, dona-de-casa etc. Sorotiuk conta que trabalhou, também, em diversas funções na Suíça e na França, como professor de português, tradutor, cuidador de idosos, coletor de uvas e outros serviços braçais. Uma única informação em sua ficha, sem data nem carimbo oficial, dá conta de que a DOPS vigiava sua família, então em Campo Mourão, apontando que, segundo informações obtidas nesta cidade ele “[...] estaria trabalhando em Paris [...]”.²⁶⁷

Após diversas pressões de órgãos nacionais e internacionais da sociedade civil, em 28 de agosto de 1979 o presidente Figueiredo assinou a controversa Lei de Anistia, e Sorotiuk pôde retornar ao Brasil, o que fez, efetivamente, em 31 de agosto. Como se pode perceber, o retorno foi quase imediato, com intervalo de apenas dois dias entre a assinatura da lei e a viagem. É provável que, acompanhando a situação política do Brasil no exterior, estivesse a par da expectativa em torno da assinatura da lei, pronto a viajar assim que ela fosse publicada.

Como já foi mencionado, Narciso Pires foi uma das pessoas que ajudaram a promover uma mobilização para recebê-lo no aeroporto Afonso Pena, o que também não passou

²⁶⁵ DEAP/DOPS. Dossiê Nº 715. Topografia: 82. Documentos/Informações referentes à: Difamação do país no exterior. p. 04.

²⁶⁶ DEAP/DOPS. Dossiê Nº 901. Topografia: 111. Documentos/Informações referentes à: Elementos banidos. “Ex banida em liberdade acha que governo fará reformas e afirma que foi bem tratada”. *Jornal do Brasil*. 02/09/78. p. 216.

²⁶⁷ DEAP/DOPS. Dossiê Nº 3639. Topografia: 488. Documentos/Informações referentes à: Vitório Sorotiuk. p. 23.

despercebido pela polícia política. Essa recepção, entretanto, tem também um significado político diferente, que é interessante notar.

Alguns dias antes da chegada já circulavam, principalmente entre a comunidade estudantil, alguns panfletos convocando para a recepção de Sorotiuk “perseguido político em razão de sua luta por uma universidade voltada para os interesses do povo, contra o ensino pago, por melhores condições de ensino, por melhorias nas condições de vida do povo brasileiro”.²⁶⁸ Acrescentava-se ainda que seu retorno só era possível devido às lutas do movimento popular por anistia e liberdades democráticas. Outro panfleto informava que estariam sendo disponibilizados, gratuitamente, ônibus saindo da reitoria e da frente do Politécnico, a partir das 15 horas da sexta-feira, 31 de agosto.

O sucesso da mobilização foi visível. No dia seguinte, o jornal *Correio de Notícias* informava que “perto de 300 pessoas, entre estudantes, emedebistas, integrantes do Comitê Brasileiro pela Anistia, mais faixas com dizeres de boas vindas [...]”²⁶⁹ haviam se deslocado até o aeroporto Afonso Pena para receber o ex-líder estudantil Vitório Sorotiuk. A *Tribuna do Paraná* também noticiava que aproximadamente 300 pessoas, a maioria estudantes, estiveram presentes no local. Além do discurso do anistiado abordando os temas do exílio, da anistia e das lutas populares, também o deputado federal Euclides Scalco do MDB, líderes estudantis e o representante do CBA, o também ex-presos político Moacyr Reis Ferraz – que sucedeu Narciso Pires no cargo –, deram a sua palavra. Além destes sujeitos, a *Tribuna* referenciou também um agente da DOPS que “[...] fotografava a multidão munido de potente teleobjetiva”.²⁷⁰

Este evento, como já se colocou, pode ter também um outro significado para o momento político de então. Neste mesmo dia, como noticiaram os jornais, o presidente Figueiredo realizava sua primeira visita oficial ao Paraná, tendo ido à região de Foz do Areia. O presidente chegou ao aeroporto pouco tempo depois de Sorotiuk e havia a expectativa, inclusive, de um encontro entre ambos.²⁷¹ Os manifestantes, entretanto, preferiram retirar-se, sem justificar para a imprensa o motivo porque não esperavam o presidente. Esse gesto, acreditamos, não é fortuito, e pode ser interpretado como uma estratégia de enfrentamento ao regime, na medida em que se juntava uma quantidade de pessoas para receber um ex-líder estudantil exilado, que afinal de contas não era exatamente uma celebridade, e se deixava o

²⁶⁸ Idem. p. 08.

²⁶⁹ Idem. p. 37. “A volta de Sorotiuk”. *Correio de notícias*. 01/09/79.

²⁷⁰ Idem.

²⁷¹ DEAP/DOPS. Dossiê Nº 3639. Topografia: 488. Documentos/Informações referentes à: Vitório Sorotiuk “A volta de Sorotiuk”. *Correio de notícias*. 01/09/79. p. 37.

aeroporto vazio quando da chegada do chefe político da nação, identificado então como o representante maior do regime civil-militar que se procurava derrubar. Essa atitude poderia simbolizar a falta de apoio popular ao regime. Apoio que, entretanto, seus opositores demonstravam ter.

O incidente que ocorreu alguns meses depois em Santa Catarina, quando os estudantes manifestaram-se contrariamente às políticas do presidente Figueiredo e da ditadura, é também sintomático quanto ao apoio popular de ambos. Dessa vez, entretanto, o presidente foi efetivamente esperado por uma multidão, disposta a demonstrar seu descontentamento. Como já mencionamos, Sorotiuk foi citado na reportagem de *O Cruzeiro*, juntamente com Narciso Pires, taxados de comunistas e acusados de estarem presentes naquele incidente.

Após o episódio no Aeroporto Afonso Pena, o primeiro a “reinaugurar” sua ficha na DOPS, há inúmeras outras anotações, o que denota a continuidade da vigilância sobre a sua pessoa. Assim como Narciso Pires, foram anotadas praticamente todas as suas participações em movimentos, reuniões e atos públicos, seu ingresso no CBA e as atividades que retomou no movimento estudantil. Em 23 de novembro de 1979, há a “denúncia” de que continuava colaborando com os órgãos internacionais com que tivera contato no exílio, remetendo-lhes informações sobre a situação política do Brasil.²⁷²

Após um período de envolvimento com o MDB e posteriormente PMDB, engajou-se na construção do Partido dos Trabalhadores no estado, do qual se tornou o 1º secretário e vice presidente. Após sua volta ao Brasil terminou o curso de direito que a ditadura o obrigara a interromper, e tornou-se professor universitário, além de ocupar diversos cargos públicos na administração do estado.²⁷³ Continuou sempre atuando politicamente. Atualmente é o presidente da Representação Central Ucrâniana Brasileira, e foi candidato a vereador pelo PT em Curitiba, na eleição municipal de 2012, embora não tenha sido eleito.

²⁷² DEAP/DOPS. Ficha Individual Nº 42.233. Fichado: Vitório Sorotiuk.

²⁷³ Informações sobre suas atividades políticas após a volta ao Brasil, encontradas em uma pequena autobiografia utilizada como material de campanha para vereador em Curitiba, em 2012. Disponível em <http://sorotiuk.wordpress.com/about/>. Acesso em 14/07/2012.

5.4 Da “Marcha a favor do ensino livre” ao quadro social da escola Oficina: Tereza Urban.

Tereza Daisi Urban²⁷⁴ nasceu em Curitiba-PR, no dia 26 de março de 1946, contando, na época do golpe civil-militar, com 18 anos de idade e ainda residindo na casa de seus pais, Estanislau e Janine Urban, na capital do Paraná, à rua Brigadeiro Franco nº 549, no bairro Mercês.

Um dos primeiros atos públicos de que ela tomou parte ocorreu ainda durante o governo João Goulart: a “Marcha a favor do ensino livre” contra as políticas educacionais do governo federal. Como estudava em um colégio de freiras teve que ir à frente do Palácio Iguaçu, no dia 24 de março de 1963, convocadas que foram todas as internas para o “ato cívico” que pretendia forçar o governador Ney Braga a assumir publicamente sua posição contrária a Goulart. Segundo ela “[...] o governador Ney Braga vociferava contra os livros da história nova, e da sacada do palácio jogava um monte de livros no chão”.²⁷⁵

Apenas um livro não seria jogado ao chão nesse dia. Nessa ocasião, segundo o ex-governador:

Fui procurado por milhares de pessoas no Palácio Iguaçu, protestando contra a distribuição de livro nitidamente comunista, escrito por Nelson Werneck Sodré, que era membro do governo de Jango. Os professores e pais de alunos de vários colégios me levaram este livro, pedindo que eu não o deixasse ser distribuído nas escolas públicas do Paraná. Respondi a esses professores com uma frase que marcava bem a minha posição [...] “Eu não jogo esse livro no chão para que não suje o solo do meu Estado”.²⁷⁶

Como já apontamos, o conservadorismo católico teve grande participação nas marchas que aconteceram em todo o país nesse período. Embora alegando o fato de que o livro era comunista, o que se traduzia em notório crime para esse e outros segmentos da sociedade brasileira de então, não são alegadas as razões comerciais da marcha, conforme descritas por Codato. Tereza Urban, então com 17 anos, foi uma das estudantes que engrossaram o volume de pessoas a exigir o fim do governo Goulart nessa manifestação embora, como ela mesma admite, tenha cumprido uma convocação feita pelas irmãs da Escola Normal Maria Imaculada, onde estudava.

²⁷⁴ Em algumas anotações da DOPS aparece como “Tereza Daisi Urban”, em outras como “Tereza Daisi Furtado” e ainda como “Tereza Daisi Urban Furtado”. Isso acontece devido ao seu casamento, em 1966 com Pedro Ivo Furtado e a adoção de seu sobrenome.

²⁷⁵ HELLER, Milton Ivan. Op.cit. p. 428.

²⁷⁶ BRAGA, Ney Aminthas de Barros. Op. cit. p. 190.

O golpe de Estado aconteceu em um momento, 1964, em que Urban já concluía o curso “ginasial” e o “normal” e preparava-se para ingressar na faculdade. Em sua pasta pessoal na DOPS constam cópias de seus históricos escolares e documentos que apontam o período de ingresso no ensino superior, inclusive um “atestado de sanidade física e mental” concedido para fins de vestibular.²⁷⁷

Como concluía o curso normal, estava então habilitada para lecionar no ensino primário, para o que lhe foi concedido um atestado de “boa conduta”. Segundo ela “[...] eu era professora na periferia de Curitiba, utilizando o método Paulo Freire”.²⁷⁸ A partir da adoção dessa metodologia de ensino, dificilmente conseguiria obter um atestado como este novamente. O primeiro documento constante de sua ficha individual traz dados extraídos do título de eleitor e, embora já atuasse como professora, sua profissão é descrita como “estudante” e o local de trabalho, significativamente, como “subversão”. Possivelmente a adoção do método “comunista” de Paulo Freire foi um sinal de alerta para a DOPS.

Em 1965, após ser aprovada no vestibular da UFP, ingressou no curso de jornalismo. Nesse momento, o movimento estudantil ainda trazia o signo de algumas disputas internas e era alvo de atenção de organizações tanto à esquerda como à direita. Para combater a influência da esquerda entre os estudantes, a hierarquia católica criou a JUC (Juventude Universitária Católica) que, contrariando os propósitos originais, começou a ter entre seus integrantes vários indivíduos com ideais esquerdistas. Tereza Urban rapidamente entrou em contato com a JUC e, seguindo uma tendência interna desse movimento, passou em seguida a fazer parte da AP (Ação Popular), grupo saído diretamente da JUC.

Ao mesmo tempo, também, o movimento estudantil como um todo se ressentia da política educacional que a ditadura ia desenhando, e da falta de qualidade e estrutura de alguns cursos. Como ela mesma aponta sobre o curso de jornalismo: “eu peguei a segunda turma da faculdade e era um caos total. A gente não tinha aulas, não tinha professores e tudo que eu esperava da universidade caiu por terra muito rapidamente”.²⁷⁹ Como se pode ver, não eram apenas disputas de ordem ideológica que moviam os estudantes, mas também questões específicas da vida acadêmica, como a melhoria de qualidade dos cursos. Na lógica da DOPS, entretanto, tudo acabava em comunismo.

Como rapidamente passou a interagir com o movimento estudantil em Curitiba, pode-se deduzir que a inserção da profissão “estudante” para alguém que já lecionava e a indicação

²⁷⁷ DEAP/DOPS. Dossiê N° 3523. Topografia: 481. Documentos/Informações referentes à: Tereza Daisy Furtado. p. 13.

²⁷⁸ HELLER, Milton Ivan. Op.cit. p. 428.

²⁷⁹ Idem. p. 249.

do local de trabalho como “subversão”, decorreu tanto da adoção da metodologia freiriana, como da postura de oposição ao regime que ia se fortalecendo entre os estudantes. Já em março de 1966 ocorreu a passeata dos calouros em Minas Gerais, em protesto contra a ditadura, e a polícia reprimiu violentamente os estudantes, o que gerou protestos no país inteiro. No Paraná, estudantes ligados ao CAHS e à UNE também começavam a articular protestos de rua contra o regime.

No dia 10 de setembro de 1966, uma passeata com razoável número de participantes saiu às ruas de Curitiba, protestando contra a violência policial empregada contra os estudantes em outros estados. Ao fazer um relato pormenorizado sobre a situação estudantil no estado, a DOPS esclarecia que nessa passeata os acadêmicos eram “[...] liderados pelos estudantes comunistas e líderes da UNE no Paraná: Vitório Sorotiuk [...], Tereza Daisi Urban [...]”²⁸⁰ entre outros. Identificada a estudante comunista e subversiva, cabia criar e alimentar uma pasta individual com documentos sobre a mesma, buscados em diversos locais.

Ato contínuo, a DOPS solicitou à reitoria da UFPR documentos sobre Tereza Urban. No dia 28 de setembro de 1966, segundo consta em sua ficha, a reitoria repassou documentos referentes “à vida escolar da fichada” com suas médias, pedidos de matrícula e desempenho escolar. Em sua pasta constam também documentos xerocados referentes inclusive ao curso primário. Essa atitude – o repasse de informações sobre os estudantes – sugere uma interessante colaboração entre escolas, universidades e a Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná no período ditatorial, confirmada a partir de 1973 com a criação das AESI (Assessoria Especial de Informações).

Essas “assessorias” funcionavam nas universidades e em diversas empresas e órgãos do Estado. Também foi criada uma agência na época da construção da usina hidrelétrica de Itaipu Binacional. As agências sediadas em universidades tinham o papel de repassar informações sobre estudantes e professores suspeitos de subversão, mas estudos recentes dão conta de que a similar de Foz do Iguaçu cumpria funções que iam muito além do setor de informações. Segundo Idelber Avelar:

A AESI-Itaipu não apenas espionava, coletava informações e delatava cidadãos para os serviços de informação brasileiro e cone-sulistas. Ela também cumpria o papel de torturar e matar ou “desaparecer” suspeitos de atividades “subversivas” (conceito que, durante a ditadura, como sabemos, era bastante elástico). Entre os inúmeros exemplos, está a informação de que os militares brasileiros responsáveis pelo sequestro e

²⁸⁰ DEAP/DOPS. Dossiê N° 1548. Topografia: 187. Documentos/Informações referentes à: Passeatas Estudantes. p. 03.

assassinato do médico ortopedista argentino Agostín Goiburú eram vinculados à Assessoria Especial de Segurança e Informações de Itaipu.²⁸¹

Na mesma linha sugerida por Avelar, está a pesquisa realizada por Jussaramar da Silva, que estudou as AESIs do período ditatorial e deparou-se com documentos que comprovam o envolvimento da assessoria de Itaipu em torturas e desaparecimentos de pessoas dos países do Cone Sul, e não apenas do Brasil.²⁸² Aluizio Palmar também vem investigando a AESI de Itaipu e tem feito descobertas que apontam na mesma direção e sugerem também a colaboração entre as ditaduras regionais, mais estreita nessa região de fronteira tríplice.

Segundo Magalhães “esta agência também funcionava na Universidade Federal do Paraná”.²⁸³ Seus agentes davam conselhos aos estudantes paranaenses sobre os limites de suas reivindicações, e ao mesmo tempo mantinham a DOPS informada sobre potenciais “subversivos”. Outro papel da AESI era organizar e fortalecer estudantes com tendência política à direita para disputar o comando de agremiações de representação estudantil.

Ainda em 1966, no dia 3 de outubro ocorreu a “eleição” do marechal Arthur da Costa e Silva para a presidência da república e, a fim de evitar passeatas e manifestações dos estudantes, realizaram-se ações preventivas. Uma delas foi a prisão da estudante Tereza Urban em sua casa. Segundo ela “a polícia civil cercou o quarteirão [...] com viaturas e homens armados”²⁸⁴ mantendo-a, juntamente com outros “subversivos”, um dia inteiro atrás das grades com o único propósito de evitar que se manifestassem.

No ano seguinte, 1967, já em fevereiro a DOPS elaborava um relatório em que pormenorizava as ações do Movimento Contra a Ditadura, destacando que este fora uma criação da UNE e que, entre seus participantes, estava a estudante de jornalismo Tereza Daisi Urban.²⁸⁵ Como já apontamos ao estudar as ações de Vítório Sorotiuk, o MCD praticava atos como pichar muros, elaborar panfletos contra a ditadura para distribuição, impressão de materiais de protesto etc, sendo as pichações os atos mais insidiosos aos olhos não só dos

²⁸¹ AVELAR, Idelber. **A participação de Itaipu na Operação Condor durante a ditadura**. Disponível em: <http://revistaforum.com.br/idelberavelar/2012/01/15/a-participacao-de-itaipu-na-operacao-condor-durante-a-ditadura/>

²⁸² SILVA, Jussaramar da. **A assessoria especial de informações da Usina Binacional de Itaipu e suas relações no Brasil e no Paraguai**. Disponível em: <http://www.ichs.ufop.br/memorial/trab2/h414.pdf>
Ver também a dissertação de mestrado: SILVA, Jussaramar. **A Usina de Itaipu e a Operação Condor: o outro lado das relações bilaterais Brasil-Paraguai (1973-1988)**. (Dissertação de mestrado). São Paulo: PUC, 2010.

²⁸³ MAGALHÃES, Marion Brepohl de. Censura e repressão (1964-1982): lembrar, mas do quê? IN: **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**. Nº 5. Jan/jun 2011. Brasília: Ministério da Justiça, 2012. p. 146.

²⁸⁴ HELLER, Milton Ivan. Op.cit. p. 433.

²⁸⁵ DEAP/DOPS. Dossiê Nº 850. Topografia: 104. Documentos/informações referentes à: Relatórios 67 e 68. p. 239.

agentes da ordem, mas da própria imprensa. Conforme ela mesma aponta, seu aprendizado militante incluía práticas do tipo “[...] como se picha muro, como escapar da polícia numa passeata [...]”²⁸⁶, o que leva a deduzir sua efetiva participação nesse movimento, algo que, naturalmente, não passou despercebido pela DOPS.

Nesse ano, foi indicado para a reitoria da UFP o professor e ex-ministro da educação de Castello Branco, Flávio Suplicy de Lacerda. Dada a autoria da lei que levava seu nome, era uma figura impopular no movimento estudantil e sua passagem pela reitoria ficou marcada por diversos protestos estudantis. No curso de jornalismo, a estudante Tereza Urban foi uma das que se insurgiram com a indicação e pregava abertamente sua insatisfação. No dia 5 de maio ela foi oradora em uma pequena reunião realizada nas escadarias da universidade por estudantes de jornalismo, onde se discutia as medidas que os estudantes deveriam tomar frente à nomeação iminente. Um informante da DOPS, José Lourenço Bueno, assistiu à reunião e relatou que “[...] o número dos presentes era bastante reduzido [...]”.²⁸⁷ Em sua ficha individual, entretanto, consta que no dia 5 de maio a fichada “[...] liderou um movimento contra a posse do novo reitor da UFP [...]”²⁸⁸ o que sugere uma dimensão maior ao ato, ao deixar em suspenso se o movimento era numeroso ou não.

Essa atitude é interessante e pode revelar que, em geral, a DOPS possuía os meios de saber a dimensão dos movimentos e a real mobilização conseguida. No entanto, por que deixar subentendido que o “fichado” tinha um poder de mobilização maior do que realmente dispunha? Uma possível resposta pode estar na busca de justificação para o tamanho e aparelhamento do aparato repressivo montado, ou em vias de se criar. De fato, em uma pasta com a relação dos “elementos mais visados” do Paraná, num total de 158 pessoas e seus respectivos endereços, o nome de Tereza Urban aparece. O estabelecimento desta lista era previsto para a deflagração de uma operação denominada “Tigre”, que seria realizada em conjunto pela DOPS e pelo exército, empregando um total de até 10 homens da DOPS e até 15 do exército, equipados com seu armamento individual “armamento de reforço do E.B.” (Exército Brasileiro) e até 10 viaturas.²⁸⁹

Além desta operação, o nome de Tereza Urban é listado também para uma operação denominada “Pente Fino”, sendo a sua captura e a de mais 8 estudantes de responsabilidade da Polícia Militar do estado. Como se pode perceber, a estrutura que ia se armando para vigiar

²⁸⁶ HELLER, Milton Ivan. Op. cit. p. 429.

²⁸⁷ DEAP/DOPS. Dossiê N° 850. Topografia: 104. Documentos/informações referentes à: Relatórios 67 e 68. p. 213.

²⁸⁸ DEAP/DOPS. Ficha Individual N° 44956. Fichado: Tereza Daisi Urban Furtado.

²⁸⁹ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: Elementos mais visados. pp. 01-10.

e reprimir os insatisfeitos com o regime demandava que estes representassem um grande perigo para o mesmo, de onde se pode inferir a necessidade de deixar claro, em suas fichas, o tamanho do risco que representavam, mesmo tendo evidências de que o risco real era bem menor.

Segundo ela, desde fins de 1966 e início de 1967 que já se encontrava afastada da universidade e fora para a clandestinidade. Como se pode observar em sua ficha individual, não há anotações entre maio de 1967 e 1969. Nessa época ela estava interessada na proposta revolucionária da dissidência do PCB de Niterói. Essa dissidência, que mais tarde viria a constituir o MR-8, enviou Aluizio Palmar à região de Foz do Iguaçu, com o intuito de realizar o levantamento topográfico da região que mais tarde poderia ser um campo de treinamento de guerrilha rural. Na mesma linha de pensamento, Tereza Urban deslocou-se para o norte do Paraná, pensando em recrutar militantes para futuras ações revolucionárias. A tentativa revelou-se frustrada, pois os bóias-frias da região eram trabalhadores volantes que não tinham residência fixa, e deslocavam-se com muita frequência, o que tornava praticamente impossível a criação de grupos. Rapidamente ela percebeu isso. Em sua avaliação, entretanto:

Mas esse período de 66, 67 foi bom pra mim porque tive os primeiros contatos com velhos militantes do Partido Comunista Brasileiro. E com os meus vinte anos tentava convencer militantes de quarenta, sessenta anos de que o certo era a organização de focos guerrilheiros. Não consegui convencer ninguém. Mas sou grata aos velhos militantes pelo que eles me ensinaram a respeito da história desse país.²⁹⁰

O PCB não esposou a tese da luta armada porque, na avaliação do partido, a correlação de forças era muito mais favorável ao regime. O partido defendia um trabalho de conscientização política e a constituição de uma grande frente de forças democráticas para resistir. Tereza Urban aponta a importância do contato com a ortodoxia marxista do PCB para suas futuras avaliações e ações de resistência, como de fundamental importância. O trabalho dos militantes da região de Foz do Iguaçu não prosperava e ela, juntamente com um pequeno grupo, resolveu afastar-se do MR-8 buscando um caminho alternativo para resistir, mais coerente com a influência que recebera dos militantes do PCB.

Em fins de 1968 ela regressou a Curitiba e entrou em contato com militantes ligados à POLOP (Política Operária), cujo marxismo ortodoxo era mais coerente com a influência que recebera dos militantes comunistas mais antigos. Esse agrupamento, após uma cisão ocorrida em 1967, formou outros pequenos grupos, sendo que sua ala mais moderada, juntamente com

²⁹⁰ HELLER, Milton Ivan. Op. cit. p. 431.

dissidentes gaúchos do PCB, organizou o Partido Operário Comunista (POC). A DOPS não deixou de registrar que ela estivera em uma reunião do POC no Paraná, realizada em 1969, em Caiobá, da qual também participou seu irmão, Edson Urban.²⁹¹ O POC propunha uma linha de ação mais pacífica e, segundo a DOPS, Tereza Urban teve atuação destacada no mesmo, exercendo a função de secretária regional e atuando junto aos meios acadêmicos.

As atividades dentro do novo grupo tiveram vida breve. Já em 29 de julho de 1970 ela foi presa em Curitiba, junto com seu companheiro Pedro Ivo Furtado, numa operação desencadeada especificamente contra o POC, sob a alegação de que estavam desenvolvendo atividades subversivas na capital do estado. Segundo ela “em 70 a saída para quem não havia sido preso e não estava na militância armada era resistir até morrer ou abandonar tudo. O cerco era inexorável”.²⁹² Com um filho de quatro meses na ocasião da prisão, ela teve que deixá-lo aos cuidados de uma pessoa que não conhecia, e foi levada para a Polícia do Exército, onde sofreu as torturas que já eram rotina nos porões da ditadura, principalmente após o AI-5.

Para interrogá-la, deslocou-se ao Paraná o famoso delegado Sérgio Paranhos Fleury, procurando extrair dela informações sobre armas e o paradeiro de Carlos Lamarca. Não possuindo as informações, vieram as sessões de tortura: “era uma situação estúpida, a gente caída no chão sem poder se levantar. O Fleury dizendo que ia me tirar a roupa, me arrebentar e o tempo todo me chamando de puta. Me arrancou muito cabelo e até hoje eu tenho falhas de cabelo que ele arrancou”.²⁹³

Fleury voltou para São Paulo, naturalmente sem as informações que desejava, e o sargento Balbinoti (torturador que trabalhava na DOPS) continuou o interrogatório com os mesmos métodos. Foi liberada trinta dias depois, decidida a deixar o país e tendo perdido com as torturas “[...] uma coisa essencial, que é a fé no ser humano”.²⁹⁴

Por ocasião dessa prisão, a DOPS “naturalmente” revirou sua casa e a de seus pais em busca de documentos comprometedores. O auto de apreensão relativo à casa de seus pais, datado de 30 de julho de 1970, lista os materiais “subversivos” encontrados, como documentos relativos à organização do POC, boletins da organização, circulares, revistas e livros de caráter “subversivo”: “Moral e Revolução”, de Léon Trotski; “USA e Vietcong” de Fernando Gicon; “A ideologia do imperialismo” de Sylvio Monteiro; “Análise crítica da

²⁹¹ DEAP/DOPS. Ficha Individual N° 44956. Fichado: Tereza Daisi Urban Furtado.

²⁹² HELLER, Milton Ivan. Op. cit. p. 433.

²⁹³ HELLER, Milton Ivan. Op. cit. p. 434.

²⁹⁴ Idem.

teoria marxista” de Louis Althusser, entre outros de conteúdo igualmente “perigoso”.²⁹⁵ Na casa onde residia com seu marido, outra busca foi realizada no mesmo dia, e foram apreendidos mais livros com alegado conteúdo atentatório à civilização cristã ocidental, como “Existencialismo ou Marxismo” de Georg Lukács; “Guerrilhas e Revolução” de Gabriel Bonnet e outros, além de “uma fotografia com um menino chinês armado”.²⁹⁶ Ao chegar em casa e ver tudo bagunçado, seu pai ficou revoltado e foi à DOPS exigir explicações do delegado Ozias Algauer, uma temeridade que, mesmo assim, não resultou em nenhum tipo de retratação. Afinal, para a DOPS, aqueles livros “subversivos” demonstravam que seus portadores eram inimigos do país.

Com a mãe na Polônia, o pai que não concordava com seu posicionamento político, o irmão, Edson Urban, foragido e o filho pequeno para se preocupar, no mesmo período ainda seu amigo Francisco Dias Vermelho, de Apucarana, faleceu em um acidente, antes que as forças de repressão o pegassem. Como uma perseguida política, era difícil esperar a solidariedade de outras pessoas que, automaticamente, teriam problemas por ajudá-la. Sua avaliação de que “o cerco era inexorável” fazia total sentido. Seus antigos companheiros do MR-8 haviam sido capturados em 1969 e Aluísio Palmar, o líder do grupo de Foz do Iguaçu, experimentava o desconforto de diversos locais de tortura no Brasil inteiro, inclusive na temida Ilha das Flores, no Rio de Janeiro, para onde foi levado depois que saiu do Ahú.

Diante da situação virtualmente desesperadora, ela resolveu seguir o caminho de grande parte dos perseguidos políticos brasileiros desse período, e procurou chegar ao Chile do presidente Allende e da Unidade Popular. Segundo a DOPS, ela foi ajudada por uma comunista, Eleonor Mendes Brito, em sua viagem. Com pouco dinheiro, deslocou-se como pôde até Foz do Iguaçu e em seguida pegou um ônibus para o Chile, aonde chegou com problemas de saúde bastante sérios. Submeteu-se a uma cirurgia renal, paga pelo Estado chileno, e após recuperar-se foi trabalhar em uma editora estatal que pretendia produzir uma revista destinada aos trabalhadores. Do Brasil, as notícias que chegavam eram desanimadoras:

A situação era cada vez mais desesperadora e todo dia chegavam notícias de assassinatos de companheiros. E no Chile, pela primeira vez, eu tive a dimensão do massacre que se praticava no Brasil. Eu tinha a visão de Curitiba e lá encontrei brasileiros de todas as regiões, do extremo norte ao Rio Grande do Sul. Havia em Santiago cerca de cinco mil brasileiros que falavam diferente, pensavam diferente e tinham posições políticas diferentes.²⁹⁷

²⁹⁵ DEAP/DOPS. Dossiê N° 3523. Topografia: 481. Documentos/Informações referentes à: Tereza Deise Furtado. p. 02.

²⁹⁶ Idem. p. 04.

²⁹⁷ HELLER, Milton Ivan. Op. cit. p. 436.

Durante sua estadia no Chile, o processo que se iniciara com sua prisão em 1970 foi julgado no dia 16 de agosto de 1972. Ela e o marido foram condenados à revelia, pelo Conselho Permanente de Justiça do Exército, à pena de dois anos de reclusão, como incursos no artigo 43 do decreto-lei nº 898/69. Este decreto referia-se aos crimes contra a Segurança Nacional e a ordem política, e o artigo 43 explicitava as penas para organização de partido político clandestino. Através da informação nº 538-E/2-72, o Estado-Maior do exército da 5ª Região Militar informava a DOPS-PR da condenação, ressaltando que Tereza Urban e o marido encontravam-se atualmente no Chile.²⁹⁸ Ao mesmo tempo, foi-lhe expedido um mandado de prisão, a ser cumprido na primeira oportunidade que surgisse.

Como não considerava justo permanecer no Chile sem lutar já que, embora a Unidade Popular ainda estivesse no poder em 1972, eram visíveis nesse momento as articulações de direita visando a queda do regime socialista, Tereza Urban resolveu regressar ao Brasil. Nessa época, além do filho que levava do Brasil já tinha outro, nascido durante sua estadia no Chile. Segundo ela “foi uma decisão que os companheiros do Chile consideraram louca, temerária e suicida, pois quase todos os exilados que voltaram foram assassinados”.²⁹⁹

Voltando ao Brasil, a família informou a auditoria militar da 5ª Região de seu retorno e, com um advogado de defesa, ela e o marido apresentaram-se à auditoria em 26 de outubro.³⁰⁰ Para sua surpresa o juiz-auditor, Ramiro Motta, condenou-a a prisão domiciliar, a ser cumprida em Paranaguá, local em que o delegado de polícia havia aceitado a incumbência de vigiá-la e anotar seus comparecimentos semanais à delegacia. Essa situação inusitada de prisão domiciliar para uma perseguida política durou aproximadamente 15 dias.

No dia 8 de dezembro de 1972 “o Exmo. Sr. Secretário de Segurança do Paraná determinou a transferência de ambos para a Penitenciária do Estado, de acordo com o Sumário de Informações 231/72-CIE”.³⁰¹ Sua prisão domiciliar fora determinada por um juiz e a ordem de transferência por um general, o secretário de estado Mário Carneiro Portes. Na lógica ditatorial “naturalmente” um general teria mais autoridade que um juiz sobre a situação carcerária de civis acusados de crime contra a Segurança Nacional.

O setor de Vigilância e Captura da DOPS buscou-a em Paranaguá, contrariando a ordem do juiz auditor e levou-a a Curitiba, onde foi novamente presa. Dessa prisão, ela

²⁹⁸ DEAP/DOPS. Dossiê Nº 1521. Topografia: 184. Documentos/Informações referentes à: Partido Operário Comunista – POC. p. 16.

²⁹⁹ Idem. p. 437.

³⁰⁰ DEAP/DOPS. Ficha Individual Nº 44956. Fichado: Tereza Daisi Urban Furtado.

³⁰¹ Idem.

lembra alguns fatos grosseiros que, em geral, podem ser vistos como parte do dia-a-dia das presas comuns: o fato de as detidas ficarem nuas, utilizando como sanitário apenas um buraco no chão; os guardas tecerem comentários sobre suas anatomias; gritos por alimentação que recebiam como resposta jatos de água fria; e a negociação empreendida pelas mulheres detidas, que trocaram uma menina de aproximadamente 13 anos por comida com os policiais responsáveis pela prisão.³⁰²

Da Delegacia de Vigilância e Captura foi transferida para a Penitenciária de Mulheres de Piraquara, onde a situação não melhorou em nada. Segundo ela, ao saber de sua captura o juiz-auditor protestou enviando uma carta ao general secretário de Segurança Pública onde, após enumerar vários casos de criminalidade sem solução na capital, terminava afirmando que “felizmente Curitiba dorme em paz porque os perigosos terroristas estão na cadeia”, o que gerou mal estar entre a auditoria e a secretaria.³⁰³ Dada a situação e aos assédios que sofria de suas companheiras de cela, ela resolveu tentar o último recurso que podia para sair da penitenciária, e entrou em greve de fome: “fiquei uns oito dias recusando alimento e me retiraram de lá”.³⁰⁴

Como já apontamos acima, greves de fome eram uma forma de luta encontrada pelos presos políticos para melhorar suas condições na prisão, pressionar o regime ou até mesmo como forma de solidariedade a presos políticos de outros lugares, sendo adotada também por muitos presos do Paraná. Para sua saída de Piraquara, entretanto, outras duas contribuições foram de extrema importância: a interferência da Irmã Tereza Araújo e do juiz-auditor Ramiro Motta.

Em seu depoimento para uma biografia da irmã Tereza Araújo, Tereza Urban deixa subentendida uma colaboração especial dessa irmã católica com o juiz-auditor da 5ª Região Militar, não apenas no seu caso específico, mas também em relação a outros presos políticos.³⁰⁵ Em relação à sua prisão, houve um acordo negociado entre a Igreja Católica e o comandante da 5ª Região, general José Campos Aragão, com interferência da sua família, da religiosa, do arcebispo de Curitiba, D. Pedro Fedalto, e do juiz Ramiro Motta. No dia 18 de dezembro de 1972, através do ofício nº 1016/72, o juiz-auditor ordenou ao diretor da

³⁰² HELLER, Milton Ivan. Op.cit. p. 437.

³⁰³ HELLER, Milton Ivan. Op. cit. p. 438.

³⁰⁴ Idem.

³⁰⁵ SOUZA, Ana Inês (org.). **Irmã Araújo: vida e obra**. Curitiba: Editora Gráfica Popular; CEFURIA. 2007. p. 94.

penitenciária feminina de Piraquara, Carlos Augusto Hoffmann, a transferência de Tereza Urban para o convento das irmãs vicentinas, no bairro das Mercês, em Curitiba.³⁰⁶

A Irmã Araújo integrava a Pastoral dos Presídios, que era parte da linha adotada pela ala mais progressista da Igreja Católica após a Conferência de Medellín, na Colômbia. O primeiro contato dessa religiosa com Urban ocorrera ainda em 1970, por conta de sua prisão. Agora, ela ficaria sob responsabilidade da mesma e os olhos vigilantes da repressão. As irmãs vicentinas ficavam com a responsabilidade de entregá-la à auditoria militar sempre que houvesse necessidade e havia, nos primeiros meses, vigilância ostensiva de policiais nos arredores do convento. Somava-se, ainda, a proibição de ver os filhos.

Com sua liberdade totalmente cerceada, restava a possibilidade de acompanhar a irmã Araújo em suas visitas aos presos políticos do Ahú (Prisão Provisória de Curitiba) e levar-lhes solidariedade. Essa visita era permitida a Urban uma vez por semana. Após um ano no convento, ela foi liberada em 1974, ficando sob liberdade condicional, separada e com os dois filhos pequenos para cuidar. A situação era difícil. Como ela aponta: “eu tinha que trabalhar em algum lugar, e na época isso não era fácil. As pessoas tinham medo e muita gente me evitava. Vivi alguns meses de datilografia [...] não conseguia emprego em jornais [...]”.³⁰⁷

Essa dificuldade em encontrar solidariedade após deixar a prisão era parte da pedagogia do medo e do Terror de Estado então vigentes. Suplantar essa situação após ter sido marcada pela repressão como uma perigosa terrorista do país (há em sua pasta solicitações de dados requeridos pela DOPS de São Paulo, SNI e diversos outros órgãos de informação e repressão), demandava coragem e, sem dúvida, alguma ajuda de quem tivesse o poder de fazê-lo. A complacência do juiz-auditor já não podia ajudar-lhe em sua nova condição e, além da solidariedade da própria família, a solução veio com a ajuda da mesma ala progressista da Igreja Católica.

Em uma pasta intitulada “subversão na Igreja Católica”, há o relato de um IPM realizado em 1970, por conta de ações subversivas realizadas por padres que acolheram o congresso da UNE em Minas Gerais. O relator do inquérito deixava claro que aquele “não é um movimento da Igreja, é até contra as suas estruturas atuais” sendo obra de um grupo pequeno que pregava a “teologia da revolução” inspirada em Medellín, e que era necessário combater.³⁰⁸ Em outra pasta, aberta já alguns anos depois, em 1977, e intitulada “A subversão

³⁰⁶ DEAP/DOPS. Ficha Individual Nº 44956. Fichado: Tereza Daisi Urban Furtado.

³⁰⁶ Idem.

³⁰⁷ HELLER, Milton Ivan. Op. cit. p. 440.

³⁰⁸ DEAP/DOPS. Dossiê Nº 2232. Topografia: 247. Documentos/Informações referentes à: subversão na Igreja Católica. p. 7.

na Igreja do Paraná” eram apontados como inspiradores dos “subversivos” o Concílio Vaticano II e a Conferência de Medellín, através da “Teologia da Libertação”, e o grupo de religiosos com tais práticas era precisado em um número bem maior, que urgia combater.³⁰⁹

O extenso relatório de 1977 demonstra que a Regional Sul/II da CNBB (Paraná) era alvo de uma vigilância constante e de grande preocupação pelas forças de segurança e órgãos de informação. Ao destacar a perniciosa ação de religiosos católicos em favor do comunismo, são listados alguns que demandariam maior cuidado, fosse pela ação que desenvolviam, fosse pelo alto posto que ocupavam. Assim, a irmã Tereza Araújo era destacada por suas ligações com a Associação Difusora de Técnicas e Projetos Pedagógicos (ADITEP), na opinião da DOPS, uma associação de caráter progressista e comunista. O arcebispo metropolitano de Curitiba, D. Pedro Fedalto, era descrito como um ex-integrante do setor conservador da Igreja, mas que sob a ação de D. Albano Cavali – notório comunista na visão da DOPS – estava indo cada vez mais em direção ao progressismo “estando iminente sua capitulação ao novo estilo do clero brasileiro”.³¹⁰

Foram os “comunistas” Irmã Araújo e D. Pedro Fedalto que ajudaram Tereza Urban a partir de 1974 a, mais que agir contra o regime, conseguir sobreviver apesar dele. Dada a grande dificuldade que ela sentia em encontrar emprego, por conta da perseguição política que sofria, D. Pedro Fedalto usou sua influência para conseguir-lhe um emprego no jornal *Voz do Paraná*. Sob a proteção do setor progressista da Igreja, não voltou a sofrer novas prisões políticas, mas a perseguição a sua pessoa continuou acontecendo.

Segundo ela, o CCC sempre lhe enviava cartões de Natal com frases do tipo “você será a próxima vítima” e caveiras estampadas. Dada a situação em que vivia, não era possível recorrer às autoridades policiais para solicitar proteção contra esse organismo clandestino de direita. A inutilidade de tal procedimento pode ser vista pelo caso de suspeitos de subversão que o adotaram.

Entre as pessoas presenteadas pelo CCC estava o comerciante e desportista curitibano Berek Krieger, que teve seu automóvel riscado com o desenho de uma suástica em 16 de fevereiro de 1968, ocasião em que prestou queixa. Eram comuns também telefonemas ameaçadores a ele e à família. Em 1976 uma carta ameaçando o mesmo e sua esposa de

³⁰⁹ DEAP/DOPS. Dossiê N° 1106. Topografia: 134. Documentos/Informações referentes à: A subversão na Igreja do Paraná. p. 38.

³¹⁰ Idem. p. 39.

morte, chamando-o de “judeu comunista” foi deixada sob a porta da residência, e novamente este prestou queixa, sem resultados.³¹¹

Mais emblemático é o caso da professora Juracilda Veiga, seqüestrada e agredida por membros do CCC em 1978, que foi à DOPS prestar queixa. Após instauração de um inquérito, o delegado responsável, seguido pela bacharel Ozias Algauer, titular da DOPS e denunciado como torturador, procurou deixar claro que “não houve seqüestro”. Mesmo que, segundo ela, o veículo de marca veraneio empregado para o sequestro fosse exatamente igual àquele utilizado pela DOPS.³¹²

Como se pode perceber, as ações do CCC continuavam ocorrendo e as queixas eram inúteis, ficando os “presenteados” com a sensação de insegurança sua e da família, vigiados pelas forças de segurança e informação do Estado, e ameaçados por forças de repressão clandestina civis que, ao que tudo indica, eram acobertadas pela DOPS.

Além das constantes ameaças e da insegurança pessoal e familiar, o regime criava-lhe todos os problemas possíveis para a sua atuação profissional. Seus textos nos jornais eram frequentemente vetados, mesmo que não versassem diretamente sobre política ou assuntos afins, e durante a ditadura não conseguiu credenciais para atuar legalmente como jornalista, mesmo possuindo o diploma com curso superior.

Sofrendo as dificuldades de sobreviver e criar os filhos sob constante pressão, ela ainda voltaria e desafiar as normas da ditadura civil-militar. Em 1973, insatisfeitos com as escolas particulares existentes em Curitiba, um grupo de 28 pessoas resolveu criar uma instituição educacional diferenciada para atender seus filhos. Nascia a Associação de Estudos Educacionais Oficina (AED/Oficina).³¹³ Algo beneficiada pela política de “distensão” iniciada por Geisel, a princípio a escola não chamou a atenção da DOPS ou dos outros órgãos de segurança e informação. Mas logo estes identificaram um foco de ensinamento de “marxismo para crianças” e passaram a vigiar de perto as atividades da escola.

Embora os estatutos da Oficina previssem a “abstenção de atividades de natureza político, partidária e religiosa” e a “não cessão de sua sede a entidades de natureza político-partidária” o grande número de sócios e ex-sócios com ficha na DOPS levou a instauração de um inquérito para apurar suas atividades. Entre as conclusões do Ministério do Exército sobre a escola constava que “[...] entre signatários da ata de fundação e associados, num total de 43,

³¹¹ DEAP/DOPS. Dossiê Nº Topografia Documentos/Informações referentes à: Berek Krieger.

³¹² DEAP/DOPS. Dossiê Nº Topografia Documentos/Informações referentes à: Juracilda Veiga. Diário do Paraná, 24/09/78, “Juracilda: DOPS não vê seqüestro”.

³¹³ AMORIM, Mário Lopes. **Oficina – Liberdade e cooperação** (1973-1986). Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 1993. p. 6.

21 são prontuariados como pertencentes a organizações subversivas [...]” e que “a organização epigrafada vem funcionando como um verdadeiro “aparelho” subversivo e núcleo de desintegração social”.³¹⁴ Entre os sócios contados estava a subversiva Tereza Daisi Furtado, fichada na DOPS e ainda sob vigilância da mesma que, não bastassem todos os problemas que criara para a pátria, ainda se lançava a colaborar com uma escola que, na visão da DOPS, ensinava marxismo para crianças. Em sua ficha, consta a sua participação na Oficina “[...] foco de subversão em Curitiba, promovendo atividades atentatórias à Segurança Nacional”.³¹⁵

A última anotação em sua ficha, após a constatação de sua ligação subversiva com a escola Oficina, é de 1980, dando conta da extinção da punibilidade por causa da Lei nº 6.683 de 1979 (lei da anistia), conforme oficiado à DOPS pela auditoria da Justiça Militar da 5ª Região.

Após o fim da ditadura, Tereza Urban continuou trabalhando com jornalismo durante algum tempo, e atualmente dedica-se a estudos voltados para o meio ambiente. Sempre está envolvida em ações que visam superar e esclarecer as ações da ditadura. Em 2008 lançou o livro “1968 Ditadura Abaixo”, que visa contar a história do regime militar para os jovens e adolescentes de hoje. Em 2012 prestou depoimento à Comissão Nacional da Verdade que investiga crimes contra os direitos humanos praticados pela ditadura militar. Como outros ex-resistentes, ela continua atuando para superar as heranças da ditadura civil-militar.

³¹⁴ Idem. p. 125.

³¹⁵ DEAP/DOPS. Ficha Individual Nº 44956. Fichado: Tereza Daisi Urban Furtado.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial trouxe a polarização internacional entre blocos antagônicos de poder, orientados por diferentes concepções de organização da sociedade. De um lado estavam a URSS e países que haviam optado pelo socialismo, com regimes de partido único e economia planificada. De outro, países liderados pelos Estados Unidos da América, adeptos do livre mercado e da lógica de organização capitalista. Blocos de poder rivais que disputavam a hegemonia política, militar e econômica no planeta, no que ficou conhecido como Guerra Fria, e que se estendeu até a queda do regime socialista e a desagregação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas em uma série de países, que optaram enfim pelo capitalismo.

Para evitar a expansão das ideias esquerdistas, estrategistas estadunidenses criaram a Doutrina de Segurança Nacional, que previa a união dos países do chamado “mundo livre” contra as ditaduras totalitárias comunistas. Num espírito de cooperação e aceitação da hegemonia e das teses estadunidenses, foi criada no Brasil a Escola Superior de Guerra, em 1949, a partir da qual as teses da Doutrina de Segurança Nacional eram estudadas e propagadas. Na lógica da DSN, havia uma guerra a ser travada não apenas contra os países comunistas, mas também contra seus adeptos presentes nos territórios nacionais do ocidente, donde a concepção de que as fronteiras eram agora ideológicas, e que mesmo cidadãos do país eram inimigos se esposassem teses de esquerda.

Como as mazelas sociais eram consideradas um perigoso fermento para as ideias vermelhas, acrescentou-se aos manuais da ESG a palavra “desenvolvimento”, apontando que agora este seria também um objetivo da segurança nacional. Sob a alegação de que o governo Goulart era esquerdista e que o país marchava para o comunismo, civis e militares de direita golpearam a frágil democracia vigente desde 1946, e deram um golpe de Estado, visando livrar o país dos “comunistas”, desenvolvê-lo e, a partir da “estratégia psicossocial”, formar um novo cidadão: dócil e submisso.

A concepção de Estado e de cidadão que a maior parte da coalizão golpista propunha, visava desenvolver o país sob a lógica capitalista, torná-lo uma potência e debelar o inimigo comunista – designação que indicava qualquer pessoa que não concordasse com o regime. O que acabou sendo o Estado durante o período ditatorial, entretanto, não foi o resultado unicamente da aplicação desse projeto concebido a partir da ESG. Antes, foi o resultado das tentativas de aplicação desse projeto em interação com as oposições que surgiram a partir da sociedade civil. A história da ditadura civil-militar, nos seus 21 anos, é em grande parte uma

história de resistência às tentativas de institucionalização da lógica ditatorial da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento.

Para lidar com os resistentes, ao mesmo tempo em que se lançava mão de uma intensa propaganda oficial, censurou-se a imprensa e foi criado e aparelhado um imenso aparato repressivo. Era a lógica da repressão e do cerceamento à liberdade política, no extremo, Terrorismo de Estado, que afetava desde o mero descontente até o revolucionário disposto a recorrer à luta armada. O espaço público foi atrofiado até a quase aniquilação e, principalmente entre 1968 e 1974, imperou a “pedagogia do medo”, exigindo dos descontentes um “silêncio patriótico”, ou as consequências, caso optassem por falar e/ou fazer, o que o Estado ditatorial proibia.

No Paraná, a Secretaria de Estado da Segurança Pública e a DOPS ficaram sob comando direto do exército brasileiro e, em conjunto com os outros organismos de repressão, procuraram aplicar os ditames da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento.

Neste trabalho, objetivamos o estudo da ação e reação dos resistentes às práticas repressivas cotidianas, como já dissemos, não os atos consagrados como grandes feitos patrióticos, mas a resistência no cotidiano. Ao longo do estudo foi possível pontuar, para além das “artes”, das motivações e estratégias da resistência praticada, os locais que foram alvo de perseguição, os perfis dos resistentes e, em menor medida, dos agentes da repressão, órgãos e procedimentos envolvidos com a perseguição e tortura a inimigos políticos do regime no estado. Pessoas como o delegado Ozias Algauer, o coronel Waldir Coelho, o sargento Balbinotti e o capitão Romariz; locais como 30º Batalhão de Infantaria em Apucarana, a DOPS em Curitiba, o quartel da Polícia do Exército, o quartel general da Polícia Militar e a Prisão Provisória de Curitiba.

Entre os procedimentos, a cooperação de instituições de ensino e pesquisa com órgãos de repressão, infiltração de informantes, acompanhamento das atividades dos “fichados”, prisões arbitrárias que, em geral, poderiam ser melhor denominadas como sequestros - como foi o caso de Ildeu Manso Vieira e da prisão “preventiva” de Tereza Urban para impedir sua participação em uma passeata. Procedimentos ainda como vasculhar a casa dos presos e/ou de seus familiares, apreensão de livros, a prisão e ameaça de familiares como forma de pressionar um resistente a se entregar. E atos arbitrários como pura manifestação de poder, como postar cartazes de papelão indicando “prisão especial” para pessoas com ensino superior, quando na verdade suas condições eram piores do que as de outros presos, num desrespeito à própria legislação ditatorial. Atos arbitrários, ainda, como disponibilizar uma colher para doze pessoas fazerem suas refeições.

Mas mesmo sob o caráter repressivo e terrorista do Estado, movimentos, organizações e pessoas encontraram formas de opor-se a ele, driblá-lo, esquivar-se e/ou enfrentá-lo abertamente. Como afirmamos, para além dos grandes grupos de oposição concebidos em termos de sua organização, “movimento estudantil”, “Igreja Progressista”, MDB, CNBB, ABI etc., havia pessoas que, ligadas a esses movimentos ou não, simpáticos a eles ou não, procuravam resistir ao estado de coisas da forma que podiam. Alguns, em princípio, mais protegidos pela instituição ou pelo meio social a que pertenciam, e no outra ponta do leque, pessoas sem qualquer respaldo, institucional ou social.

O conceito adotado por nós nesta pesquisa é de que eram *resistentes*. Seus atos individuais não tinham o impacto das grandes manifestações de massa, é certo. Mas pichar muros, fazer greve de fome, organizar coletivos na prisão, exigir mais colheres no presídio, difundir matéria de jornais com ideias de esquerda, atender comunistas no consultório, protestar na tribuna de uma casa parlamentar, exigir modificações na própria ficha à polícia política, ou mesmo conseguir permanecer no país apesar das ameaças e perseguições, tem um sentido político importante, do qual é preciso não descuidar. Eram pequenos atos que obrigavam o regime a ficar em alerta, que permitem perceber o dissenso onde o Estado pretendia o silêncio, que insistem em deixar explícita a falha no projeto de criação de um cidadão disciplinado, dócil, e submisso. São as “artes” da resistência, a “antidisciplina” sugerida por De Certeau, que escapa à rede de vigilância instituída.

Esta pesquisa buscou, portanto, a resistência no “rés-do-chão”. Para além dos grandes movimentos e dos grandes personagens, apresentamos atos de contestação e resistência de pessoas, para além da inestimável importância do Novo Sindicalismo ou da organização do MDB, cidadãos que utilizaram os meios ao seu alcance, muitas vezes escassos, para resistir aos ditames e projetos da ditadura civil-militar.

Dada a atrofia do espaço público em um regime como o que foi implantado no Brasil pós-64, atos como esses adquiriam rapidamente um sentido político. Como aponta Heuer, a politização da resistência em uma ditadura é quase imediata, já que o indivíduo dificilmente pode contar com mediadores entre o poder de Estado e sua pessoa. Procuramos demonstrar que resistir a um Estado como esse, nas condições que esses indivíduos possuíam, denota considerável grau de coragem. Da coragem que é, como já afirmamos, a virtude cardeal da política, atividade que conta entre suas prerrogativas, como sugere Hannah Arendt, a de, em algumas circunstâncias, exigir o sacrifício da vida dos seus participantes.

Mesmo atos de resistência com pouco impacto na mídia, como insistir em ficar no país ou usar a liberdade condicional para ajudar na luta pela anistia requeriam coragem, já que,

entre outros, até uma entidade civil como o Comando de Caça aos Comunistas fazia ameaças constantes, e os ameaçados eram perseguidos políticos do Estado que deveria protegê-los.

Sob tais condições, o que levaria pessoas arriscar suas vidas e sua liberdade para opor a resistência possível ao estado de coisas vigente uma vez que se podia escolher o “silêncio patriótico” para ser deixado em paz e poder levar a vida? O deputado Léo de Almeida Neves e o médico Jorge Karam poderiam simplesmente ter aproveitado os anos de ditadura para progredir e crescer, pessoal e profissionalmente. O que movia pessoas que precisavam exilar-se e, mesmo no exílio continuavam buscando formas de resistir, que tinham suas vidas, personalidade e dignidade vilipendiadas pelos mandatários e funcionários do regime? Familiares ameaçados, corpos e mentes torturados. Narciso Pires perdeu as unhas dos pés e o direito de lecionar; Tereza Urban foi barbaramente torturada, física e psicologicamente, foi privada da companhia dos filhos e impedida de exercer normalmente sua profissão; Vitório Sorotiuk amargou anos de exílio e um curso superior interrompido, vivendo dos mais variados trabalhos no exterior; Ildeu Manso Vieira foi torturado e, como outros perseguidos, continuou a ser ameaçado após deixar a prisão, sem que o Estado lhe garantisse sua integridade.

É certamente difícil mensurar com precisão as motivações dos resistentes. Sentimentos de rebeldia, revolta, indignação, medo, um cálculo político infeliz – como o que fez o deputado Léo de Almeida Neves ao imaginar um fim rápido da ditadura e o saldo político para os opositores – ou mesmo a vivência de esquerda e a aspiração às liberdades democráticas. Apontamos como uma possível resposta para a questão da motivação, o imperativo ético da resistência. O entrelaçamento do campo da ética com a política legitimando o direito de resistir à opressão do Estado, quando este não se legitima e não lança mão da democracia. A incapacidade de ficar indiferente face ao que fere a consciência, e a necessidade de ser “homens em primeiro lugar e depois súditos”, sugerida por Thoreau. Entendemos que, em última instância, é a consciência individual do cidadão preocupado com os assuntos da pólis, que se recusa a meramente comportar-se da forma requerida por um regime que ele considera ilegítimo, que responde por atos como esses.

Heuer sugere que, quanto mais difíceis as condições para a resistência, especialmente frente às punições impostas por uma ditadura, menor a quantidade de pessoas dispostas a efetuar-las. E, por isso mesmo, mais significativas são suas atitudes para a coletividade. Num momento em que a democracia vai se consolidando no país, embora ainda cheia de problemas, conhecer atos de resistência como esses permite lembrar que pessoas arriscaram sua liberdade, segurança, profissão, e mesmo a vida, para conquistá-la.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEM, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGUIAR, Odílio Alves. A resistência em Hannah Arendt: da política à ética, da ética à política. IN: DUARTE, André et. al. **A banalização da violência** – a atualidade do pensamento de Hannah Arendt. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru/SP: Edusc, 2005.

ALVEZ, Luiz Felipe Nunes. **Os anos 50 e 60 nas páginas de PANORAMA e PARANÁ EM PÁGINAS**: o conservadorismo da imprensa paranaense no contexto da guerra fria. Dissertação de mestrado. Programa de Pós Graduação em História UFPR. Curitiba, 2009.

AMORIM, Mário Lopes. **Oficina – Liberdade e cooperação (1973-1986)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em História UFPR. Curitiba, 1993.

ARAÚJO, Maria Paula. Esquerdas, juventudes e radicalidade na América Latina nos anos 1960 e 1970. IN: Fico, Carlos et.al. **Ditadura e democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. -10ªEd. – Rio de Janeiro: Forense universitária, 2007

ARENDT, Hannah. **Crises da república**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

ARENDT, Hannah. **O que é política**. -6ª Ed.- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

ARENDT Hannah. **Sobre a violência**. -2ªed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ARQUIDIOCESE de São Paulo. **Brasil: nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.

AVELAR, Idelber. **A participação de Itaipu na Operação Condor durante a ditadura**. Disponível em: <http://revistaforum.com.br/idelberavelar/2012/01/15/a-participacao-de-itaipu-na-operacao-condor-durante-a-ditadura/> Consulta em: 13/04/2013.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. IN: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA Jorge (orgs.). **O Brasil republicano**. O tempo da ditadura, regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

BRAGA, Ney Aminthas de Barros. **Ney Braga**: tradição e mudança na vida política. Curitiba: Ed. do Autor, 1996. Entrevista a Adherbal Fortes de Sá Jr.

BRASIL, Ministério da Justiça. **Relatório Anual da Comissão de Anistia 2009**. Brasília: Comissão de Anistia, 2010.

BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais: a longa duração. IN: BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. Trad. J. Guinsburg e Tereza C. S. da Motta. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BROSSARD, Alain. Violência e política. IN: GARCIA, Marco Aurélio; VIEIRA, Maria Alice (orgs.) **Rebeldes e contestadores: 1968 – Brasil, França e Alemanha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

CALCIOLARI, Silvia. **Ex presos políticos e a memória social da tortura no Paraná** (1964-1978). Curitiba: Assembléia Legislativa do Paraná, 2006.

CODATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcus Roberto. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. IN: **Revista Brasileira de História**. São Paulo. V.24, nº 47, p. 271-302 – 2004.

COMBLIN, Joseph. **A ideologia da Segurança Nacional**: o poder militar na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CORRALDI, Juan. A cultura do medo na sociedade civil: reflexões e propostas. IN: CHERESKY, Isidoro; CHONCHOL, Jacques. **Crise e transformação dos regimes totalitários**. Campinas SP: Editora da Unicamp, 1986.

CORRALDI, Juan. A cultura do medo na sociedade civil: reflexões e propostas. IN: CHERESKY, Isidoro; CHONCHOL, Jacques (orgs.). **Crise e transformação dos regimes autoritários**. Editora da Unicamp/Ícone Editora: Campinas SP, 1986.

CZAJKA, Rodrigo. Redesenhando ideologias: cultura e política em tempos de golpe. IN: **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 40. Editora da UFPR, 2004.

D' ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Os anos de chumbo**: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 1994.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: as artes de fazer – 3ªed.- Petrópolis RJ: Vozes, 1998.

Dom Cândido Padim. **A Doutrina da Segurança Nacional à Luz da Doutrina da Igreja**. Mimeo, 1968. Esse texto foi publicado primeiramente no jornal Correio da Manhã, em 21 de julho de 1968.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do estado** – Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis RJ, Vozes, 1981.

DUARTE, André. Poder e violência no pensamento de Hannah Arendt: uma reconsideração. IN: ARENDT, Hannah. **O que é política**. -6ª Ed.- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

DUTRA, José Carlos. A revolução de 64 e o movimento militar no Paraná: a visão da caserna. IN: **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, nº 22, p. 195-208, jun. 2004.

FALCON, Francisco. História e poder. IN: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FARIA, Enéas; SEBASTIANI, Sylvio. **Governadores do Paraná: a história por quem construiu a história**. Curitiba: SPige, 1997.

FÉLIX, Loiva Otero. História política renovada. IN: **História-Unisinos**. Nº especial. 2001.
GONÇALVES, Márcio Mauri Kieller. **Elite vermelha: um perfil sócio-econômico dos dirigentes estaduais do Partido Comunista Brasileiro no Paraná – 1945-1964**. Dissertação de mestrado.

GORENDER, Jacob. Apresentação: anos de chumbo: criativos e funestos. IN: RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da UNESP, 1993.

GUIMARÃES, Ulisses. Discurso proferido na VI Convenção Nacional do MDB. APUD: DELGADO, Tarcísio. **A história de um rebelde: 40 anos, 1966-2006**. Brasília: Fundação Ulisses Guimarães, 2006.

HEUER, Wolfgang. Coraje en la política sobre un verdulero en Praga, senadores norteamericanos, whistleblowers y una carreta siciliana. IN: **História: Questões e debates**, n.41. Editora da UFPR, 2004.

IPARDES. **O Paraná reinventado: política e governo**. Curitiba, 1989.

IPARDES. **Resultados eleitorais: Paraná 1945-82**. Curitiba, 1989.

JULLIARD, Jacques. A Política. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre, (orgs). **História: Novas Abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

Lévêque, Pierre. História política. IN: Burguière, André (org.). **Dicionário das ciências históricas**. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1993.

LEVI, Primo. **Os afogados e os sobreviventes: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

MAGALHÃES Filho. Francisco de Borja Baptista. **Da construção ao desmanche: Análise do Projeto de Desenvolvimento Paranaense**. Curitiba: Editora da UFPR, 2011.

MAGALHÃES, Marion Brepohl de. Censura e repressão (1964-1982): lembrar, mas do quê? IN: **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**. Nº 5. Jan/jun 2011. Brasília: Ministério da Justiça, 2012.

NAPOLITANO, Marcos. O ‘Tesouro Perdido’: A Resistência no campo da cultura (Brasil 1969/1976). IN: DUARTE, André et. al.. **A banalização da violência: atualidade do pensamento de Hannah Arendt**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

NAPOLITANO, Marcos. **O regime militar brasileiro: 1964-1985**. São Paulo: Atual, 1998.

NEVES, Leo de Almeida. **Segredos da ditadura de 64**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

NEVES, Léo de Almeida. **Vivência de fatos históricos**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. **A Igreja ante a escalada da ameaça comunista**: apelo aos bispos silenciosos. São Paulo: Vera Cruz, 1976.

PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de estado nas ditaduras latino-americanas. IN: FICO, Carlos et. al. **Ditadura e democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

PALMAR, Aluizio. **Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?** Curitiba: Travessa dos Editores, 2006.

Partido Comunista Brasileiro. **PCB: 20 anos de política. Documentos (1958-1979)**. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

PAULO NETO, José. A significação do golpe de abril. IN: PAULO NETO, José. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2010.

POLITI, Maurice. **Resistência atrás das grades**. São Paulo: Plena Editorial, 2009.

QUADRAT, Samantha Vaz. A emergência do tema dos direitos humanos na América Latina. IN: FICO, Carlos et.al. **Ditadura e democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

RÉMOND, Réne. Por que a história política? IN: **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, vol. 7, n.13. 1994.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da UNESP, 1993.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980). 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

SANTANA, Flávia de Angelis. **Atuação política do movimento estudantil no Brasil: 1964 a 1984**. Dissertação de mestrado. Faculdade de filosofia, letras e ciências humanas da USP. São Paulo, 2007.

SCHILLING, Flávia. **Estudos sobre resistência**. Dissertação de mestrado. Unicamp. Campinas, 1991.

SEBASTIANI, Sylvio. **Por dentro do MDB Paraná**. Curitiba: Gráfica Linarth, 1992.

SIGAL, Silvia; SANTI, Isabel. Do discurso no regime autoritário: um estudo comparativo. IN: CHERESKY, Isidoro; CHONCHOL, Jacques (orgs.). **Crise e transformação dos regimes autoritários**. Editora da Unicamp/Ícone Editora: Campinas SP, 1986.

SILVA, Cátia Cristina de Almeida. Resistência no exterior: os exilados brasileiros no Chile (1969-1973). IN: 'Usos do Passado' — **XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ 2006**.
Disponível em

<http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Catia%20Cristina%20de%20Almeida%20Silva.pdf> Acesso em 14/07/2012.

SILVA, Jussaramar da. **A assessoria especial de informações da Usina Binacional de Itaipu e suas relações no Brasil e no Paraguai.** Disponível em: <http://www.ichs.ufop.br/memorial/trab2/h414.pdf> Consulta em 13/04/2013.

SILVA, Jussaramar da. **A Usina de Itaipu e a Operação Condor:** o outro lado das relações bilaterais Brasil-Paraguai (1973-1988). (Dissertação de mestrado). São Paulo: PUC, 2010.

SOARES, Glaucio Ary Dillon; D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs.). **A volta aos quartéis:** a memória militar sobre a abertura. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 1995.

SOUZA, Ana Inês (org.). **Irmã Araújo: vida e obra.** Curitiba: Editora Gráfica Popular; CEFURIA. 2007

STEPAN, Alfred. **Os militares na política.** São Cristóvão RJ: Artenova, 1975.

THOREAU, Henri David. **A desobediência civil.** Porto Alegre: L& PM, 2011.

VIEIRA, Ildeu Manso. **Memórias torturadas (e alegres) de um preso político.** Maringá: EDUEM, 1998.

WEFFORT, Francisco C. Participação e Conflito Industrial: Contagem e Osasco, 1968. IN: **Cadernos do CEBRAP** N° 5, 1972.

WEFFORT, Francisco. **Por que democracia?** São Paulo: Brasiliense, 1984.

FONTES

“Ata da quadragésima sétima sessão do conselho de segurança nacional” Apud: NEVES, Léo de Almeida. **Segredos da ditadura de 64.** São Paulo: Paz e Terra, 2010. P. 351. A ata é reproduzida na íntegra, fotografada do arquivo da casa civil da presidência da república.

BRASIL, Ministério da Justiça. **Relatório Anual da Comissão de Anistia 2009.** Brasília: Comissão de Anistia, 2010.

BRASIL. Decreto-Lei N° 228, de 28 de fevereiro de 1967. Reformula a organização da representação estudantil e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0228.htm.

BRASIL. **Diário do Congresso Nacional** - Seção 1 –. Sexta-feira, 31 de julho 1970. Página 3531 . Disponível em <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD31JUL1970.pdf#page=1>.

BRASIL. **Diário do Congresso Nacional.** Ano XXII – N° 39. Quarta-feira, 19 de abril de 1967. P. 1455. Disponível em <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD19ABR1967.pdf#page%3D1445>

BRASIL. **Diário do Congresso Nacional**. Ano XXII nº31. Sexta-feira, 07 de abril de 1967. P. 1086. Disponível em <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD07ABR1967.pdf#page%3D1069>

BRASIL. **Diário do Congresso Nacional**. Suplemento ao nº 203: CPI-Desnacionalização. Quarta-feira, 20 de novembro de 1968. P. 13. Disponível em http://imagem.camara.gov.br/dc_20.asp?selCodColecaoCsv=D&Datain=20/11/1968&txpagina=1&txsuplemento=1&altura=650&largura=800.

BRASIL, Presidência da República. Decreto-Lei Nº 667, 2 de julho de 1969. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0667.htm

Dados obtidos no site do TRE-PR referentes ao mapa da eleição municipal de 1966 em Maringá. Disponível em: <https://www.tre-pr.jus.br/internet2/tre/estatico/eleicoes/anteriores/resultados/19681115A76910.pdf>

DEAP/DOPS. Comissão Especial de Indenização. Dossiê: Antônio Narciso Pires de Oliveira.

DEAP/DOPS. Dossiê Nº 0368. Topografia: 294. Documentos/Informações referentes à Antônio Narciso Pires de Oliveira.

DEAP/DOPS. Dossiê Nº 1380. Topografia: 164. Documentos/Informações referentes à Movimento Democrático Brasileiro.

DEAP/DOPS. Dossiê Nº 1467. Topografia: 173. Documentos/Informações referentes a: PCB 74-76.

DEAP/DOPS. Dossiê Nº 1490a. Topografia: 179. Documentos/Informações referentes à: PCB: Organização no Paraná.

DEAP/DOPS. Dossiê Nº 1490a. Topografia: 179. Documentos/Informações referentes à: PCB: Organização no Paraná. “General Bandeira Brasil traça paralelo entre a Intentona de 35 e subversão de 67”. O Globo. 27/11/1967.

DEAP/DOPS. Dossiê Nº 1490a. Topografia: 179. Documentos/Informações referentes à: PCB: Organização no Paraná. “O que preparavam os comunistas”. *Diário do Paraná*. 2/11/1967.

DEAP/DOPS. Dossiê Nº 189a Topografia: 22. Documentos/Informações referentes: Centro Acadêmico Hugo Simas.

DEAP/DOPS. Dossiê nº 1963. Topografia: 386. Documentos/Informações referentes a: Dr. Jorge Karan.

DEAP/DOPS. Dossiê Nº 3639. Topografia: 488. Documentos/Informações referentes à: Vitório Sorotiuk.

DEAP/DOPS. Dossiê Nº 3639. Topografia: 488. “A volta de Sorotiuk”. Correio de notícias. 01/09/79.

DEAP/DOPS. Dossiê Nº 715. Topografia: 82. Documentos/Informações referentes à: Difamação do país no exterior.

DEAP/DOPS. Dossiê Nº 850. Topografia: 104. Documentos/Informações referentes à: Relatório 67/68.

DEAP/DOPS. Dossiê Nº 901. Topografia: 111. Documentos/Informações referentes à: Elementos banidos. “Ex banida em liberdade acha que governo fará reformas e afirma que foi bem tratada”. *Jornal do Brasil*. 02/09/78.

DEAP/DOPS. Dossiê Nº: 1610. Topografia: 195. Documentos/Informações referentes à: Publicações apreendidas.

DEAP/DOPS. Dossiê Nº1636. Topografia: 367. Informações referentes a Ildeu Manso Vieira.

DEAP/DOPS. Dossiê Nº2347. Topografia 409. Documentos/Informações referentes a Léo de Almeida Neves.

DEAP/DOPS. Dossiê Nº2347. Topografia 409. Documentos/Informações referentes a Léo de Almeida Neves. Ofício nº 88-50 de 12 de novembro de 1965.

DEAP/DOPS. Dossiê Nº2347. Topografia 409. Documentos/Informações referentes a Léo de Almeida Neves.

DEAP/DOPS. Ficha Individual Nº 42.233. Fichado: Vitório Sorotiuk.

DEAP/DOPS. Dossiê Nº 3639. Topografia: 488. Documentos/Informações referentes à: Vitório Sorotiuk. “A arte de sobreviver”. *Gazeta do Povo*. 19/04/1967.

DEAP/DOPS. Dossiê Nº 3639. Topografia: 488. Documentos/Informações referentes à: Vitório Sorotiuk “Retorno de exilado teve até desfile”. *Tribuna do Paraná*. 01/09/79.

DEAP/DOPS. Comissão Especial de Indenização. Dossiê: Antônio Narciso Pires de Oliveira. Inf. nº 03/79-SI/DSI/PR.

DEAP/DOPS. Dossiê nº1011. Topografia: 121. Documentos/Informações referentes a: Frente Ampla.

DEAP/DOPS. Dossiê Nº 1548. Topografia: 187. Documentos/Informações referentes à: Passeatas Estudantes.

DEAP/DOPS. Dossiê Nº 1590. Topografia 191. Documentos/Informações referentes à: Presos Políticos: recortes de jornais.

DEAP/DOPS. Dossiê Nº 189a Topografia: 22. Documentos/Informações referentes: Centro Acadêmico Hugo Simas.

DEAP/DOPS. Dossiê nº 1963. Topografia: 386.

DEAP/DOPS. Dossiê N° 2325. Topografia: 263. Documentos/Informações referentes à: União Paranaense dos Estudantes. UPES.

DEAP/DOPS. Dossiê N° 3523. Topografia: 481. Documentos/Informações referentes à: Tereza Daisi Urban Furtado.

DEAP/DOPS. Ficha Individual N° 44956. Fichado: Tereza Daisi Urban Furtado.

DEAP/DOPS. Dossiê N° 2232. Topografia: 247. Documentos/Informações referentes à: subversão na Igreja Católica.

DEAP/DOPS. Dossiê N° 1106. Topografia: 134. Documentos/Informações referentes à: A subversão na Igreja do Paraná.

SITES CONSULTADOS

Participação na luta contra a Ditadura Militar, Disponível em:
<http://sorotiuk.wordpress.com/about/> Acesso em 14/07/2012.

“História da Fisioterapia”, disponível em
<http://www.fm.usp.br/fofito/mostrahp.php?origem=fofito&xcod=Hist%F3ria%20da%20Fisiot erapia&dequem=Paginas%20Internas> Acesso em 06 de junho de 2012.

Grande Loja Maçônica do Paraná
http://www.museumaiconicoparanaense.com/mmpaiz/autoridades_pr/glpr_946-jorge_karam.htm Acesso em: 06/05/2012.

TER-Paraná <https://www.tre-pr.jus.br/internet2/tre/estatico/eleicoes/anteriores/resultados/19681115A76910.pdf> Acesso em: 20/06/2012.